



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Thaís Lopes Cortes

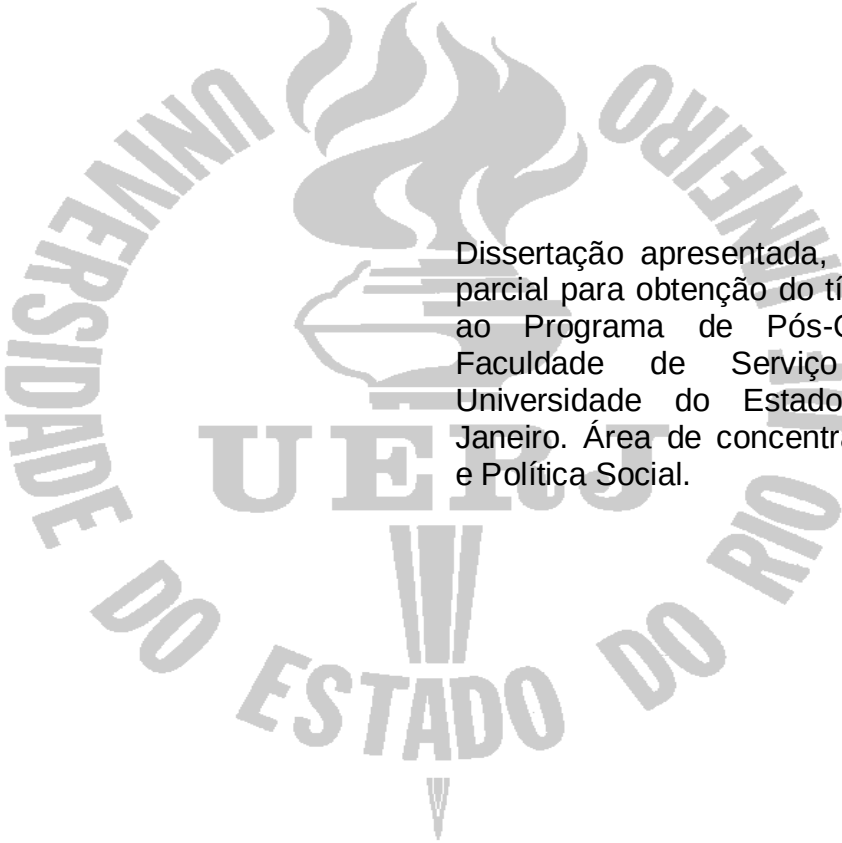
**O passado no presente: contributos para a análise da
complexidade do “*Morar Feliz*” em Campos dos Goytacazes/RJ**

Rio de Janeiro

2019

Thaís Lopes Cortes

**O passado no presente: contributos para a análise da
complexidade do “*Morar Feliz*” em Campos dos Goytacazes/RJ**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Silene de Moraes Freire.

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

C828 Cortes, Thaís Lopes.

O passado no presente: contributos para a análise da complexidade do “*Morar Feliz*” em Campos dos Goytacazes/RJ / Thaís Lopes Cortes. – 2019.
191 f.

Orientadora: Silene de Moraes Freire.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
Bibliografia.

1. Política habitacional – Teses. 2. Desapropriação – Teses. 3. Capitalismo – Teses. I. Freire, Silene de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 323.32

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Thaís Lopes Cortes

**O Passado no Presente: contributos para a análise da
complexidade do “*Morar Feliz*” em Campos dos Goytacazes/RJ**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 05 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Silene de Moraes Freire (Orientadora)
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Vânia Morales Sierra
Faculdade de Serviço Social – UERJ

Prof.^a Dra. Antenora Maria da Mata Siqueira
Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro
2019

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a minha orientadora
D^{ra} Silene de Moraes Freire pelo apoio
incondicional e companheirismo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer significa reconhecer que não fazemos nada sozinhos. Essa empreitada não seria possível ou não seria tão proveitosa sem cada um de vocês aqui destacados. Vocês foram e são imprescindíveis!!!

À prof^a Dr^a Silene de Moraes Freire a quem devo o privilégio de tê-la como minha orientadora. Obrigada pelas orientações e diálogos sempre profícuos, me permitindo amadurecimento intelectual e profissional. Foram dois anos de convivência bastante produtivos e felizes, que me permitiram admirá-la ainda mais, não só pela sua competência, comprometimento e brilhantismo intelectual, mas por ser quem és! Em tempo onde a barbárie tem se generalizado e as relações tornaram-se cada vez mais vazias, conhecer você e ter a sua amizade, foi uma grande e grata surpresa desse período do mestrado. Gratidão pelo apoio irrestrito!

À banca pelas contribuições na qualificação e pelas que virão na defesa. À prof^a Dr^a Antenora Siqueira minha orientadora da graduação que desde então tem acompanhado a minha trajetória acadêmica e contribuído significativamente para o meu avanço. À prof^a Dr^a Vânia Sierra pelas reflexões no Grupo de Estudos do Programa de América Latina e Caribe.

Ao Programa de Estudos de América Latina e Caribe pelo apoio na pesquisa e pelas trocas, reflexões e amadurecimento teórico, especialmente a partir dos nossos encontros nos Grupos de Estudos.

Ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da UFF de Campos e a toda a sua equipe pela parceria na pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Aos professores com quem tive a oportunidade de estudar nesse período do mestrado, permitindo mediações que são expressas também nessa dissertação: Alba Barroso, Ana Maria de Vasconcelos, Elaine Behring, Marilda Iamamoto, Mônica Alencar, Ney Luiz de Almeida, Rosângela Barbosa, Silene Freire e Valéria Forti.

Aos colegas da turma do Mestrado 2017 do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ pelas tardes e noites de estudos. Em especial aos companheiros Ana Lídia Fiuza e Fernando Ferreira.

Agradeço a secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UERJ, Rosângela dos Santos, Mônica Meirelles e Yuri Rodrigues, por serem sempre tão solícitos ao atendimento das nossas demandas.

Agradeço a todos os profissionais das distintas áreas que contribuem para o funcionamento da UERJ.

Aos meus pais Lucineia e Vilson por sempre me incentivarem e motivarem nessa empreitada. Obrigada por me ajudarem a dosar os estudos, por sempre falarem para eu estudar, quando eu perdia o foco e por falarem para eu descansar, quando eu estava completamente focada e mergulhada em meio aos livros (risos)! Obrigada por me ensinarem a amar os livros e o conhecimento! Amo vocês!!!

Ao meu sobrinho, João Miguel, por ser o sorriso e a luz que me motiva a compreender essa sociedade e toda a sua complexidade. A minha esperança em um mundo melhor está em você! Continue apaixonado pelos livros! Você vai longe!!!

A minha irmã Marcelly e ao meu cunhado Victor pelos debates e incentivo sempre.

As minhas amigas e companheiras de apartamento nesse último ano do mestrado, Alessandra Bernardo e Jéssica Gomes. Para além do lar, dividimos reflexões e longas conversas sobre nossos estudos e pesquisas. E a Luana Fernandes que por vezes esteve nos visitando e compartilhando esses momentos conosco.

A todos que direta e indiretamente contribuíram de alguma forma para a realização desta dissertação. Em especial aos trabalhadores que financiam o funcionamento da educação pública, gratuita e de qualidade, mas devido à desigualdade estrutural não conseguem acessá-la. O meu desejo é que as reflexões e estudos aqui sintetizados possam servir de subsídios para a materialização de um outro projeto de sociedade.

Mas a realidade é rica das mais bizarras combinações e é o teórico que, nesta bizzaria, deve rastrear a comprovação de sua teoria, 'traduzir' em linguagem teórica os elementos da vida histórica e não, inversamente, a realidade apresentar-se segundo o esquema abstrato.

Antonio Gramsci

RESUMO

CORTES, Thaís Lopes. *O passado no presente: contributos para a análise da complexidade do “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes/RJ*. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

A presente dissertação tem como objetivo contribuir para a ampliação do debate sobre as expropriações habitacionais, que se configuram enquanto uma das expressões da barbárie posta pelo tardo-capitalismo. Trata-se de um estudo de natureza teórico-interpretativo, por meio do qual buscamos estudar o programa de habitação de interesse social executado no município de Campos dos Goytacazes/RJ, o “Morar Feliz”, a fim de investigarmos a natureza espoliativa e expropriatória da política habitacional brasileira. A pesquisa realizada apontou para uma permanência da utilização da retórica do “risco” como forma de se obter legitimidade nos processos de reassentamentos das classes subalternizadas de áreas que interessam ao capital imobiliário. Desse modo, as classes subalternas passam a residir nas chamadas periferias das periferias, e, além de terem sido expropriadas da sua moradia passam a conviver com um sucessivo quadro de expropriações ampliadas e permanentes de bens e direitos a partir da sua inserção nos conjuntos habitacionais. Ficou evidente por meio do estudo realizado que a lógica expropriativa tem se acentuado cada vez mais, dado o quadro de crise estrutural do capital, a partir do qual as expropriações são utilizadas para conter a sua crise de sobreacumulação. Assim, no contexto vivenciado atualmente de capital imperialismo as expropriações se potencializam, tornando-se generalizadas e universalizadas, de forma que se constituem enquanto a própria forma de ser do capital, evidenciando a forma bárbara e destrutiva que o capital assume em cenário de tardo-capitalismo.

Palavras-chave: Política habitacional. Reassentamentos. Expropriações; “Questão Social”. Tardo-capitalismo.

ABSTRACT

CORTES, Thaís Lopes. *The past in present: contributiond to the complexity analysis of “Morar Feliz” in Campos dos Goytacazes/RJ*. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

The present dissertation aims to contribute to the expansion of the debate on housing expropriations, which are one of the expressions of barbarism posed by late-capitalism. It is a study of a theoretical-interpretative nature, through which we seek to study the program of housing of social interest carried out in the municipality of Campos dos Goytacazes/RJ, "Morar Feliz", in order to investigate the spoliation and expropriatory nature of Brazilian housing policy. The research carried out pointed to a permanence of the use of the rhetoric of "risk" as a way to obtain legitimacy in the processes of resettlement of the subalternized classes of areas that interest the real estate capital. In this way, the subaltern classes begin to reside in the so-called peripheries of the peripheries and, besides being expropriated from their dwelling, they live together with a successive enlarged and permanent expropriation of goods and rights from their insertion in the housing complexes. It was evident from the study carried out that the expropriative logic has become more and more accentuated, given the structural crisis of capital, from which expropriations are used to contain its crisis of overaccumulation. Thus, in the current context of imperial capitalism, expropriations become more potent, becoming generalized and universalized, so that they constitute themselves as the very form of being of capital, evidencing the barbaric and destructive form that capital assumes in a late-capitalism.

Keywords: Housing policy. Resettlement. Expropriations. "Social Issue". Late-capitalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Área de Inundação em Ururá em 2013	108
Imagem 2 – Reportagem “Ponte é parcialmente interditada”	109
Imagem 3 – Localização dos Conjuntos Habitacionais do “ <i>Morar Feliz</i> ”, 1ª fase...	112
Imagem 4 – Planta baixa das unidades habitacionais do Programa “ <i>Morar Feliz</i> ”	114
Imagem 5 – Fluxo de saída das famílias de Ururá para os conjuntos do “ <i>Morar Feliz</i> ”	116

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Royalties + Participações Especiais em Campos dos Goytacazes ...	100
Gráfico 2 – Acesso à Água	122
Gráfico 3 – Renda Mensal dos Trabalhadores de Ururaí	125
Gráfico 4 – Recorrência com que as casas foram atingidas pelas inundações ...	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Relação entre a população urbana e o índice de urbanização Brasileiro.....	60
Tabela 2 –	Pessoal ocupado nos setores açucareiro e petrolífero no Norte-Fluminense segundo microrregiões – 1970/2010.....	102
Tabela 3 –	Situação do terreno: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururaí (Campos/RJ) – 2015.....	121
Tabela 4 –	População de 18 anos ou mais segundo nível de escolaridade.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CIDAC	Centro de Informações e Dados de Campos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FAR	Fundo de Arrendamento Salarial
FCVS	Fundo de Compensação das Variações Salariais
FGHab	Fundo Público Garantidor de Habitação
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GEP	Grupo de Estudos do PROEALC
IAPs	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LULA	Luiz Inácio Lula da Silva
NESSA	Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais
ODAm	Observatório de Desastres Socioambientais
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
PROEALC	Programa de Estudos de América Latina e Caribe
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSH	Programa Social de Habitação
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPE	Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos

SFH	Sistema Financeiro de Habitação
SNH	Sistema Nacional de Habitação
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O LONGO PERCURSO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO E EXPROPRIAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS	41
1.1	Notas Acerca da Complexidade da Desigualdade	42
1.2	Urbanização no Brasil e Reprodução das Desigualdades	45
1.2.1	<u>As primeiras intervenções relacionadas à moradia no Brasil</u>	47
1.2.2	<u>A questão habitacional no Brasil durante a ditadura militar</u>	66
1.2.3	<u>Novos aparatos legais, velhas práticas: a habitação no pós ditadura militar</u>	72
2	A CONCILIAÇÃO DO MODERNO COM O ARCAICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES	92
2.1	Do Ciclo da Cana-de-Açúcar ao Petróleo: o passado no presente ou o presente no passado?	94
2.2	Campos dos Goytacazes em Dados	99
2.3	As Contradições do Programa Habitacional de Campos dos Goytacazes: “Morar Feliz” é possível?	110
2.4	Considerações Sobre o Perfil das Habitações das Classes Subalternas em Ururá	119
3	EXPROPRIAÇÃO E BARBÁRIE: A FACE PERSISTENTE DO CAPITAL	129
3.1	A Potenciação da Expropriação na Atualidade	131
3.1.1	<u>As expropriações e a acumulação primitiva do capital</u>	133
3.1.2	<u>As expropriações no imperialismo capitalista</u>	138
3.2	A barbárie Disjuntiva da Expropriação: a experiência nacional	153
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	184

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como **tema** de estudo a problemática habitacional enquanto forte expressão da “Questão Social”¹ no Brasil. Nossos esforços centram-se mais especificamente em tentar desvelar a complexidade que envolve a política habitacional brasileira destinada às classes subalternas², especialmente no município de Campos, por meio do programa “*Morar Feliz*”.

É importante destacarmos que o nosso interesse em discutir o tema da habitação surgiu ainda na graduação em Serviço Social³. De modo que essa pesquisa aprofunda os estudos que iniciamos com o trabalho de conclusão de curso “Violência e Reassentamentos Urbanos a partir da Mídia Impressa”. Nele discutimos a violência nos conjuntos habitacionais do “*Morar Feliz*”, apresentando uma das contradições visíveis do programa, que ao reassentar famílias de diferentes bairros num mesmo conjunto, contribuiu para agravar ainda mais a prática de episódios violentos no município, devido aos conflitos entre as facções do tráfico de drogas nos conjuntos habitacionais, até que se estabelecesse o comando de uma facção.

¹ Usamos o conceito “Questão Social”, entre aspas, para expressar a origem conservadora da profissão do Serviço Social e porque a “Questão Social”, não pode ser considerada uma categoria, no sentido marxista, pelo fato de não ser algo palpável, que é visível na realidade, existindo enquanto um conceito de natureza reflexiva. O que existe e é palpável são as expressões da “Questão Social” (SANTOS, 2012 e NETTO, 2013).

² Optamos por definir a população de Ururá e o universo populacional que é demandatário das políticas habitacionais brasileiras de interesse social a partir da discussão de classes subalternas, do pensador marxista Antonio Gramsci, por considerá-la mais adequada, uma vez que abarca a heterogeneidade de sujeitos subalternizados pelo capital. Desse modo, é importante considerar, de acordo com Martins (1989) que [...] a categoria de subalternos é certamente mais interna e mais expressiva que a simples categoria de trabalhador. O legado da tradição gramsciana que nos vem por meio dessa noção prefigura a diversidade das situações de subalternidade, a sua riqueza histórica, cultural e política [...] Por isso mesmo, obriga-nos a fazer indagações sobre a reprodução ampliada da subalternidade, sobre a multiplicação diferenciada dos grupos subalternos [...] Martins (1989, p. 98 apud YAZBEK, 2016, p. 86). MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

³ Realizamos a graduação em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF), no pólo de Campos dos Goytacazes. Durante esse período, fizemos parte do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF), que nos aproximou do debate da habitação, especialmente dos processos de reassentamentos urbanos promovidos pela prefeitura de Campos dos Goytacazes, por meio do programa habitacional “*Morar Feliz*”. A nossa experiência está voltada para os reassentamentos de parte da população de Ururá.

Ao ingressarmos no mestrado⁴ do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao participarmos do Grupo de Estudos do PROEALC (Programa de Estudos de América Latina e Caribe) nos aproximamos de análises marxistas, de forma que nos permitiu elencar outras mediações no que se refere ao debate sobre o direito à moradia e sobre o direito à cidade.

A contribuição advinda do período de realização do mestrado permitiu que ultrapassássemos as contradições do “*Morar Feliz*” para além do que era mais aparente, de forma que compreendemos a sua lógica espoliativa e expropriativa. A materialização do programa vai ao encontro de outros programas e políticas habitacionais desenvolvidos no Brasil, cujo objetivo é o de promover processos de expropriação, garantindo a valorização dos terrenos expropriados, favorecendo o processo de acumulação do capital.

A pesquisa pretende contribuir para desvelar o Programa “*Morar Feliz*” considerando a lógica da sociedade do capital e propor reflexões que permitam o aprofundamento no entendimento e no enfrentamento da realidade da política habitacional destinada às classes subalternas. Para tanto, buscamos um amadurecimento teórico e crítico, que nos permitisse decifrar os traços permanentes da cultura sócio-histórica brasileira e campista, marcada pelo escravagismo, regionalismo e pela era do açúcar, que permanecem presentes até os dias atuais. De forma que o arcaico e o moderno se relacionam e se complementam ainda hoje no século XXI.

Desse modo, por meio de um resgate sobre a trajetória das políticas habitacionais brasileiras, conseguimos capturar elementos que se apresentam como permanentes e intrínsecos a essa política, que hoje são ressignificados em contexto de aprofundamento da crise estrutural do capital⁵ e de recrudescimento da agenda neoliberal no presente tempo, de forma que as características espoliativas e expropriatórias das políticas habitacionais se tornam cada vez mais evidentes.

⁴ Com o objetivo de nos aprofundarmos e ampliarmos o debate sobre direito à cidade, direito à moradia, Serviço Social e Direitos Humanos, temos participado ao longo do curso de mestrado em Serviço Social, que se iniciou em abril de 2017, de congressos, seminários e debates.

⁵ A crise foi iniciada na década de 1970 e aprofunda-se ao longo das décadas subsequentes. Abordaremos de forma mais contundente os elementos da crise do capital ao longo da dissertação, e, principalmente, em seu terceiro capítulo.

O estudo sobre a política habitacional brasileira requer a explicitação sobre o fato de que o seu objetivo não é o de garantir o acesso à habitação em condições dignas, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988. Ao buscarmos decifrar tal política, a fim de apreendermos os seus momentos de inflexão em diferentes momentos históricos, identificamos que diversas foram as políticas desenvolvidas.

As primeiras medidas relacionadas à habitação no Brasil foram iniciadas no século XIX, antes mesmo do seu processo de urbanização. Uma vez que o cenário da época, representado pelo fim da escravidão e pela emergência do trabalhador livre, somado ao nascimento das indústrias, contribuiu para o agravamento da questão urbana, dado que as cidades receberam um grande contingente habitacional, de forma que a sua expansão ocorreu de forma desordenada, contribuindo para agravar ainda mais as desigualdades sociais e socioespaciais deste ambiente, conforme inferência de Santos (2009).

A fim de intervir nessa realidade e ter o “controle” do espaço urbano, sobretudo, do seu processo de valorização, o Estado passou a atuar por meio da política habitacional, removendo os pobres das áreas centrais, expulsando-os para terrenos mais distantes, sob a justificativa do “risco” da poluição do ar, que provocava os surtos endêmicos, que neste período já tinha vitimado muitos trabalhadores brasileiros.

O século XX e XXI inauguraram novas políticas destinadas à habitação, quando foi instituído, por exemplo, a atribuição da problemática da habitação aos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), bem como pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e de outras tantas políticas criadas neste período, como será possível visualizar no primeiro capítulo da dissertação. É importante mencionar que essas políticas foram destinadas exclusivamente às classes médias e alta. Em contrapartida, aos trabalhadores pertencentes às classes subalternizadas pelo capital, restou a mesma política de remoção inaugurada no século XIX. Dessa forma, continuaram a ser removidos e empurrados para áreas cada vez mais distantes do centro da cidade, indo em direção a periferia da periferia, como denominado por Maricato (2011).

A fim de obter legitimidade nesses processos, a justificativa do “risco” continuou sendo utilizada. Entretanto o risco, especialmente na política pública no século XXI, não se dá mais em função dos surtos endêmicos e das doenças

transmissíveis. Atualmente são adicionados novos elementos, como os aspectos socioambientais, dentre eles, os desmoronamentos, as enchentes e as inundações (GONÇALVES, 2018, VARGAS, 2009 e VALENCIO, 2009), que são utilizados para promover a manufatura do consenso por parte dos sujeitos que precisam ser reassentados. Assim, a partir do “risco” invisibilizam o real caráter dos reassentamentos, que é o de promover a mercantilização e a valorização do solo urbano, por meio da lógica do empresariamento das cidades.

No final do século XX, no Brasil, com a instituição da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Carta Cidadã”, temos a garantia legal, ainda que não formal da habitação enquanto direito social. Ocorre que o contexto em que se dá a formulação da Constituição, contribuiu para que a sua materialização não se efetivasse, uma vez que encontra entraves, dado o cenário tomado pelo neoliberalismo, pelo recrudescimento das desigualdades sociais, em função do contexto da crise iniciada na década de 1970 e agravada na década de 1980, trazendo como expressão a inflação, a recessão e o desemprego estrutural que infligiu diretamente na dificuldade do acesso à moradia, uma vez que esta se constitui enquanto uma mercadoria que exige a relação de troca (trabalho-dinheiro-moradia).

No século XXI⁶, a intervenção estatal tem uma inflexão considerável por meio da execução do Programa Minha Casa Minha Vida, iniciado na primeira década deste século, que pela primeira vez na história do país vai permitir o acesso à casa própria a famílias que pertencem às classes subalternas. No entanto, o programa está estritamente ligado a necessidade de contribuir para que a crise do capital a partir do estouro da bolha de valores dos Estados Unidos da América em 2009, não atingisse o capital imobiliário do Brasil (2009). Assim sendo, é perceptível que o seu objetivo central é o de promover o processo de valorização do capital, salvaguardando os seus interesses, em período de crise do imperialismo.

Nesse cenário, outras políticas destinadas à moradia são estabelecidas pelo Brasil a fora, uma vez que a Constituição Federal de 1988, descentralizou a materialização das políticas sociais. Neste contexto, em município situado no interior do Estado do Rio de Janeiro, temos a execução do programa habitacional “*Morar*

⁶ O que podemos identificar é que neste percurso habitacional ao longo dos 3 últimos séculos, a perspectiva de classe social sempre esteve presente na relação entre o lugar de morar e em que condições se dá o acesso à moradia no Brasil.

Feliz” em Campos dos Goytacazes. Ao nos atentarmos ao caso específico desse programa, foi possível averiguar que a sua lógica segue a mesma das políticas habitacionais brasileiras. De modo que se utiliza do discurso do “risco” para promover a remoção de famílias que se encontravam em locais de valorização do município.

Mas antes de adentrarmos ao debate sobre o “*Morar Feliz*” e a sua lógica espoliativa e expropriatória, consideramos de suma importância apresentar alguns aspectos da região, que nos ajudará na apreensão sobre a forma pela qual esses processos de reassentamentos são conformados na região.

Do século XIX, até meados do século XX, a cidade era conhecida nacionalmente e até mesmo internacionalmente por ser a grande produtora de cana-de-açúcar do Brasil, o que fazia movimentar a economia da região na época. Durante esse período, os grandes agricultores e os usineiros eram beneficiados economicamente com o mercado canavieiro e viam as suas propriedades crescerem cada vez mais, enquanto exploravam a força de trabalho dos seus funcionários.

Os lucros da burguesia eram ainda maiores, quando observado que a indústria canavieira foi responsável por um processo de fortalecimento do escravismo na região de Campos. Piquet et. al (2017, p. 135) registra que o

foi se tornando a relação de trabalho típica na região. Ainda no final do século XVIII, Campos contava com 12 mil escravos envolvidos na lavoura e beneficiamento da cana-de-açúcar, o que representava metade da sua população total. Em 1880 existiam 32 mil escravos registrados, numa população de 83 mil pessoas. Considerando os não registrados, é possível supor que, aproximadamente metade da população fosse composta por escravos.

Esses dados são bastante alarmantes, pois reverberam a configuração de sua população que após a abolição da escravatura continuou a trabalhar em empregos precarizados relacionados à cana-de-açúcar, dependentes de seus antigos senhores, tornando-se mão de obra abundante e barata, acirrando as disparidades sociais no município. O escravismo⁷ acabou formalmente, mas seus

⁷ De 1995 a 2015, o município de Campos teve 1.392 casos de trabalhos análogos a escravidão registrados em 11 estabelecimentos. Dos quais, é importante destacar que a CIA açucareira Cupim (Grupo Othon), foi notificada com 91 trabalhadores, no ano de 2003. Sinalizamos apenas essa usina, pois é a usina localizada em Ururaí e que empregou durante muitos anos a população residente em Ururaí, que é parte do nosso objeto de análise na

nexos continuam presentes até hoje, inclusive, no ato de habitar. Tratando-se de uma localidade extremamente desigual, onde o moderno se relaciona com o arcaico⁸ cotidianamente, sendo um traço da evidência da expropriação permanente na região.

Na época da ascensão das usinas, os seus trabalhadores ocupavam as casas cedidas pelos usineiros e com a crise sucroalcooleira no município, a maior parte das usinas foi fechada⁹ e os seus trabalhadores tiveram que sair das casas em que

presente dissertação.

⁸ O moderno e o arcaico se combinam em Campos, dentre outras questões, pois mesmo após a abolição da escravidão, a violência desse regime continuou presente por muito tempo na história do município, quando práticas análogas à escravidão foram mantidas (PIQUET et. al, 2017). Para mais informações, consultar: REPORTER BRASIL. *Dados Sobre Trabalho Escravo no Brasil*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/dados/trabalhoescravo/>>. Acesso em: 05. agosto. 2018.

⁹ Em função do declínio do setor sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes, Smiderle (2009) destaca que 10 usinas encerraram as suas atividades no município, Mineiros (1973), Novo Horizonte (1984), Santa Maria (1989), Outeiro (1992), Baixa Grande (1994), Santo Amaro (1994), Cambaíba (1995), Queimado (1995), São João (1995) e Cupim (2009). Essa última, localizada em Ururaí, de onde emerge a nossa discussão sobre os reassentamentos urbanos. Atualmente, o município tem 4 usinas em funcionamento, que são elas Paraíso, Coagro, Santa Cruz e Sapucaia. Entretanto, precisamos verificar esses dados, pois ao que tudo indica, as usinas Santa Cruz e Sapucaia também foram fechadas. É importante destacar que esta última, em suas instalações, funciona atualmente a Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro. Segundo Cruz (2018) e Neves (1997), o fechamento de algumas usinas, como a da Usina Novo Horizonte, representou uma reforma agrária no município, no qual parte das terras das usinas foram expropriadas dos usineiros e foram distribuídas para os seus antigos trabalhadores, devido às dívidas que as usinas tinham com esses trabalhadores. O fechamento das usinas representou uma piora na condição de vida e de reprodução social dos sujeitos inseridos nesse ramo de atividade. Neves (1997, p. 120) narra que “alguns tiveram que vivenciar a sua separação e/ou a dos filhos em condições de vinculação ao mercado de trabalho, na procura de outras formas de remuneração. Outros voltaram a se filiar às atividades produtivas das demais usinas da região ou se submeteram a um intenso processo de desqualificação do valor da força de trabalho, incorporando-se aos processos produtivos postos em prática por fazendas que circundam a usina então falida. Os que dispunham de tempo de serviço para aposentadoria galgaram esta afiliação. Os que se encontravam diante de precárias condições de saúde, tentaram obter licença médica e benefícios da Previdência. Asseguraram, entretanto, como instrumento de luta e garantia dos direitos decorrentes da vinculação ao trabalho, a posse da casa onde residiam. Mesmo que dela se ausentassem para trabalhar fora e levassem a família, aí mantinham os móveis e utensílios para caracterizarem a posse e não se verem preteridos do pagamento dos direitos trabalhistas reclamados judicialmente. Por fim essa posse assegurava ainda a pretensão de acesso a uma área de terra, quando da seleção dos beneficiários a ser implementada pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária”. A reforma agrária não aconteceu na usina Cupim em Ururaí, deixando os trabalhadores da antiga usina, em condições ainda piores, se comparado com as usinas que tiveram a reforma agrária executada. Esse processo de reforma agrária foi marcado por um tensionamento entre capital (usineiros) x trabalho (empregados da usina), isso porque os usineiros não aceitavam perder as suas terras (NEVES, 1997).

residiam. Outros continuaram morando nas casas, mas sem ter documentos que comprovassem a posse da terra e da casa (SMIDERLE, 2009).

Há ainda os trabalhadores da usina que se dedicavam à lavoura. Esses não tinham direito às casas oferecidas pela usina, e, devido aos baixos salários recebidos, ocuparam terrenos e construíram suas casas em locais menos favorecidos ou impróprios para a habitação de seres humanos, como em áreas próximas às rodovias, às ferrovias e à beira do rio. Os dois grupos de trabalhadores conviviam com a problemática da habitação. Entretanto, com o fechamento das usinas, a questão habitacional agudizou-se ainda mais, assim como o processo de reprodução das relações sociais em suas múltiplas determinações, evidenciando a face bárbara do capital em tempos de imperialismo, sobretudo, para os países e regiões que se encontram em estágio de capitalismo tardio.

Após a inflexão da economia canavieira na cidade, quase que concomitantemente, foi descoberta a bacia de petróleo, localizada na praia de Farol de São Tomé e em outras regiões e municípios. Contudo, por ser uma cidade que tinha a sua economia baseada na cana-de-açúcar, os trabalhadores e os seus filhos não conseguiram se inserir nesse setor ou se inseriram de forma precária.

Essa conjuntura contribuiu para que a riqueza gerada por essa nova forma de economia, continuasse concentrada nas mãos dos “herdeiros” das grandes fazendas e das usinas, uma vez que esse foi o grupo que teve condições de sair da cidade local, indo para os grandes centros de estudos nas capitais, para se qualificarem técnica e profissionalmente, a fim de ocupar os novos postos de trabalhos. É importante considerar que os trabalhadores da usina que tinham altos cargos, principalmente relacionados à gerência, também tiveram recursos, ainda que menores, obviamente, para se qualificarem e ocupar novos postos de trabalhos, que não os relacionados à cana-de-açúcar (CRUZ, 2012 e PIQUET et. al, 2017).

Ao passo que a história presente do município está bastante relacionada ao seu passado escravista¹⁰ e de economia canavieira, apreendemos o porquê do alto

¹⁰ Buscando dados mais recentes sobre o trabalho escravo em Campos, é importante considerar que na Inspeção do Trabalho, realizada pelo Ministério Público e atualizada em abril de 2018, o município não consta como tendo condições de trabalho análogas à escravidão. Dados disponíveis em: BRASIL. *Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo*. Disponível em <<https://enit.trabalho.gov.br/radar/>>. Acesso em 02. agosto. 2018.

índice de indigência em Campos, que é reflexo da baixa escolarização¹¹ e qualificação profissional no município. Isso se deve ao fato da grande utilização da mão de obra infantil nas lavouras da cana-de-açúcar durante o período da escravidão, o que perdurou por longas décadas. Gerando um ciclo perverso para os jovens, que sem outras alternativas, se inserem em atividades mal remuneradas para levar a renda total ou para complementar a renda familiar. Esse quadro fez com que as amarras do escravismo ainda se façam presentes no município para parte significativa da população, que se encontra à disposição do setor sucroalcooleiro decadente e mal remunerado (PIQUET et. al, 2017).

Campos é uma cidade extremamente rica, devido as rendas petrolíferas¹² recebidas. Entretanto, extremamente desigual¹³, especialmente no que se refere a questão habitacional. Pois ao mesmo tempo em que grandes empreendimentos imobiliários¹⁴ foram construídos para atender as classes média e alta, ainda se tem um grande número de pessoas que vive em condições precárias no que se refere à habitação.

Segundo dados do IBGE, no ano de 2010, o município tinha 10 casas de palha; 18 em taipa revestida; 102 residências construídas com madeira reaproveitada; 54 com madeira aparelhada e 108 casas feitas com outros tipos de materiais que não o convencional que é a alvenaria. Outro dado a se pensar, é que de acordo com o IBGE, dos 142.637 domicílios em Campos dos Goytacazes, 4.595 deles, são considerados aglomerados subnormais¹⁵. Esses aspectos nos mostram a

¹¹ Estima-se que o município tenha 463.731 habitantes e de acordo com o CENSO de 2010, 199.306 pessoas não têm instrução ou não concluíram o ensino fundamental, o que se apresenta enquanto um traço marcante para a subalternização da sua população.

¹² Optamos por trabalhar com o termo de rendas petrolíferas ao invés de *royalties* de petróleo e participação especial, uma vez que as participações especiais são maiores que os próprios *royalties*, a partir de 1998 com a lei do petróleo. Os *royalties* se constituem enquanto uma forma de indenização a exploração dos recursos do meio ambiente e da cidade em si. O Objetivo principal de tal recurso é promover o bem-estar da população, aumentando a oferta de serviços sociais e políticas públicas à população.

¹³ Essas informações são apresentadas de forma mais contundente no capítulo 2.

¹⁴ A partir do boom do petróleo e agora mais recentemente, sobretudo, a partir de 2012, devido a instalação do Complexo Logístico, Industrial e Portuário do Açu (CLIPA), no município vizinho de São João da Barra, houve um aumento do número de moradores na região e da construção de imóveis para atender a demanda habitacional.

¹⁵ Para o IBGE, os aglomerados subnormais são as residências localizadas em favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares para o conjunto do País, Grandes Regiões, Unidades da

necessidade de compreender os limites que o capital põe às classes subalternas, à medida que coloca as mesmas em situações cada vez mais precárias de produção e reprodução social.

Identificado os limites do acesso à moradia para parte significativa da população campista, não podemos deixar de mencionar que o município enfrenta ainda uma outra dificuldade no que se refere à habitação. Por se constituir em uma planície, em alguns momentos fora atingido pelas chamadas chuvas de verão, o que agudiza ainda mais a questão habitacional. Após análise aos locais que são atingidos com maior frequência pelas inundações, a Defesa Civil constatou que essas famílias se encontravam em áreas “inapropriadas” para moradia, por se tratarem de áreas de “risco”, e, por isso, deveriam ser removidas.

Diante desses dados, a então candidata à prefeitura do município, Rosinha Garotinho (PMDB), nas eleições de 2008, prometeu que se eleita fosse, construiria 10.000 casas populares¹⁶ destinadas a essa população que convivia com as inundações ou que residisse em áreas próximas às rodovias e às ferrovias (MENDES, 2015b).

O programa foi utilizado como marketing e estratégia durante a campanha eleitoral, sinalizando a presença de um governo populista, que aproveitou da “tragédia” alheia para se eleger. Face a politicagem presente na construção do programa habitacional do município, salientamos em concordância com Cruz (1997) a forte presença do regionalismo em Campos dos Goytacazes. O regionalismo pode ser identificado como

uma forma de identidade social de base territorial, polarizada pelos setores que, historicamente, construíram uma hegemonia econômica, social, cultural e política. É utilizado para mobilizar a população local em torno de um conjunto de representações acerca do diagnóstico das suas condições e de mecanismos, mediações e reivindicações concretas que adquirem força simbólica enquanto capazes de resolver os problemas sócio-econômicos (principalmente) locais. [...] Movimento que articula identidades que asseguram a coesão social que vai constituir a base da mobilização das elites locais para a interlocução e formas de relação com as elites nacionais,

Federação e municípios.

¹⁶ O programa “*Morar Feliz*” não consta de um estudo sistemático para conhecer a realidade e o déficit habitacional do município. Rosinha utilizou os estudos da Fundação João Pinheiro, no qual constava que em 2005 o déficit habitacional do município era de 11.079 casas na área urbana, para justificar a construção das casas em período de campanha eleitoral (MENDES, 2015b). O déficit habitacional em 2009, quando as obras foram iniciadas provavelmente eram maiores, dado as enchentes de 2007 e 2008.

em cima de uma agenda e pautas de reivindicações regionais, que resgatam elementos culturais e políticos (CRUZ, 1997, p. 28).

A característica do regionalismo em Campos nos faz lembrar a condição de subalternidade que a sua população vive, uma vez que a identidade social, cultural e política desse povo são estabelecidas pela elite local, como bem mencionou Cruz (1997). Essa elite que faz com que a população acredite que o seu interesse particular visa o favorecimento de todos, também é oriunda dos grupos oligárquicos¹⁷ dos séculos XIX e XX, que perduram até o presente século XXI, comandando a cidade e governando para os seus próprios interesses. No que se refere à habitação promovendo reassentamentos que valorizem os grandes terrenos urbanos que pertencem as frações de classes burguesas campista.

A cultura do regionalismo traz consequências profundas à cidade de Campos, principalmente, quando somada a outras características do município, que durante séculos teve a sua economia baseada na monocultura, primeiro do café e posteriormente da cana-de-açúcar, que fez aprofundar a desigualdade, a pobreza e a exclusão social e territorial (CRUZ, 2012).

O contexto de Campos dos Goytacazes é similar ao cenário brasileiro. É marcado pela relação entre democracia e capitalismo, tendo como grupos dominantes, os grandes grupos oligárquicos, que mesmo após o fim dos períodos “dourados” do café e da cana-de-açúcar, continuam fundamentais à estrutura econômica do município, ao dirigir o cenário político brasileiro e campista. Após a década de 1930, quando o país vivenciou o seu processo de industrialização, passou a contar, para além dos grupos oligárquicos, com os grupos financeiros industriais, o que não é uma característica marcante no município de Campos, que não se desenvolveu industrial e tecnologicamente de forma tão acentuada (SOARES e ANGELI, 2018).

Essa relação do regionalismo e dos grupos dominantes e oligárquicos marcam a trajetória da industrialização brasileira¹⁸, que viveu e vive as

¹⁷ Cruz (2018) sinaliza que o regionalismo é uma característica de reprodução de espaços dominados pelas oligarquias tradicionais, no caso de Campos, pelas oligarquias da cana-de-açúcar.

¹⁸ No Brasil, trata-se de uma industrialização que, de acordo com Pires (2009), se constituiu de um capitalismo dependente dos países centrais, do qual participam desse arranjo a burguesia nacional, a burguesia internacional e o Estado. Para compreensão do leitor, é importante citar que os países de capitalismo dependente são aqueles que entraram tardiamente no circuito de produção capitalista. Por isso, entram no modo de produção

consequências de uma modernização conservadora ou uma modernização destrutiva, na qual, houve um pacto político entre o Estado, a nova burguesia e a velha burguesia, a fim de atenderem os interesses do grande capital. Em função desse pacto, a burguesia brasileira tem como característica ser dependente, não sendo capaz de “apresentar um projeto de poder autônomo e hegemônico para a nação, conduzindo-a, portanto, para os trilhos de uma economia dependente da dinâmica dos países centrais: subdesenvolvida em termos estruturais e autocrática” (PIRES, 2009, p. 412).

Assim, é possível constatar que Campos é uma cidade que viveu e vive a experiência de uma modernização conservadora, se constituindo enquanto um *lócus* privilegiado do arcaísmo¹⁹, assim como o Brasil. Ainda no século XX, se modernizou no que se refere a agro-indústria sucroalcooleira, que posteriormente entrou em

capitalista na situação de dependentes dos países centrais, tidos como mais desenvolvidos, especialmente no que diz respeito aos recursos, aos investimentos tecnológicos e ao conhecimento para manuseio desses novos instrumentos de trabalho (MARINI, 2012).

Visto a necessidade da dependência, os países centrais auxiliam os países com financiamento, recursos e abrindo as portas ao mercado, como o caso das grandes empresas multinacionais que se instalaram no Brasil, explorando a força de trabalho brasileira e levando de volta para o seu país de origem parte da mais-valia ou a mais-valia total, obtida por meio dessa relação entre países centrais e países de capitalismo dependente (MARINI, 2012 e FERNANDES, 2009).

O Brasil, assim como outros países que se configuram enquanto sendo de capitalismo dependente, não conseguem mudar o padrão de transformação, justamente por serem dependentes. Assim, seguem etapas vivenciadas pelos países centrais, sem que vivam a sua própria experiência, dentro de suas especificidades. Entretanto, essa dependência não se dá apenas no plano econômico, mas atinge outras esferas da vida, como nos planos cultural, social e político, conforme aponta Fernandes (2009).

Buscando alcançar as etapas vivenciadas em contextos diferentes, pelos países centrais, os países de capitalismo tardio buscam aperfeiçoar as técnicas utilizadas na produção. E, buscando obter cada vez mais a mais-valia, elevam a exploração cruel da força de trabalho, agravando ainda mais a barbárie que é o viver das classes subalternas (FERNANDES, 2009 e NETTO, 2013). Por isso, no Brasil, vivemos uma modernização conservadora, na qual se assentam novas formas de produção, com a modernização da agropecuária brasileira, mas os laços de exploração da força de trabalho e do agravamento da miséria são perpetuados e acentuados.

¹⁹ As contradições desse setor da economia brasileira que convive com o que de mais moderno existe em termos tecnológicos e também de mais arcaico, o chamado trabalho escravo, necessita ser discutido. Em 24 de agosto de 2010 a Folha de São Paulo publicou reportagem especial do repórter Mário Magalhães e do fotógrafo Joel Silva, intitulada “Os anti-heróis – o submundo da cana”, no qual fazia um panorama do setor sucroalcooleiro no país, focado principalmente nas condições de vida de seus trabalhadores no interior de São Paulo (MAGALHÃES, 24/08/2008). Essa reportagem, devido a sua abrangência, recebeu diversos prêmios nacionais e internacionais, onde se destacam o Prêmio Dom Helder Câmara de Imprensa, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil); o prêmio Every Human Has Rights (Todo o Ser Humano Tem Direitos), criado para celebrar os 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos; o Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, no Rio Grande do Sul e o 30º Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos concedido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo.

crise. Nesse momento, se reinventou com a extração do petróleo. Mas a sua modernização, mantém os seus traços arcaicos, uma vez que continua sendo marcada pela forte presença da elite local, do regionalismo, de relações patriarcais, populistas e coronelistas (CRUZ, 2018). Além da forte dependência que a sua burguesia tem do Estado (representado pela prefeitura do município). E nesse sentido, concordamos com Cruz (2018, p. 07) quando argumenta que

o grupo de poder hoje dominante no plano político-administrativo, à escala local, não necessita de desenvolvimento econômico para se reproduzir e manter o domínio, pois tem os *royalties* para serem utilizados para o clientelismo que rende votos. Alguns componentes políticos fundamentais da estratégia de dominação das elites tradicionais da “era do açúcar”, de caráter autoritário e conservador, sobrevive, apropriados, atualizados e acrescidos de novos elementos e atributos, pelos grupos dominantes atuais.

Dessa forma compreendemos o porquê do município de Campos não desenvolver a sua economia de forma a alavancar a qualidade de vida de sua população, permitindo a superação do quadro da desigualdade social do município. Assim a prefeitura não busca promover ações de desenvolvimento social, e, utiliza-se das rendas petrolíferas a fim de executar políticas de cunho eleitoral. Isso pode ser facilmente visualizado, quando constatamos que Rosinha Garotinho utilizou do déficit habitacional do município para se eleger. Construiu casas com os recursos advindos das rendas petrolíferas, utilizando-se do clientelismo, inclusive, para ter se reeleito em 2012, quando prometeu a construção de mais casas populares (MENDES, 2015b).

Retornando ao debate sobre a economia do município, para compreendermos os seus nexos com a problemática habitacional é importante sinalizar que os setores responsáveis pela empregabilidade de sua população mudaram consideravelmente, do campo e das usinas, para o setor petrolífero, de serviços e de comércio. Apesar disso, as formas de exploração do trabalho e de expropriação²⁰ continuam sendo instrumentais a reprodução das relações sociais no capitalismo, e, tornam-se cada vez mais expressivas e intensificadas, dado que a exploração da força de trabalho é, segundo Marx²¹ (2005) a única mercadoria que possui valor. E, dessa forma,

²⁰ O debate das expropriações hoje, como veremos no capítulo 3 da presente dissertação, tem sido discutido especialmente por David Harvey, Michel Leven e Virgínia Fontes.

²¹ Marx assinala que “a força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo; não pode livra-se dele [...] acumular capital e, portanto, aumentar o

compreendemos que para o capital se valorizar, ele precisa expropriar o trabalhador em diversas áreas de sua vida, além da expropriação do sobretrabalho.

E quando não é mais possível que a valorização ocorra apenas por meio da expropriação do sobretrabalho, tem-se novas expropriações, como a do acesso à terra e dos direitos. Neste estudo, buscaremos dar destaque a expropriação do lugar onde morar, uma vez que reconhecemos que as expropriações do acesso à moradia têm sido materializadas por meio do “*Morar Feliz*”, de forma invisibilizada, uma vez que famílias são reassentadas a partir do discurso do “risco” das inundações.

Isto é, criou-se na população o medo diante da recorrência das inundações, de forma a promover por meio dos aparelhos ideológicos a manufatura do consenso do “risco”. Para que assim a população pudesse enxergar o reassentamento de forma positiva, uma vez que representa a possibilidade de sair de um local de inundação, que representa “risco” a integridade física dos moradores do bairro de origem. Além de promover a oportunidade do acesso à casa própria, sem que dependa do favor dos usineiros, que emprestaram ou doaram terrenos e casas para algumas dessas famílias.

Mas diante dos dados obtidos por meio da pesquisa realizada foi possível aferir que por mais que as inundações ocorram com certa frequência no município, como nos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2012 e 2013 (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012), nem sempre as águas chegam as casas de todos os moradores de Ururaí. Apenas em 2009, quando a inundação teve a sua maior proporção histórica, que parte significativa das casas foi atingida pelas cheias do rio, como apresentaremos no terceiro capítulo.

Dado que a possibilidade real da população ser atingida pelas inundações é pequena, torna-se compreensível que o discurso do “risco” foi utilizado como forma de camuflar os reais interesses dos reassentamentos urbanos promovidos pelo “*Morar Feliz*”. Que se constituíram em buscar angariar os votos das classes subalternas para a então candidata Rosinha Garotinho, além de objetivar elementarmente promover processos de valorização do solo urbano, por meio do empresariamento da cidade.

Em síntese, o discurso do “risco”, portanto, foi utilizado de forma a mascarar os processos de reassentamentos para que a população não enxergasse que estava

sendo expropriada. Dessa forma o programa “*Morar Feliz*” oficializou as expropriações, uma vez que deu o “poder” à Defesa Civil de retirar involuntariamente os sujeitos de suas residências, quando se tratavam de áreas de “risco”. O que evidencia a coisificação dos sujeitos pertencentes às classes subalternizadas pelo capital nesses processos de reassentamentos, dado que em nenhum momento os sujeitos foram ouvidos, tampouco suas particularidades foram levadas em consideração (MENDES, 2015b e MALAGODI; SIQUEIRA, 2012). De forma que é nítido que o “*Morar Feliz*” tem um compromisso primário com o capital e com os seus interesses de acumulação pela vida da expropriação.

Os traços dos processos de expropriação em Ururaí se tornam mais evidentes ao identificarmos que famílias foram reassentadas por se tratar de uma área de “risco”, mas a prefeitura autorizou a construção de um condomínio vertical²² na mesma rua em que casas já haviam sido demolidas e outras estavam marcadas para serem demolidas e as famílias reassentadas quando novos conjuntos habitacionais ficassem prontos.

Desse modo, é indiscutível refletirmos sobre para quem Ururaí representa uma área de “risco”. A área de “risco” é para o pobre, pertencente às classes subalternizadas pelo capital, que não podem pagar nem arcar com os custos de um território no qual em seu em torno está concentrado o maior shopping do município e do corredor logístico. A construção desse shopping revalorizou essa área, de forma que condomínios residenciais têm sido construídos e dedicados às classes altas do município, exigindo a remoção dos pobres deste território, tornando-os suscetíveis a processos de reassentamentos pelo “*Morar Feliz*”, como forma de indenização do reassentamento e da expropriação.

É nítido que o que sobrou para a habitação das classes subalternas no apogeu do setor sucroalcooleiro em Campos foi o ocaso das usinas, isto é, as áreas que não tinham solo fértil ou boa localização para o cultivo da cana-de-açúcar ou para a instalação das maquinarias da usina. Hoje os espaços que se tornam

²² Não estamos questionando o “risco” do ponto de vista da geografia ou da arquitetura, por exemplo, porque isso foge do nosso campo de conhecimento. Mas não podemos deixar de comprovar que expropriações têm acontecido. E isso se torna nítido, quando casas foram demolidas a partir do discurso do “risco”, mas um novo condomínio foi construído no mesmo território. O que torna claro não só a expropriação como também nos coloca diante da real necessidade de estarmos aprofundando estudos sobre o tema, que nos ajude a aclarar a complexidade do programa “*Morar Feliz*”, para além das contradições que são aparentes. Uma vez que não só está contribuindo para garantir o processo de mercantilização da cidade, mas também está promovendo uma revalorização até mesmo de áreas de “risco”.

dedicados às classes subalternas são aqueles que não representam a valorização do solo urbano. Assim, no século XXI moderniza-se o acesso à moradia das classes subalternas no município, entretanto, a lógica da dependência e do favor permaneceram inalteradas, já que hoje não dependem mais dos senhores de usina, mas continuam em situação de sujeição, agora a partidos políticos e a prefeitos que deem continuidade a execução do programa *“Morar Feliz”*.

Diante da exposição realizada, é elementar destacarmos que o acesso à moradia das classes subalternas sempre se dá mediado pelo “risco”, uma vez que as famílias saíram de uma área de “risco” das inundações, por meio de processo de expropriação, mas se inserem em territórios e conjuntos habitacionais que são expressões de outros “riscos”, como o da violência, da perda dos laços e da sociabilidade, dentre outros, como vêm demonstrando estudos realizados por autores como Mendes (2015a e 2015b), Malagodi; Siqueira (2012), Cortes (2016) e Faria; Pohlmann (2015).

Assim, destaca-se que o programa cujo nome remete a possibilidade de que os seus contemplados tenham acesso a *“morar feliz”* apresenta contradições que representam um morar não feliz, dado os motivos elencados. É importante considerar que *“morar feliz”* não significa apenas sair de um local de “risco”, mas relaciona-se a possibilidade de viver a cidade plenamente²³, bem como a garantia de todos os direitos sociais que promovam condições mínimas para o processo de produção e reprodução social das classes subalternas. O que obviamente não se dará nessa ordem do capital, na qual no imperialismo, regido por políticas neoliberais apresenta a perda dos direitos sociais, cujas políticas sociais são fragmentadas, excludentes, superpostas, casuísticas e minimalistas, o que se intensifica ainda mais em contexto de tardo-capitalismo (NETTO, 2013 e YAZBEK, 2016).

Em síntese, o programa se apresenta enquanto uma inclusão excludente, porque permite o acesso à habitação, mas de forma excludente, ao não possibilitar a garantia do direito à cidade. Evidenciando que em tempos de tardo-capitalismo, até mesmo as políticas habitacionais promovidas pelo Estado apresentam a face destrutiva do capital.

²³ O conceito de direito à cidade será apresentado no primeiro capítulo.

Foi identificado, portanto, que os processos de reassentamentos realizados pela prefeitura de Campos foram responsáveis por desencadear não só a expropriação do acesso à moradia, mas uma série de novas expropriações de direitos. Destaca-se, entre eles, a perda do vínculo de trabalho com o pequeno comércio (MOTA, 2012 e ARRUDA, 2014), a perda do trabalho relacionado ao rio e a agricultura (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012 e MENDES, 2015b), a perda de benefícios sociais devido ao não cumprimento das prerrogativas do programa, em função da não inserção escolar, em virtude da falta de vagas nas escolas existentes nos bairros para os quais os sujeitos foram removidos (MENDES, 2015b), dentre outros. De modo que esses sujeitos passaram a vivenciar uma sucessão de processos de expropriação.

Esse cenário de materialização do “*Morar Feliz*” nos faz ter a clareza de que as expropriações não ficaram no século XV, mas permanecem inalteradas, e, apresentam-se de forma cada vez mais intensa na vida da população brasileira no que se refere ao morar, como foi possível constatar. Assim, concordamos com Harvey (2014) e Fontes (2001, 2012 e 2018) que vivenciamos hoje um processo de acumulação de expropriações, de forma que as expropriações primárias do sobretrabalho continuam ocorrendo, somada a novas expropriações, como da terra e dos direitos.

Em síntese, é preciso destacar que as expropriações primitivas, por meio do roubo da terra dos camponeses propiciaram a acumulação do capital. Hoje para que ocorra a valorização do capital em tempos de capital imperialismo, utilizam-se das expropriações como motor para esse processo. De modo que as expropriações contemporâneas representam

menos, portanto, do que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, as expropriações são geneticamente necessárias, *pero* adotando meios, formas e estratégias que se atualizam, tornando-as consoantes e necessárias à dinâmica capitalista do século XXI (MOTA, 2018, p. 173).

E é justamente por termos compreendido a permanência das expropriações no século XXI e a sua centralidade nos processos de reassentamentos ocorridos em Ururaí, que optamos por estudar a questão habitacional sob a ótica da expropriação. Dessa forma, buscamos identificar como esses processos ocorrem em tempos de

imperialismo, sobretudo, nos marcos do tardo-capitalismo que aprofundou ainda mais o quadro de desigualdades sociais a que é submetido o povo brasileiro, sendo notadamente visto em forma de barbárie.

Assim a pesquisa realizada objetiva contribuir para desvelar a aparência deste fenômeno histórico que é a expropriação. Além de propor reflexões aprofundadas sobre o enfrentamento da problemática habitacional no Brasil. Para tanto, buscamos um aprofundamento teórico-crítico que nos permitisse decifrar a lógica pela qual é materializada esta política, que aprofunda os elementos permanentes da expropriação em solo brasileiro.

Dessa forma, é elementar destacar que por expropriação compreendemos todos os processos que objetivam transformar meios de vida em capital. Assim, os reassentamentos se constituem enquanto expropriação, uma vez que retiram de famílias que necessitam da casa como meio de vida, para nela habitar, transformando-a em capital, em valor, a ser consumido apenas por uma pequena parcela da população.

Isso posto, é importante apreendermos no que se constitui a expropriação, que começou a ser estudada por Marx no capítulo XXIV do livro I do Capital denominado como “A assim chamada acumulação primitiva”. Nesse capítulo Marx (2013) analisa as expropriações primárias ocorridas no século XV, na Inglaterra, tendo marcado a expulsão dos camponeses para a cidade. Desse modo, promovendo os cercamentos dos campos, para a criação de ovelhas e permitindo posteriormente a extração e venda da lã, que neste século estava em seu apogeu.

Esse contexto foi responsável por marcar a mercantilização do solo. E, principalmente por promover a transição do sistema feudal ao sistema capitalista, quando os camponeses se tornaram vendedores da sua força de trabalho. Desse modo, apreendemos que as expropriações primitivas foram responsáveis por expropriar o sobretrabalho dos camponeses que se tornaram proletários nas indústrias que estavam sendo implantadas nos centros urbanos.

É notadamente reconhecida a importância de estudarmos a expropriação ainda hoje, isso porque ela não se limitou apenas ao processo de acumulação primitiva analisada por Marx (2013). Quase seis séculos depois ela ainda persiste, como pudemos constatar, mas atualmente não mais se constitui como um período necessário para o processo de acumulação primitiva, mas representa a forma elementar do capital, ocorrendo de forma expandida e permanente. Além de se

tornarem também universalizadas, afinal, estamos num momento histórico em que o capital é representado pelo imperialismo, no cenário do tardo-capitalismo. Em suma, compreendemos que as expropriações são disjuntivas do imperialismo, assim como a barbárie.

Esse debate sobre a agudização do viver das classes subalternas no que se refere ao acesso à habitação, através da potencialização das expropriações, nos faz concordar com José Paulo Netto (2013), quando afirma que estamos diante de uma barbárie²⁴ contemporânea, expressão do tardo-capitalismo²⁵, em sua fase imperialista, que é analisada pelo autor como sendo o que ele denomina como capitalismo contemporâneo, no qual o seu desenvolvimento representa o avanço fundado na barbárie.

O tardo-capitalismo é uma expressão das mudanças ocorridas desde a década de 1970²⁶, quando vivenciamos o período de crise do capital, no qual, segundo Netto (2013), esgotaram-se todas as possibilidades civilizatórias desse modo de produção, se constituindo enquanto um capitalismo destrutivo²⁷, no qual a sociedade caminha para um abismo da autodestruição, segundo Mészáros (2012). Nesse contexto, Netto (2013, p. 25) disserta que

²⁴ Ou como afirma Alves (2004, p. 37), estamos diante de um capitalismo selvagem, que representa “para os investidores, tudo; para o trabalho, nada – ou só as migalhas da ordem vociferante do capital”.

²⁵ O conceito é construído a partir de reflexões de István Mészáros e Ernest Mandel.

²⁶ A década de 1970 marca o período da crise do Welfare State - que significou o Estado de bem-estar social -, sobretudo, nos países da Europa Ocidental (NETTO, 2013). Esse período foi também palco de grandes transformações no mundo do trabalho e na sua forma de produção. Ocorreram avanços científicos incalculáveis, o que fez aumentar o desemprego e a exploração da força de trabalho para aqueles que conseguiram se manter no mercado de trabalho. Além de outras características concernentes ao trabalho como a flexibilização, a desregulamentação e a privatização, que servem de acordo com o autor supracitado para mostrar que o capital não tem compromisso com o social.

²⁷ Ressaltamos que o capitalismo destrutivo não está relacionado apenas aos chamados países em desenvolvimento. Alves (2004) indica que nos países de Primeiro Mundo, a pobreza tem se ampliado, nas mesmas condições em que há o crescimento e o desenvolvimento do sistema capitalista, de modo bárbaro. Nesse sentido, o autor descreve que “ao dizermos *sócio-metabolismo da barbárie*, queremos indicar uma matriz analítico-crítica capaz de identificar o complexo societário ampliado de irracionalidades psicossociais as mais diversas, cuja principal saliência disruptiva são as múltiplas formas de precarização objetiva (e subjetiva) da força de trabalho vivo. A base material do sócio-metabolismo da barbárie é o novo regime de acumulação e de reprodução societária do capitalismo global, caracterizado pela predominância do capital financeiro e da financeirização da riqueza capitalista” (ALVES, 2004, p. 32).

o último terço do século XX assinala o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital. Em todos os níveis da vida social, a ordem tardia do capitalismo não tem mais condições de propiciar quaisquer alternativas progressistas para a massa dos trabalhadores (num sentido mais geral, para a massa dos que só dispõem da sua força de trabalho) e para a humanidade. O fundamento último desta verdadeira mutação na dinâmica do capital reside no que o Prof. Mészáros vem caracterizando como a especificidade do tardo-capitalismo: a produção destrutiva, que presentifica a crise estrutural do capital.

Para compreendermos o tardo-capitalismo²⁸ e a barbárie que está posta, no cenário de capital-imperialismo é necessário nos atentarmos para alguns elementos constituintes da crise do capital. Segundo Alves (2004), a crise da mundialização do capital é uma crise do modo de produção capitalista, baseada na financeirização²⁹ da produção de riquezas. Desde o início da financeirização, nos anos de 1980, o capital tem apresentado de forma mais aguda as suas contradições e vulnerabilidades, o que nos torna claro que a crise do capital faz parte da própria dinâmica do capital mundializado. Com isso, a crise, que era para ser uma exceção, tornou-se a regra do sistema capitalista (MÉSZÁROS, 2009).

Cabe ressaltar que a crise vivenciada atualmente se trata de uma crise estrutural e orgânica do capital. Ela teve início em 1929, popularmente conhecida como “a grande depressão”. Posteriormente, temos a segunda grande crise nos

²⁸ Os países de capitalismo tardio são fortemente marcados pela intervenção estatal, com vistas a se desenvolverem. E, para tanto, objetivam criar e manter condições favoráveis para a extração de taxas de mais-valia cada vez maiores, contribuindo para o processo de acumulação capitalista. Segundo Mandel (1982, p. 405) a intervenção estatal assume então uma fase de estimulação, de inflação e de subvenção. Assim sendo, “o fortalecimento do Estado no capitalismo tardio é, portanto, uma expressão da tentativa de o capital superar suas contradições internas cada vez mais explosivas, e ao mesmo tempo é expressão do fracasso necessário dessa tentativa”.

A crise iniciada nessa década, busca como saídas para a sua superação, um maior desenvolvimento das forças produtivas, o que faz emergir uma substituição do capital variável pelo capital constante, do trabalho vivo pelo trabalho morto. De modo a marcar um contexto de precarização dos vínculos de trabalho e das relações salariais, que são notadamente vistos por meio da flexibilização e da terceirização do trabalho, por exemplo. Essas determinações no mundo do trabalho, tornam-se ainda mais deletérias nos países de capitalismo tardio, onde não se construíram as bases do Welfare State e nos quais há uma tendência da superexploração, para a extração superior da taxa de mais-valia, para maior acumulação do capital. O que contribui para degradar a condição de vida das classes subalternizadas, como destaca Mandel (1982) e Netto (2013), bem como no que se refere ao acesso à moradia. E nesse cenário, quando não é mais possível que o capital se valorize apenas pela extração da força de trabalho, inicia-se novas formas de expropriação, conforme já apresentado.

²⁹ O capital financeiro é aquele capital que atua no sentido especulativo-parasitário, de acordo com Alves (2004). É representado pelo capital que busca se valorizar, sem ter que passar pela esfera da produção de mercadorias, ocorrendo dentro do mercado financeiro.

anos de 1970, que representa a crise do imperialismo e da financeirização, de acordo com Alves (2004). E nos anos 2000 temos uma inflexão da crise da mundialização do capital com o estouro da bolha financeira dos Estados Unidos da América, que atingiu todos os países, ainda que de forma distinta, afinal, trata-se de um capital mundializado³⁰.

A barbárie e a destruição criativa, como pudemos constatar, faz parte do próprio movimento do capital. Mas a partir do século XX, as contradições do capital têm se apresentado com mais veemência e em larga escala, o que tende a barbarizar ainda mais a vida das classes subalternas, uma vez que buscando possibilidades de saída da crise, os processos expropriatórios tornam-se cada vez mais generalizados e universalizados. Alves (2004, p. 38) afirma que “no século XXI, a barbárie deixou de uma possibilidade concreta (socialismo ou barbárie), para tornar-se a própria forma de ser da civilização do capital”.

Chamando a atenção do leitor para a perversidade do capitalismo destrutivo, concordamos com Netto (2013), que vivenciamos o chamado tardo-capitalismo, no qual grande parcela da população brasileira vive de forma cada vez mais subalternizada, sem ter acesso à moradia ou tendo acesso de forma precarizada, como será evidenciado ao longo dos capítulos desta dissertação.

E é justamente nesse cenário de crise inaugurado na década de 1970, que as expropriações se tornam mais potencializadas (HARVEY, 2014). De forma que nos ajuda a compreender o porquê ainda hoje as expropriações ocorrem com tanta frequência, como no município de Campos, uma vez que o quadro de crise não foi superado.

Desse modo, consideramos necessário discutir a expropriação, e, sobretudo, a naturalização desses processos, na busca de contribuir para a construção de outras estratégias destinadas ao acesso à moradia das classes subalternas de Ururaí. Em perspectiva, que se urbanize o bairro e que o Estado realize outras medidas que garantam a possibilidade da população continuar residindo em seu bairro de origem, onde construíram toda a sua história de vida e todas as suas subjetividades. Em contexto de imperialismo, no cenário do tardo-capitalismo, como pudemos verificar, a barbárie se tornou a regra, e, é por isso, que é cada vez mais

³⁰ Frente a essas determinações da crise do modo de produção capitalista, Alves (2004) parte do entendimento que há uma tríplice crise do capital: crise sistêmica, crise orgânica e crise estrutural.

imprescindível problematizar a espoliação das classes subalternas, os reassentamentos urbanos e a naturalização das expropriações.

Assim sendo, elegemos como objeto de investigação, a problemática que envolve o acesso à moradia das classes subalternas no município de Campos, com foco na habitação de interesse popular, que promoveu reassentamentos urbanos, por meio do programa “*Morar Feliz*”, conforme já destacado. Nessa perspectiva, construímos uma questão que norteou todo o trabalho realizado, que em suma, busca compreender “De que forma a relação dialética entre o arcaico e o moderno no Brasil, que é oriundo da modernização conservadora, marca o processo de desenvolvimento nacional e traz implicações nas políticas habitacionais, demarcando os espaços da cidade, aprofundando as lutas de classes?”

As reflexões apresentadas guiaram nossos objetivos. Como **objetivo central** desse estudo, destacamos o interesse em contribuir para a ampliação do debate sobre as expropriações habitacionais, que se configuram enquanto uma das expressões da barbárie posta pelo tardo-capitalismo. Partindo do estudo sobre os reassentamentos a que são submetidas as classes subalternas e que foram ocasionados pelo programa “*Morar Feliz*” em Campos dos Goytacazes/RJ.

Como **objetivos específicos**, buscamos: 1) apreender o processo de urbanização brasileiro, a fim de identificar a espacialização das classes subalternas; 2) compreender de que forma o arcaico e o moderno se relacionam no município de Campos, no que se refere a sua economia e de que forma isso se representa no tocante à habitação; 3) apresentar alguns aspectos das políticas de habitação social no Brasil e em Campos, para apontar a sua lógica segregacionista e favorável a expansão do capital financeiro, na sua expressão imobiliária.

É necessário ressaltar que entendemos uma distinção entre método e metodologia. Nessa direção, concordamos com Netto (2011, p. 52) quando afirma que

para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação [...] Ele tratou de ser fiel ao objeto: é a estrutura e a dinâmica do objeto que comandam os procedimentos do pesquisador. O método implica, pois, para Marx, uma determinada posição (perspectiva) do sujeito que pesquisa: aquela em que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto extrair dele as suas múltiplas determinações.

E, nessa perspectiva, compreendemos que não há neutralidade nos estudos e pesquisas realizados, e, aqui, justamente por isso, optamos por trabalhar com o **método** marxista, que nos permite uma aproximação com o objeto estudado, a fim de extrair dele as suas múltiplas determinações. Portanto, para além de compreender como se dá o acesso à moradia das classes subalternas no município de Campos, buscaremos identificar nosso objeto em sua totalidade, dando suporte a apreensão macro que está por trás da conformação das cidades brasileiras. Para tanto, salientando as forças políticas em presença e a lógica do capital imobiliário, por meio da mediação de categorias como expropriação e tardo-capitalismo.

Isso posto, sinalizamos que, construindo a nossa relação como sujeito que investiga com o objeto estudado, elencamos os **procedimentos metodológicos** para alcançarmos nossos objetivos, que tem na síntese de documentos e na análise do programa “*Morar Feliz*”; nos indicadores sociais do IBGE; registros da imprensa sobre os processos de reassentamentos, disponibilizados no Banco de Desastres Socioambientais (ODAm/NESA). Além da utilização de artigos, monografias, dissertações, teses e livros, bem como de fontes documentais e midiáticas.

Netto (2011) destaca a importância da utilização de instrumentos e técnicas que permitam ao pesquisador “apoderar-se da matéria”, em outras palavras, do seu objeto de estudo. Foram utilizados três instrumentos de pesquisa para a materialização da pesquisa apresentada nesta dissertação: a pesquisa hemerográfica, que consiste na pesquisa a jornais, que nos permitirá conhecer a realidade dada, em suas especificidades. Trabalharemos ainda com a análise documental da pesquisa desenvolvida pelo NESA, da qual participamos de todas as suas etapas, até a materialização final dos dados apresentados. E análise da legislação brasileira, sobretudo, as leis, normas e estatutos concernentes ao direito à cidade e ao acesso à habitação no Brasil.

Além da realização da pesquisa bibliográfica, que será utilizada de forma constante e permite ao pesquisador uma aproximação da realidade trabalhada, além de oportunizar uma análise crítica do tema em tela. De acordo com Gil (2008, p. 50), “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador o conhecimento teórico. Segundo Netto (2011, p. 21), a teoria representa para Marx

a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

É com base nisso, que o nosso estudo é de natureza teórico-interpretativa, por meio da qual buscamos compreender a complexidade e as múltiplas determinações que envolvem a particularidade do acesso à moradia e dos processos expropriatórios em tempos de imperialismo, a fim de identificarmos os seus nexos. Sem deixar de considerar os dados quanti-qualitativos, que foram relevantes pois nos permitiram mediações teóricas com o nosso objeto de estudo.

Posto isso, a nossa investigação tem revelado a importância de aprofundar o debate sobre urbanização, direito à cidade, segregação socioespacial e sobre a centralidade da expropriação nos processos de reassentamentos. Dessa última preocupação, nos remete diretamente ao pensamento de Marx, quando para ele, as categorias estão relacionadas ao modo de produção e são produtos da história e do processo de relações sociais estabelecidos pelos homens em determinado espaço de tempo, sendo assim transitórias, porque a realidade é mutável (NETTO, 2011).

Diante do estudo das categorias destacadas, foi possível construir a **hipótese central** desse estudo, partindo do reconhecimento de que as políticas habitacionais no Brasil, historicamente se constroem tendo como prioridade a remoção das classes subalternas dos arcos de valorização do capital, espoliando-as para áreas cada vez mais distantes. Como forma de manufaturar o consenso dos sujeitos removidos, utiliza-se do discurso do “risco”, para obter legitimidade. A partir disso, os reassentamentos são vistos até mesmo de forma positiva, uma vez que retirou as famílias das áreas de “risco”, garantindo o acesso à casa própria. Essa retórica tem sido utilizada para fetichizar os processos de expropriação, bem como para invisibilizar as expropriações. Dessa forma, compreendemos que a intervenção estatal favorece o capital imobiliário, uma vez que ao remover as classes subalternas, promove uma valorização ainda maior dos espaços urbanos, contribuindo para o processo de expansão e de acumulação capitalista. Nessa perspectiva, entendemos a centralidade do empresariamento da cidade e da cidade mercadoria que faz com que os sujeitos não sejam apenas expropriados do seu local de moradia, mas também são expropriados do direito à cidade, de bens e de

direitos, vivenciando um processo de acumulação de expropriações, que se tornaram expandidas e generalizadas.

Ao identificarmos as similaridades com as quais a política de habitação brasileira é promovida, nos interessamos em trazer para debate neste estudo, a expropriação, que é um fator fundamental tanto para a compreensão da forma como a política habitacional é executada ainda hoje, apresentando traços marcantes do passado no presente, quanto para apreendermos a lógica destrutiva do capital imperialismo, cujas expressões se intensificam em países que vivenciam esse estágio em contexto de tardo-capitalismo.

E através do estudo que pretendemos desenvolver, por meio do estudo de caso, que demonstra uma totalidade, as mediações com o debate ora sinalizado, para que possamos de alguma forma contribuir para aclarar a complexidade da questão habitacional em termos de pesquisa, buscando subsidiar a superação do minimalismo conceitual e quem sabe, desta forma, adensar as críticas aos programas de habitação de interesse social.

Para além de buscarmos dar respostas ou soluções para a problemática habitacional, nos centralizamos em aglutinar ideias, informações, teorias e argumentos que possam nos ajudar a compreender os desafios e os limites da questão urbana, principalmente, daquela que se traduz por reassentamento e por expropriação.

Discutir a habitação no presente tempo, nos coloca o desafio de pensarmos a cidade enquanto espaço para além da materialização da construção da moradia. Refletir sobre a cidade, nos impõe, além de analisarmos o vai e vem da vida cotidiana, a discutir o processo de acirramento das expressões da “Questão Social”, traduzidas na luta de classes, que se revela nas expropriações, nos reassentamentos e nas remoções.

Desse modo, compreendendo a complexidade do tema, com o objetivo de apreendermos o objeto estudado e para facilitar a compreensão do leitor, é importante destacarmos que em alguns momentos citações foram utilizadas, demonstrando o rigor teórico em relação ao objeto e a sua exposição, de forma que tratamos de ser fiel ao autor estudado.

Ainda como forma de facilitar a compreensão do leitor sobre o objeto estudado, de forma didática dividimos a nossa dissertação em três capítulos, interligados dialeticamente. O **primeiro capítulo** intitulado “O Longo percurso da

política de habitação no Brasil: uma história de exclusão e expropriação das classes subalternas” buscou aprofundar a forma como vem sendo construída a política habitacional brasileira destinada às classes subalternas, cuja orientação se dá assentada na espoliação e expropriação da moradia dessas classes, reassentando-as para terrenos da periferia. Objetivamos demonstrar a relação do passado com as explicitações do presente no que se refere à moradia no Brasil, buscando desvelar os traços persistentes e expandidos dos processos de remoção, que têm contribuído para acirrar ainda mais a reprodução das desigualdades sociais e socioespaciais nos marcos do capital imperialismo, no cenário de tardo-capitalismo.

No **segundo capítulo**, “A conciliação do moderno com o arcaico no município de Campos dos Goytacazes”, buscamos aprofundar a centralidade das expropriações ocorridas no município de Campos, por meio da execução do programa “*Morar Feliz*” para parte das famílias de Ururá que já foram reassentadas. Foi ressaltada a história do município (relacionada à escravidão e à indústria sucroalcooleira), o que nos permitiu não só identificar a conformação social, espacial e econômica, mas também a passividade de seu povo, de forma que a manufatura do consenso do “risco” é obtida de forma singular, embora houvesse conflitos com manifestações públicas por terra, água, moradia e entrega das casas do “*Morar Feliz*”.

No **terceiro capítulo** denominado “Expropriação e barbárie: a face persistente do capital” objetivamos demonstrar os elementos da expropriação primitiva e da expropriação contemporânea, de forma que reforçou a nossa hipótese central, nos auxiliando na compreensão de que as expropriações são disjuntivas do capital imperialismo, e, que em cenário de tardo-capitalismo, as suas consequências tornam-se ainda mais bárbaras e evidentes na vida e no morar das classes subalternas.

Temos clareza que por mais que estejamos apresentando um estudo que não se limite a aparência do “*Morar Feliz*”, a nossa contribuição ainda é modesta face a complexidade do programa e dos processos de reprodução do capital. Desta forma, todo final representa um começo, e, assim, ao chegarmos ao final do mestrado, nos colocamos diante de novas indagações e de um novo começo. Isso posto, reconhecemos a necessidade de adensarmos em período posterior os estudos e reflexões aqui elencados, uma vez que aqui se iniciou uma clara viagem de

encantamento tanto pelo universo do conhecimento, quanto pelo objeto desse estudo.

1 O LONGO PERCURSO DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE EXCLUSÃO E DE EXPROPRIAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS

Pedimos, por favor, não achem natural o que muito se repete!

Bertold Brecht – Nada é Impossível de Mudar

Mesmo marcadas por processos distintos de reprodução das relações sociais, as cidades têm em comum o fato de serem tão desiguais e segregadas. Essa análise nos leva a um caminho: pensar o capitalismo, que acentua cada vez mais essas disparidades sociais, lançando à sorte às classes subalternas em todos os sentidos da sua vida, inclusive, no que se refere à moradia.

E nessa perspectiva, a cidade apresenta-se enquanto reprodutora das desigualdades sociais, tornando-se palco do espetáculo, quando temos de um lado a especulação imobiliária, o Estado e os interesses do capital, que para aumentar o seu valor, concentra as riquezas socialmente produzidas nas mãos de pequena parcela da população. Enquanto a grande maioria da população fica à mercê desse sistema, em condições extremas e precárias de vida e reprodução social. E, do outro lado do palco, temos as classes subalternas, que têm de criar e recriar estratégias para ter acesso ao morar, quando vivem processos de sucessivas expropriações.

A fim de compreendermos a forma como se dá o acesso à habitação das classes subalternas no presente século, faz-se necessário um estudo sobre a ocupação das cidades brasileiras em tempos mais remotos, para que possamos conhecer o passado, a fim de compreender o presente e pensar estratégias, a fim de transformar o futuro. Para tanto, torna-se imprescindível, pensar o processo de urbanização³¹ brasileiro. E, necessariamente implica apontar para o fato do Brasil ser durante muitos séculos um país cuja economia estava relacionada ao setor

³¹ O processo de urbanização brasileiro, não marca apenas a mudança do campo para a cidade, mas traz mudanças significativas em todas as áreas da vida da população brasileira. Nesse sentido Souza (2017, p. 42) narra que “a urbanização enseja, instaura-se no país nessa época, como a forma de vestimenta, a comida, o modo de transporte, o jeito de andar, o tipo de sapato etc.” E isso ocorreu segundo o autor, devido a “necessidade” de uma europeização do Brasil.

agrário. Santos (2009) caracteriza o Brasil como sendo um país “essencialmente agrícola”.

Os principais produtos produzidos no Brasil eram tanto para a exportação, dos quais destacam-se o café, o cacau, o algodão e o trigo, como produtos não tradicionais, como a soja e os cítricos. Além de ter o desenvolvimento da produção de frutas, hortaliças e verduras, segundo Santos (2009).

A urbanização brasileira³² é considerada como um processo, justamente por não ter ocorrido em um movimento uniforme, mas foi passando por três processos, conforme assinala o geógrafo Milton Santos (2009), no livro “A Urbanização Brasileira”. Tal processo, se iniciou, de forma tímida, a partir do século XVIII, quando os senhores donos das fazendas ou de engenhos, passaram a fazer das cidades, o local de implantação da sua residência. Neste momento, passaram a ir as suas fazendas mais esporadicamente, nos períodos de corte e de moagem da cana-de-açúcar.

Mas antes de adentrarmos ao debate sobre o processo de urbanização do Brasil, é elementar apontarmos algumas considerações sobre o quadro de desigualdades vivenciadas no país, que interfere direta e profundamente na forma em que se deu a conformação das cidades.

1.1 Notas Acerca da Complexidade da Desigualdade

Refletir sobre o Brasil necessariamente nos faz remeter ao estudo sobre as desigualdades sociais no país, uma vez que os expressivos traços da desigualdade social em tempos de imperialismo, em contexto de tardo-capitalismo são reflexos da sua trajetória, que é marcada por uma série de expropriações.

Na atualidade esse quadro se torna cada vez mais expressivo, porque as expropriações se expandiram e se universalizaram. Nessa perspectiva, concordamos com a análise de Fontes (2012, p. 53), quando discute que

³² O Nordeste brasileiro foi o primeiro ensaio do processo de urbanização brasileiro, especialmente o Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste. Segundo Santos (2009), os municípios de Salvador, Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, grandes centros culturais e comerciais do Nordeste formaram a primeira rede urbana das Américas.

O fato de tais disponibilizações de trabalhadores (expropriações) significarem imediatamente um aprofundamento das desigualdades entre os próprios trabalhadores expressa não apenas a insensibilidade duabre da existência humana do processo de concentração da propriedade tout court, como ainda desvenda a intencionalidade de muitas das expropriações.

Em síntese, muito da desigualdade vivenciada é fruto do processo de conformação histórico-social do Brasil (CASTELO, 2011; ANJOS e CARVALHO, 2018). Desde o seu descobrimento, por volta do ano de 1500 o país é tomado pelos nexos da expropriação, quando os índios se tornaram mão-de-obra para Portugal, que colonizou o país. Posteriormente, vivenciamos um quadro de escravidão que se perdurou por aproximadamente 400 anos.

Após a abolição, os escravos tornaram-se trabalhadores livres, mas sem qualificação para inserção no mercado de trabalho, continuaram à mercê de um mercado de trabalho precário e mal remunerado, em muitos casos, trabalhando com os seus antigos senhores, mas com a distinção da condição salarial. E é justamente a partir da inserção da exploração do trabalho assalariado que se tem um acirramento das desigualdades sociais (CASTELO, 2011).

É reconhecido que no século XX, quando o país viveu o seu processo de urbanização, marcado pela Revolução Industrial e pelo êxodo rural, tem-se a consolidação do capital, que corroborou para conformar um sistema econômico excludente, de forma que as desigualdades sociais se tornaram mais evidentes (BORGES e AMARAL, 2015). Concordamos com os autores supracitados, quando em suma destacam que no Brasil as desigualdades sociais são

como uma herança colonial, onde os pilares desta desigualdade se assentavam na influência ibérica, nos padrões donos de títulos e de latifúndios e na escravidão. É evidente que essas variáveis contribuíram fortemente, mas tem-se percebido a desigualdade como decorrência do efetivo processo de modernização que houve no país no início do século XIX. Junto com o crescimento econômico cresceu também a miséria e as dificuldades, fato típico do capitalismo (BORGES e AMARAL, 2015, p. 5).

Em cenário de desenvolvimento do capital e de crescimento da miséria e da pobreza, é importante salientar, a presença de duas classes sociais: as classes subalternizadas pelo capital e as classes burguesas. Nessa relação contraditória em que se inscrevem, é preciso ter clareza de que

a propriedade desta ou daquela mercadoria, afirma a teoria marxista das classes sociais, condiciona a inserção dos cidadãos no processo de

produção: enquanto os proprietários dos meios de produção inserem-se de forma dominante no reino da produção – tornando-se, portanto, detentores de largas somas da riqueza gerada -, os proprietários da força de trabalho inserem-se de forma subalternizada, sendo obrigados a vender sua mercadoria por valores beirando muitas vezes o mínimo de subsistência (CASTELO, 2011 p. 344).

É possível aferir que o cerne da desigualdade social no Brasil está intrinsecamente relacionada a dinâmica em que o capital se conformou, sobretudo, por se tratar de um país que é subordinado ao mercado mundial, que entra tardiamente e em relação de dependência³³ dentro desse processo.

Se nos atentarmos para os números da riqueza nacional apresentados por meio do Produto Interno Bruto (PIB), identificamos que em 30 de novembro de 2018, totalizava-se em R\$: 1,716 trilhões, valor expressivo. Entretanto, toda essa riqueza encontra-se concentrada³⁴ nas mãos de parcela ínfima da população, quando os 5% mais ricos possuem a mesma renda que os outros 95% da população. Com base nisso, o Brasil se constitui enquanto o 9º país mais desigual³⁵ do mundo.

Quando se discute a questão da desigualdade social no Brasil, a tendência dos estudos é evocar os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e por outras fontes que disponibilizem, sobretudo, dados quantitativos. Mas é preciso que nos atentemos para o fato de que a análise dessa categoria nos faz remeter a luta de classes.

No que se refere especialmente ao debate sobre o acesso à moradia, as desigualdades sociais, portanto, vão estar intrinsecamente relacionadas à forma como essas distintas frações de classe vão ter acesso ao solo urbano e a garantia (ou não) do seu acesso ao direito à cidade. Nessa mediação, é possível aferir que em muitos momentos da história, diante desse quadro desigual de acesso à moradia

³³ “O capitalismo dependente está sempre se transformando, seguindo as evoluções das sociedades centrais hegemônicas, sem no entanto conseguir mudar o padrão de transformação, passando da articulação dependente para o desenvolvimento relativamente autônomo” (FERNANDES, 2009, p. 60). Para aprofundamento no assunto, consultar Marini (2012) e Fernandes (2009).

³⁴ Para maiores informações, sobre desigualdade e concentração no Brasil, consultar: Marina Rossi. *Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre*. Disponível em: < https://brasil.elepaís.com/brasil/2017/09/22/politica/1506096531_079176.html>. Acesso em 26. dez. 2018.

³⁵ DINIZ, Maiana. *Renda recua e Brasil se torna o 9º país mais desigual*. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-11/renda-recua-e-Brasil-se-torna-o-9%C2%BA-pa%C3%ADs-mais-desigual>>. Acesso em 14. jan. 2019.

e à cidade, as classes subalternas colocam na ordem do dia essa questão em debate.

Fruto dessas lutas entre as classes sociais antagônicas, o Estado promove a execução da Política de Habitação brasileira, como forma de conter essas manifestações e garantir a manutenção da hegemonia do bloco burguês. Ocorre que a forma como tem se dado a sua materialização, tem contribuído ao longo da história para promover e garantir o gerenciamento da pobreza, sem que se questione a base social elementar para a reprodução das desigualdades sociais: o debate sobre o capital e sobre a luta de classes.

Desse modo, consideramos relevante compreendermos um pouco mais sobre a forma como a política habitacional tem sido desenvolvida no Brasil, reproduzindo e ampliando as desigualdades sociais, que em traço permanente tende a expropriar as classes subalternas dos seus terrenos, quando concentrados no eixo de valorização do capital, espoliando-as para áreas afastadas, de forma a promover o processo de valorização e mercantilização do espaço urbano, mantendo e criando condições favoráveis para o processo de expansão do capital imobiliário, atendendo a racionalidade da cidade mercadoria.

1.2 Urbanização no Brasil e Reprodução das Desigualdades

Segundo Maricato (2011), o Brasil, no final do século XIX, tinha cerca de 10% de sua população morando nas cidades. A autora sinaliza que o país já tinha grandes cidades desde o Brasil Colônia, mas foi apenas a partir do século XIX e início do século XX que se deu o processo de urbanização³⁶ brasileiro. Ela destaca que esse processo ocorreu especialmente motivado pela emergência do trabalhador livre, pela proclamação da República e pelo incentivo da industrialização³⁷ que ora se iniciava no país.

³⁶ Para Pires (2009), ao analisar o livro “Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola” de Martine e Garcia, o processo de urbanização brasileiro é reflexo da sua modernização conservadora, que expulsou os trabalhadores do campo, dando lugar às máquinas. Sem alternativas de subsistência no campo, os trabalhadores são “forçados” a irem em direção às cidades, em busca de inserção no mercado industrial que estava sendo inaugurado.

³⁷ No Brasil, trata-se de uma industrialização que, de acordo com Pires (2009), se constituiu de

Devido a esse contexto, concordamos com Souza (2017, p. 40), quando afirma que o processo de urbanização brasileiro marcou

uma piora nas condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços pobres das cidades. O nível de vida baixou, a comida ficou pior e a casa também [...] Os sobrados senhoriais, [...] por serem escuros e anti-higiênicos, tornaram-se com o tempo prisões defensivas do perigo da rua, dos moleques, dos capoeiras, etc. Uma lógica de convivência naturalizada com a desigualdade social que também veio para ficar.

Processo similar ocorreu na Alemanha no século XIX, quando o país passava por um processo de transição de país agrícola para assentar a base da sua economia nas indústrias. Ainda que em contexto diferenciado, tanto no que se refere ao tempo, quanto no que se refere ao espaço, é importante demarcar essa situação, por apresentar bastante similaridade ao caso brasileiro. O autor argumenta:

A época em que um velho país agrícola passa por tal transição – e, ainda por cima, acelerada por circunstâncias tão favoráveis – da manufatura e da pequena empresa para a grande indústria é também predominantemente um tempo de ‘escassez de moradia’. Por um lado, as massas de trabalhadores rurais são atraídas de repente para as grandes cidades, que se transformam em centros industriais; por outro lado, a configuração arquitetônica dessas cidades mais antigas deixa de satisfazer às condições da nova grande indústria e do trânsito que lhe corresponde; ruas alargadas

um capitalismo dependente dos países centrais, do qual participam desse arranjo a burguesia nacional, a burguesia internacional e o Estado. Embora não nos detemos a discussão sobre o capitalismo dependente, para compreensão do leitor, é importante citar que os países de capitalismo dependente são aqueles que entraram tardiamente no circuito de produção capitalista. Por isso, entram na situação de dependentes dos países centrais, tidos como mais desenvolvidos, especialmente no que diz respeito aos recursos, aos investimentos tecnológicos e ao conhecimento para manuseio desses novos instrumentos de trabalho (MARINI, 2012).

Visto a necessidade da dependência, os países centrais auxiliam os países com financiamento, recursos e abrindo as portas ao mercado, como o caso das grandes empresas multinacionais que se instalaram no Brasil, explorando a força de trabalho brasileira e levando de volta para o seu país de origem parte da mais-valia ou a mais-valia total, obtida por meio dessa relação entre países centrais e países de capitalismo dependente (MARINI, 2012 e FERNANDES, 2009).

O Brasil, assim como outros países que se configuram enquanto sendo de capitalismo dependente, não conseguem mudar o padrão de transformação, justamente por serem dependentes. Assim, seguem etapas vivenciadas pelos países centrais, sem que vivam a sua própria experiência, dentro de suas especificidades. Entretanto, essa dependência não se dá apenas no plano econômico, mas atinge outras esferas da vida, como nos planos cultural, social e político, conforme aponta Fernandes (2009).

Buscando alcançar as etapas vivenciadas em contextos diferentes, pelos países centrais, os países de capitalismo tardio buscam aperfeiçoar as técnicas utilizadas na produção. E, buscando obter cada vez mais a mais-valia, elevam a exploração cruel da força de trabalho, agravando ainda mais a barbárie que é o viver das classes subalternas (FERNANDES, 2009 e NETTO, 2013). Por isso, no Brasil, vivemos uma modernização conservadora, na qual se assentam novas formas de produção, com a modernização da agropecuária brasileira, mas os laços de exploração da força de trabalho e do agravamento da miséria são perpetuados e acentuados.

e realinhadas e ferrovias instaladas no meio delas. No momento em que os trabalhadores afluem em massa, as moradias dos trabalhadores são derrubadas aos montes. O resultado disso é a repentina escassez de moradia para os trabalhadores (ENGELS, 2015, p. 25).

E, ao longo das próximas linhas, quando iremos adentrar um pouco mais no debate sobre o processo de urbanização, será possível corroborar com tal inferência, do como a escassez de moradia foi construída no Brasil, sobretudo, a partir do seu processo de industrialização e urbanização. O que nos permitirá compreender os processos de expropriação do direito à moradia pelos quais passaram as classes subalternas, quando se concentravam em áreas que interessam ao capital imobiliário.

1.2.1 As primeiras intervenções relacionadas à moradia no Brasil

Entre os séculos XIX e XX, muitas transformações foram realizadas no país, que vivia o seu processo de urbanização, que é intitulado por Maricato (2011) como sendo um urbanismo “à moda” da periferia, ou como Jessé Souza (2017) aborda foram realizadas obras “para inglês ver”. As obras buscavam o embelezamento das cidades, que objetivavam valorizar os terrenos e favorecer o mercado imobiliário. Enquanto isso, a população pobre era expulsa das cidades e das áreas centrais e ia ocupando os morros e as “franjas” da cidade. Foram realizadas também obras relacionadas ao saneamento básico, para conter as epidemias que vitimavam os trabalhadores e que em alguns momentos, dependendo da sua intensidade, alcançava as classes média e alta.

Maricato (2000) salienta para essa lógica do embelezamento das cidades brasileiras, quando escreveu que ainda em 1875 a 1906, a elite brasileira tinha como plano de obras o embelezamento e melhoramento das cidades, para que se tornassem parecidas com as cidades europeias como destacava Bonduki (2011). Maricato (2000) argumenta que no século XX, essa preocupação com o embelezamento vem acoplada com a preocupação com os serviços infra-estruturais.

Até 1870 não havia tanta diferenciação do local de moradia dos estratos sociais existentes nas cidades. Todavia, na década de 1880, inicia-se de forma mais veemente a diferenciação dos espaços habitacionais, o que hoje chamamos de

segregação socioespacial³⁸. A partir dessa década, as áreas centrais tornaram-se espaços para as atividades relacionadas ao comércio, indústria e outras atividades. Surgiram no seu em torno, os bairros operários e os bairros residenciais finos, destinados à moradia da elite.

Os chamados bairros operários, apresentavam

a deterioração das condições de vida na cidade, provocada pelo afluxo de trabalhadores mal remunerados ou desempregados, pela falta de habitações populares e pela expansão descontrolada da malha urbana, obrigou o poder público a intervir para tentar controlar a produção e o consumo das habitações (BONDUKI, 2011, p. 27).

Diante do quadro exposto sobre a realidade dos trabalhadores, tanto no que se refere a moradia, quanto a vida e reprodução desses trabalhadores e face aos surtos endêmicos, o governo teve que intervir. Foram realizados serviços na topografia urbana, obras de saneamento, ampliação ao acesso da água e serviços de saúde.

Segundo Bonduki (2011) as primeiras intervenções urbanas, que datam da década de 1880 ocorreram em virtude das atividades urbanas relacionadas ao comércio do café, que levou muitos trabalhadores para as cidades, ocupando locais insalubres e superlotados, o que ocasionou, nas palavras do autor, uma ameaça à saúde pública.

Logo a preocupação estava voltada também para a economia do setor de exportação, tendo em vista que os negociadores não iriam querer ter reuniões ou fazer negócios em áreas com surtos endêmicos. Afinal, não iriam querer correr o risco de serem infectados. Nesse período, o risco por contaminação das águas e do esgoto era muito grande, sendo alvo da intervenção estatal.

³⁸ A segregação é entendida por Ana Carlos (2007, p. 112) como “a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Nesse sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor, uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social neste nível à existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista”. Em suma, a segregação significa a fragmentação e as fronteiras imaginárias que são criadas em torno do território, no que se refere às áreas destinadas as diferentes frações de classes sociais, com o objetivo de promover a valorização dos espaços urbanos, que tornam-se guiados pela concepção da cidade mercadoria e pelo empresariamento da cidade.

Temos assim a partir de 1885, uma preocupação de médicos, higienistas e engenheiros sobre a saúde pública e a sua relação com a habitação. E nesse sentido, tinha-se o amplo apoio para a criação de leis e serviços sanitaristas, que seguiam a lógica europeia, para sanar as doenças endêmicas. Entendemos assim que a real preocupação das classes média e alta não era com a condição de moradia das classes subalternizadas. Mas começou-se a intervir na questão habitacional no momento em que as doenças atingiram a burguesia. Ademais, é claro, não podemos nos esquecer da apreensão com os trabalhadores mais especializados, que interessavam ao capital e que neste momento eram poucos.

Em face desse contexto, o poder público agiu de três formas, a primeira estava relacionada ao controle sanitário das habitações; a segunda a legislação e aos códigos de postura e a terceira a obras de saneamento, urbanização e implantação de serviços de água e esgoto (BONDUKI, 2011).

No que se refere ao controle sanitário das habitações, foi criada a Diretoria de Higiene que tinha o poder de polícia, assim entravam nas residências, removiam os moradores, desinfetavam as casas, os móveis e os utensílios pessoais. Em alguns casos, levavam pessoas com suspeita de alguma doença para hospitais ou áreas de isolamento e isolavam as casas. Em outros casos, demoliam ou queimavam as casas.

Sobre o controle sanitário nas residências, sobretudo, das classes subalternas que eram consideradas como o foco das doenças endêmicas, Bonduki (2011, p. 34) disserta:

A estratégia de visitas domiciliares e desinfecções em nada contribuiu, porém, para melhorar as péssimas condições de moradia e saúde ou eliminar suas causas: pobreza, superexploração e baixos salários, subnutrição, falta de saneamento e de moradias dignas. Gerados por uma ordem social e econômica injusta, esses problemas permaneceram intocados.

É perceptível que essa ação de destruir casas teve como objetivo aumentar ainda mais a segregação, contribuindo para a valorização dos espaços centrais, atendendo a perspectiva do empresariamento das cidades. Esse cenário corroborou para aumentar ainda mais a escassez habitacional já existente no Brasil.

Em 1886 é criado o Código de Posturas que regulava a criação de casas e cortiços, determinando que cada cômodo deveria ter no mínimo 5m², cada linha do cortiço deveria ter 5m de distância uma das outras. Os cortiços deveriam ter ainda

poço com água, um tanque de roupas a cada seis casas, uma latrina com água para cada 2 casas. E os cortiços não poderiam ser em áreas próximas ao comércio. Pouco tempo depois, em 1894, tivemos a criação do Código Sanitário, que era mais rígido, não aceitando a existência de cortiços e atribuía aos municípios a fiscalização para fechamento dos cortiços. O Código Sanitário não permitia casas subdivididas para mais que seis famílias (BONDUKI, 2011).

Entretanto, é perceptível que a criação de casas e cortiços em padrões baratos, onde a superpopulação se fazia presente era uma necessidade da época, haja vista que as classes subalternas, ganhavam baixos salários, que sendo dividido para alimentação, vestuário e moradia, era ínfimo, para arcar com moradia em melhores condições.

Dessa forma, compreende-se que a existência da lei não significa necessariamente a sua execução. Isto posto, sinalizamos que a lei em alguns casos era cumprida, quando significava ameaças endêmicas. Assim, cortiços e casas foram queimados e demolidos. Mas quando não apresentavam perigos, era tolerada, afinal, se todas as habitações insalubres fossem destruídas, as classes subalternas seriam desabrigadas e desalojadas, lançados mais uma vez à própria sorte. Somado ao fato de que o Estado não teria recursos suficientes para prover novas habitações, além de não ser do seu interesse a construção de casas populares destinadas às classes subalternas. Afinal, em nada lucraria com isso. Desde esse período, o ilegal, já era tornado regra, no que se refere à habitação das classes subalternas no Brasil.

E é justamente nos anos de 1900, que temos a segunda parte do processo da urbanização brasileira, quando esse processo atingiu de acordo com Santos (2009), a sua maturidade. Foi somente no século XX, que a cidade começa a tomar a forma, como a conhecemos hoje, no ano de 2019. Entretanto, é preciso considerar que sendo a cidade um processo transitório, atualmente ela vem se reconfigurando, de acordo com a reprodução das relações sociais dos sujeitos que ocupam esse espaço.

No início do século XX, o país passou por uma grande obra higienista, para atrair trabalhadores para as lavouras de café, dado que desde a extinção da abolição da escravatura, havia a necessidade da mão de obra (AZEVEDO, 2003). A cidade do Rio de Janeiro, em especial, vivenciou de perto essas grandes transformações ocorridas no período de urbanização, afinal, tratava-se da capital do país, portanto, a capital do negócio. Silva (2011, p. 13) narra esse processo:

O anseio de modernizar a então capital federal – superando-se, com isso, os resquícios do passado colonial e imperial – explicitava-se, de um lado, nas demolições e arrasamentos dos cortiços, casebres, vielas, ruelas e morros; e, de outro, na abertura e alargamento de vistosas avenidas e ruas, na construção de pomposas edificações, na eliminação dos maus cheiros e sujeiras.

Essas obras e transformações urbanísticas tornaram-se ainda mais acentuadas no início do século XX, quando a preocupação com o embelezamento da cidade veio acoplada com a preocupação com os serviços infra-estruturais. Assim, de 1903 a 1906, foram realizadas obras, que ficaram conhecidas como Reforma Pereira Passos³⁹, idealizadas pelo então prefeito da cidade do Rio e engenheiro⁴⁰ de mesmo nome. Buscava-se um aburguesamento das cidades, em detrimento da pobreza existente, segundo Azevedo (2003).

Dentre as obras realizadas, tivemos a abertura de grandes ruas, como as avenidas Beira-Mar, Mem de Sá e Salvador de Sá. Foram construídas galerias subterrâneas, em detrimento da canalização dos rios que cortavam bairros como Botafogo, Rio Comprido, Laranjeiras e Engenho Velho. Desse modo, assim como no século XIX, tem-se continuidade a uma política de urbanização expropriatória, dado que muitos moradores foram expulsos de suas casas, que foram tombadas, para que essas obras pudessem ter sido implementadas. As políticas urbanas realizadas por Pereira Passos foram denominadas como “bota abaixo”, em função da característica elencada, quando até mesmo o morro do Castelo no centro da cidade foi demolido.

Foram realizadas algumas obras, como a modernização do porto, a criação do Teatro Municipal, do Paço Municipal, de três mercados, além da arborização de praças e ruas. Essas obras objetivavam melhorar a aparência da cidade, buscando

³⁹ Muito da Reforma implantada por Pereira Passos, foi inspirada nas reformas iniciadas pelo prefeito Cândido Barata Ribeiro, que governou a cidade do Rio de 17 de dezembro de 1892 a 25 de maio de 1893. As medidas sanitárias que o médico tomou foi combatida com violência por parte dos comerciantes e dos proprietários urbanos (SILVA, 2011). É interessante observar que todas as medidas higiênicas e sanitárias propostas nesse período, sempre fez piorar a condição de vida das classes subalternas.

⁴⁰ É importante destacar que Pereira Passos foi indicado para ser prefeito do Rio, porque o presidente do Brasil, Rodrigues Alves, queria alguém que pudesse governar e também fosse capaz de orientar as obras urbanas e para isso, nada melhor do que um engenheiro. Logo após assumir, o presidente dá autonomia ao prefeito para realização das obras que visassem reformar a cidade do Rio (AZEVEDO, 2003).

o seu embelezamento. Ademais, buscavam enfrentar os surtos endêmicos, como febre amarela, varíola e disenteria que assolavam a região (SILVA, 2011).

Tamanha era a preocupação com as epidemias, que foram criados dois decretos, nº 4.463/1902 e nº 966/1903, que transferiam a responsabilidade do Serviço Municipal de Higiene para o Governo Federal, para que se obtivesse maior eficácia. Utilizou-se da medida: diagnóstico, isolamento e tratamento dos enfermos para conter os surtos. Percebeu-se que essa prática já não era mais suficiente e foi iniciada a estratégia da prevenção. Com isso, além das já citadas obras, morros foram destruídos, casas foram tombadas, com a justificativa de que precisavam da livre circulação do ar para que as doenças não fossem manifestadas, garantindo a qualidade de vida e a saúde dos cariocas (Idem).

Conquanto, nem todas essas “reformas” objetivavam garantir qualidade de vida ou pensava-se no bem-estar⁴¹ da população, muitas casas foram demolidas, além dos cortiços no centro da cidade, delineando a valorização de áreas que estavam “aos olhos” da especulação imobiliária.

Para piorar ainda mais a situação dos cariocas pertencentes às classes subalternas, em março de 1903, Oswaldo Cruz assume a direção-geral da Saúde Pública e promete acabar com a varíola em 4 anos. No ano seguinte, em 31 de abril, foi aprovada no Congresso lei que tornava obrigatória a vacinação de toda a população. A partir daí, começou uma grande indignação e revolta coletiva, que ficou conhecida como a Revolta da Vacina (SILVA, 2011).

É importante mencionar que até 1930, a economia brasileira estava voltada para o setor agrário, mas a partir desse período, voltou-se para a exportação e para a indústria, sendo fortemente regida pelo mercado internacional. E dessa forma, com o crescimento das indústrias, mais trabalhadores chegaram às cidades.

Na década de 1930 aconteceu no Brasil, o que os estudiosos denominam como êxodo rural. Os trabalhadores foram em direção às cidades em busca de melhores condições de vida, trabalho e reprodução. Entretanto, ao chegarem nas cidades, confrontaram-se com outro quadro: não havia emprego para todos que precisavam vender a sua força de trabalho para sobreviver. Com o inchaço das cidades, os trabalhadores passaram a ocupar áreas insalubres, suscetíveis a doenças, que logo se transformaram em surtos endêmicos.

⁴¹ Sinalizamos que o Brasil nunca viveu um estado de bem-estar social.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, trabalhadores foram substituídos pelas máquinas e pelas novas tecnologias. O mercado passou a exigir um número muito menor de trabalhadores, tornando à sorte os demais, que são considerados por Marx (2005), como os trabalhadores supérfluos relativamente ou os trabalhadores excedentes. Nessas condições, os trabalhadores que compõem o exército industrial de reservas ficam à disposição do capital, para os momentos de expansão ou de retenção do modo de produção e de suas necessidades.

No entanto, se há um grande número de trabalhadores em busca de trabalho, há também a submissão e a aceitação aos baixos salários pagos. Ademais, tornam-se cada vez mais degradantes a situação a que são expostos. E nesse sentido, é compreensível o porquê dos trabalhadores serem submetidos a situações cada vez mais precárias de moradia no espaço urbano.

Assim, entendemos que a problemática habitacional se constitui enquanto uma das facetas da “Questão Social”. É imprescindível destacar que a “Questão Social” é representada pelas

expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO e CARVALHO, 1983, p. 77).

A gênese da “Questão Social” está relacionada ao momento em que os atores sociais emergem na cena política, exigindo o seu reconhecimento enquanto classe, solicitando a intervenção estatal para além da intervenção apenas baseada na repressão e na lógica da caridade.

José Paulo Netto (2001) ao elaborar “Cinco Notas a Propósito da “Questão Social” revela que é possível abordar a sua gênese por volta de 1830, revelando que

a expressão ‘Questão Social’ tem história recente: seu emprego data de cerca de cento e setenta anos. Parece que começou a ser utilizada na terceira década do século XIX e foi divulgada até a metade daquela centúria por críticos da sociedade e filantropos situados nos mais variados espaços do espectro político (NETTO, 2001, p. 42).

A expressão começou a ser utilizada para explicitar um fenômeno que emergia na Europa Ocidental, quando a partir da industrialização, via-se um

fenômeno inteiramente novo, pois a riqueza produzida por este processo ocasionou em igual proporção a ascensão da riqueza, mas também da pauperização absoluta dos trabalhadores. O autor narra que "pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas" (NETTO, 2001, p. 42).

Buscava-se por meio da expressão “Questão Social” explicitar o fenômeno do pauperismo, que para ele, assim como para Iamamoto e Carvalho (1983) estava diretamente relacionado aos desdobramentos sócio-políticos tidos naquela ocasião, dado a emergência da participação dos trabalhadores no campo sócio-político, proporcionando como

uma das resultantes de 1848 [...] a passagem, em nível histórico-universal, do proletariado da condição de classe em si a classe para si. As vanguardas trabalhadoras acenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a ‘Questão Social’ está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela (NETTO, 2006, p. 44).

Nessa mesma perspectiva, Iamamoto (2011, p. 187) ao discutir a “Questão Social” afirma que

o ambiente político que alimenta a nova *questão social* é o das lutas de classes que sofrem uma inflexão em 1848. Ela indica a passagem do proletariado de classe em si à classe para si: a possibilidade da autopercepção do proletariado como classe, embora sua conversão em *efetividade* dependa da atividade organizada pelos homens. A tempestade revolucionária de 1848 representa a “ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal – a frente social emancipadora que envolvia o conjunto do Terceiro Estado sob o signo do povo” (Netto, 1998: XIX) – e trouxe à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado, passando o confronto de classe a gravitar a dinâmica social.

Assim como Netto (2001), Iamamoto (2011) compreende a “Questão Social” como a relação contraditória entre as classes sociais fundamentais na sociedade do capital: trabalhadores versus capitalistas. E, surge justamente quando os trabalhadores começam a conclamar por melhoras na sua produção e reprodução social, ao ter evidenciadas o agravamento da sua condição de vida, ao mesmo tempo em que era aumentado substancialmente a capacidade de produzir riquezas. O que fez evidenciar ainda mais algumas das expressões da “Questão Social” face ao cenário contraditório que estava posto em cena naquela época.

Em obra mais recente, no livro “Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche”, lamamoto, retoma o debate sobre a “Questão Social” e destaca o caráter de classe. Realizando mediações com o seu texto anterior em parceria com Carvalho, destaca:

Naquele estudo (lamamoto, in lamamoto e Carvalho, 1982) também foram apresentadas algumas chaves heurísticas para o tratamento do tema. A primeira afirmativa que às repostas à *questão social* sofrem alterações mais significativas nas conjunturas de crise econômica e de crise de hegemonia do bloco de poder (IAMAMOTO, 2011, p. 168).

Uma vez concebido que a “Questão Social” está intrinsecamente ligada ao modo de produção capitalista e a sua forma de apropriação da riqueza socialmente produzida, é possível considerar que a ‘Questão Social’ encontra solo fértil para a sua gênese desde a “lei geral da acumulação capitalista”. Dado que o desenvolvimento do capitalismo e a sua lógica de acumulação estão sempre relacionados à extração da mais-valia pela expropriação do trabalhador do seu sobretrabalho.

E é justamente pela necessidade do capital se apropriar de novos ativos e estar sempre numa busca incessante pelo seu processo de acumulação, que lamamoto (2011) menciona em seus escritos que as expressões da “Questão Social” tendem a se agravar em momentos de crise econômica e de crise da hegemonia burguesa.

Pastorini (2004) em concordância com lamamoto e Carvalho (1983), Netto (2001) e lamamoto (2011) considera a “Questão Social” enquanto uma contradição inerente à sociedade capitalista, na qual há a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. Partindo do entendimento que a apropriação da terra e o direito à moradia estão ligados a questão da luta de classes, portanto, um problema antigo a ser enfrentado pela sociedade capitalista, Mendes (2015b, p. 147) afirma que

na sociedade, dividida em classes sociais antagônicas, são os trabalhadores empobrecidos os mais sensíveis aos diferentes processos de desenvolvimento do capital e, portanto, mais afetados em sua forma de habitar. Desprovidos de amplas possibilidades de escolhas, inclusive do lugar onde morar, e de acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos coletivamente, seu habitar é construído e expresso numa espacialidade reduzida, em que suas práticas socioespaciais tendem a se limitar ao entorno próximo, em que valores, vivências e memórias são compartilhados

por grupos de indivíduos com experiências de vida que se assemelham e que possibilitam atribuir significados à sua existência.

Desse modo é perceptível que as classes subalternizadas sempre estarão sujeitas e sensíveis aos interesses do capital, inclusive no que se refere ao seu acesso a moradia. De modo que as áreas que são destinadas a essas classes, são as que não interessam ao capital, e, portanto, as suas possibilidades ao direito de morar encontram-se cada vez mais reduzidas, dado aos interesses ilimitados do capital, que, inclusive, expropria famílias, para valorizar determinados locais, como será melhor evidenciado ao longo deste estudo.

No que se refere em específico ao debate sobre a “Questão Social” e a questão habitacional, Josiane Santos (2012) tece alguns comentários em seu livro intitulado “Questão Social: particularidades no Brasil”. Ao analisar as expressões da “Questão Social” em sua gênese, em início do século XIX, por volta dos anos de 1815 a 1840, em países com a Inglaterra, a autora sinaliza para a questão habitacional.

Nesse período, os trabalhadores moravam em locais insalubres, ao redor das fábricas, nas cidades, que passavam pelo seu processo de urbanização. A autora menciona sobre a falta de investimentos públicos no que diz respeito a infraestrutura urbana, o que contribuiu para que as classes subalternas fossem vítimas das altas taxas de mortalidade, especialmente infantil.

Sem planejamento, as cidades cresciam rapidamente. Os serviços básicos de água e serviços sanitários não existiam ou não davam conta da demanda recebida. Os trabalhadores, em muitos casos, amontoavam-se em cortiços sujos e frios. Esse cenário fez com que novas epidemias surgissem ou que epidemias que já haviam sido superadas, retornassem, como a cólera, por exemplo. Foi apenas quando os surtos endêmicos começaram também a matar a burguesia, que uma medida foi tomada no que se refere à habitação (SANTOS, 2012).

E dessa forma, quando emerge o movimento dos trabalhadores em busca de melhores condições de vida, trabalho e reprodução, tem-se o entendimento da “Questão Social”, que tem como uma de suas múltiplas facetas e demandas a questão habitacional.

Mas por que o processo de industrialização brasileiro expressa a problemática habitacional e por que ela se constitui enquanto uma das manifestações da “Questão Social”? A “Questão Social” é “indissociável das configurações assumidas

pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Concebendo a partir de Iamamoto (2001) e Castel (1995), que a questão salarial e a sua relação com o emprego são distintivas para a compreensão da “Questão Social”, é possível testificar que dado o perfil da desigualdade da relação salarial e do acesso ao mercado de trabalho, o processo de urbanização e de industrialização brasileiro agravaram a questão habitacional, assim como em outros países do mundo, conforme apontado. E deste modo foi possível interpretarmos o porquê da problemática da habitação e do seu acesso desigual se constituir enquanto uma das expressões da “Questão Social”, sendo, portanto, fruto da apropriação desigual da riqueza socialmente produzida, que vai se revelar no desigual acesso à terra.

O quadro brasileiro não se difere da realidade de outros países, como foi possível apreender. A passagem da vida no campo para o crescimento das cidades ocorreu da mesma forma na Alemanha. Lá quando grande parte da população no período agrícola vivia no campo, eles tinham a sua horta e roça, o que lhes garantia a habitação e a alimentação, que se constituem enquanto necessidades básicas e primárias dos seres humanos.

Entretanto, com a migração para as cidades, os sujeitos se inseriram em atividades industriais, nas quais eram mal remunerados, com salários abaixo do nível geral. Nessa conjuntura destacada, Engels (2015, p. 33) ao analisar o período de urbanização alemã, nos permite mediações com a especificidade brasileira e assinala que

o estágio histórico anterior era a base de um relativo bem-estar dos trabalhadores, ou seja, a conjunção de cultivo da terra e indústria, a posse da casa, da horta e da roça, a moradia assegurada, torna-se hoje, sob o domínio da grande indústria, não só a mais terrível amarra para os trabalhadores, mas também a maior desgraça possível para toda a classe trabalhadora, a base de uma pressão sem precedentes sobre o salário para que este permaneça abaixo do patamar normal não só em alguns ramos e em algumas regiões, mas em todo o território nacional.

É unânime que a urbanização teve como consequências a absorção de capitais excedentes, o agravamento da condição de vida da população, além de ter

acentuado a segregação socioespacial, deslegitimando o direito das classes subalternas à moradia e também o seu direito à cidade (se bem que este nunca existiu).

Retomando a breve apresentação sobre a caracterização do processo de urbanização das cidades brasileiras, é preciso apontar que no início do século XX, as diferentes classes sociais viviam concentradas num mesmo espaço ou em áreas próximas, havendo a diferenciação apenas do estilo da moradia: os pobres nos pequenos e sujos cortiços e os ricos em casas grandes e luxuosas. A partir deste século, as mudanças na habitação tornaram-se mais visíveis do que as expressas no século XIX, conforme apontado anteriormente. Durante as décadas de 1940 à 1980, o espaço de organização das moradias mudou, iniciando-se de forma mais acentuada a segregação social. As classes média e alta ocupavam as áreas centrais, bem servidos de serviços infra estruturais. Já aos pobres, sobrou a periferia.

Ao retratar o processo de urbanização brasileiro, o grande pensador autoritário Oliveira Vianna (1956⁴², p. 55) citado por Milton Santos (2009, p. 19) disserta que

o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial.

Desse modo, é justificável o porquê de determinadas cidades, conseguirem ao mesmo tempo em que se difunde o moderno e movimentos mais avançados que caracterizam a vida na urbe, conseguem manter laços com o arcaico⁴³, com atividades e serviços existentes em áreas mais rurais. Expressando-se como uma presença do rural no urbano, o que é justificável, pelo fato do Brasil ser, segundo Santos (2009), um país essencialmente agrícola.

⁴² OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

⁴³ Segundo Pires (2009), o Brasil tem um perfil peculiar, pois é um país que conseguiu associar e conviver com o que há de mais moderno e arcaico ao mesmo tempo.

Tal fato, ocorreu em certas localidades, como no município de Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro. Algumas usinas da cidade, concentravam-se em áreas próximas ao centro da cidade, como a usina de Ururaí, por exemplo. E é por isso, que na época em que as usinas tinham maior centralidade na economia local, era muito comum, ver carroças transportando cana-de-açúcar em locais próximos ao centro e ao espaço urbano da cidade (SMIDERLE, 2009).

Tal fenômeno é abordado também por Ermínia Maricato (2003), em artigo intitulado “Metrópole, Legislação e Desigualdade”. A autora chama a atenção para o processo de urbanização brasileiro, que de acordo com ela foi marcado pela não superação de traços arcaicos, decorrentes dos períodos colonial e imperial, cujos traços são representados, por exemplo, pela concentração de terra, renda e poder. Além do coronelismo e aplicação da lei de forma arbitrária. Ela denomina a urbanização do Brasil como a modernização com desenvolvimento do atraso, ou seja, uma urbanização que traz marcos com a modernização conservadora.

Para Santos (2009), o Brasil é um país urbano e agrícola. Isso porque no país tem o que ele denomina como regiões agrícolas, que não se concentram em áreas rurais, mas sim nas cidades. Em Campos dos Goytacazes, por exemplo, é possível ver esse quadro, quando áreas destinadas ao cultivo e plantio da cana-de-açúcar, encontram-se em áreas próximas ao centro da cidade.

Durante o período de urbanização, a economia da maioria das cidades brasileiras girava em torno da agricultura e de funções administrativas, sejam elas públicas ou privadas. Assim, é possível compreendermos o porquê do processo da urbanização brasileiro ter passado por momentos de oscilações, onde ora a população residia mais no campo, ora nas cidades, conforme aponta os estudos realizados por Santos (2009). Para facilitar a compreensão do leitor, adaptamos a seguinte tabela:

Tabela 1 – Relação entre a população urbana e o índice de urbanização brasileiro

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO URBANA	ÍNDICE DE URBANIZAÇÃO
1940	41. 326. 000	30. 435. 000	10. 891. 000	26, 35
1950	51. 944. 000	33. 161. 000	18. 783. 000	36,16
1960	70. 191. 000	38. 235. 000	31. 956. 000	45, 52
1970	93. 139. 000	40. 234. 000	52. 905. 000	56, 80
1980	119. 099. 000	37. 086. 000	82. 013. 000	68, 86
1991	150. 400. 000	34. 700. 000	115. 700. 000	77, 13

Fonte: SANTOS (2009, p. 32), com adaptação da autora.

O número de pessoas vivendo nas cidades foi crescendo paulatinamente no decorrer dos anos notificados. A partir dos anos de 1970, esse número cresce vertiginosamente e a população urbana, torna-se maior que a população rural. Buscando dados mais atuais sobre a espacialização da população brasileira, identificamos por meio dos censos realizados pelo IBGE, que em 2000, o Brasil tinha um total de 137.755,550 pessoas localizadas na área urbana e de 31.835.143 pessoas na área rural. O censo mais recente, realizado em 2010, apontou que o Brasil tinha 160.925.792 moradores na área urbana, enquanto na área rural, tinha 29.830,007 habitantes. Assim, aproximadamente 84,4% da população brasileira reside nas áreas urbanas, ainda que vivenciando diferentes formas de urbanização e de cidade.

Outro fenômeno que merece atenção, é que a população brasileira aumentou quase quatro vezes mais entre os anos de 1940 a 1991. Isso ocorreu, segundo Santos (2009), devido ao crescimento da taxa de natalidade e o decréscimo da taxa de mortalidade, em função da reforma sanitária e aos padrões de vida vivenciados na cidade.

O número de habitantes nas cidades cresce também em razão do processo de industrialização brasileiro, iniciado nos anos de 1930, que assim, como nos demais países da América Latina, ocorreu tardiamente (MARICATO, 2011). Nesse período, a maioria dos trabalhadores moravam de alugueis, tendo em vista os baixos salários recebidos, o que os impossibilitava do acesso a casa própria.

Vendo a necessidade crescente por moradia, os chamados rentistas⁴⁴ de imóveis, construíram cortiços e casas, especialmente destinados aos trabalhadores mais empobrecidos. Para eles era interessante investir em imóveis porque era seguro e lucrativo, além de ter riscos baixos. E por permitir a valorização dos imóveis, principalmente dos imóveis localizados nas grandes cidades. Sem falar que devido aos surtos endêmicos, o poder público criou incentivos fiscais e vantagens para a construção de novas habitações que não fossem insalubres, segundo Nabil Bonduki (2011).

Engels (2015) em contexto diferenciado, nos permite realizar mediações com o caso brasileiro, ao dissertar sobre esses bairros que são por ele chamados de “bairro malsão”, destinados à moradia das classes subalternas, nos quais emergem os surtos endêmicos e doenças contagiosas, que a sua época eram representadas por doenças como, cólera, tifo, febre tifoide, varíola e outras mais que se espalhavam pelas cidades e vitimavam não só os moradores desses bairros, mas os de classe média e de classe média alta também.

Percebemos que a Alemanha e o Brasil apresentam traços em comum no que se refere ao processo de urbanização e industrialização. E é por isso, que em período recente ao processo de industrialização, após os surtos endêmicos, os prédios e casas destinados à moradia das classes subalternas foram destruídas e novas casas foram construídas. Preços exorbitantes foram postos, assim os trabalhadores não tinham como pagar pela sua aquisição, conforme será apresentado.

O mesmo aconteceu na Alemanha, quando em 1852, Napoleão III disponibilizou crédito no valor de 10 milhões de francos para a construção de moradia para os trabalhadores em cidades que tinham fábricas. As pequenas moradias construídas, foram vendidas a preços absurdos, endividando as classes subalternas (ENGELS, 2015).

As duas realidades, tanto a do Brasil, como a da Alemanha, denotam que a construção das casas e a sua comercialização por meio de prestações, não tinham como objetivo favorecer as classes subalternas a ter o acesso à moradia própria. Mas o seu interesse principal era o de favorecer os empresários e tornar as classes

⁴⁴ Bonduki (2011) considerava a produção de imóveis como rentista, pois de acordo com ele a construção das casas tinha como objetivo garantir uma renda mensal em dinheiro, pelo uso do imóvel, ao seu proprietário.

subalternas dependentes dos seus salários e empregos, para que assim fosse possível arcar com a dívida adquirida. De certa forma, domesticavam as classes subalternas ao domínio do capital. Engels (2015, p. 55) discorre que “procuraram sufocar todo o seu espírito revolucionário e vinculá-los pela propriedade à fábrica em que estavam trabalhando”.

Dentre as vilas e cortiços que foram criados nesse ínterim da urbanização, tivemos as vilas operárias criadas pelas empresas, que tinham como objetivo atender parte da demanda habitacional de seus empregados. Bonduki (2011, p. 47) ao dissertar sobre o porquê da construção das vilas operárias empresariais afirma que

várias análises têm explicado a emergência das vilas de empresas como um gesto filantrópico de empresários favoráveis à harmonia entre o capital e o trabalho, como uma estratégia para atrair operários em um mercado de trabalho incipiente ou, ainda, como forma de disciplinar o tempo livre dos operários, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sob permanente controle. De fato, muitas empresas criaram não só vilas mas cidadelas, porque se estabeleciam em locais isolados, onde inexistia mercado de trabalho ou cidades capazes de concentrar trabalhadores e oferecer o mínimo de serviços e equipamentos urbanos.

Entretanto, Bonduki (2011) sinaliza que um dos motivos que levou as empresas a construírem vilas para os seus empregados, era para que os trabalhadores das máquinas estivessem sempre por perto, caso houvesse a necessidade da realização de algum serviço imediato, já que esses trabalhadores especializados eram poucos.

Concordamos com a suposição última, haja vista que os capitalistas não pensam em beneficiar as classes subalternas, mas o seu objetivo principal é sempre o de valorização do capital, ainda que isso se dê e se dá, às custas das classes subalternas. E isso fica ainda mais claro, a medida em que a moradia não era benesse do capitalista, uma vez que os trabalhadores pagavam pela sua moradia, quando uma parte do seu salário era descontada. O capital em nenhum momento esteve ou está interessado em mostrar a harmonia entre capital e trabalho, já que é cada vez mais nítida a sua inexistência.

Outra medida reconhecida na década de 1930, a partir do 2º artigo do decreto 19.469 de 17/12/1930, foi a nova atribuição recebida pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), que passaram a reverter parte dos seus recursos para os programas habitacionais. Entretanto, essa não era a sua atribuição primária,

que consistia em benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões e assistência médica. Seu papel, portanto, apresenta ambiguidades, pois ao mesmo tempo que tinha como objetivo atuar na habitação, a fim de garantir a seguridade social plena, atuava com o objetivo da capitalização dos recursos obtidos para esse fim.

É importante ainda salientar que os IAPs, por serem divididos em categorias profissionais, recebiam recursos diferenciados e dessa forma a qualidade dos serviços diferenciavam-se também. O que colaborou para que não houvesse durante esse período uma política habitacional consistente. Mas não podemos por isso desmerecer a importância dos IAPs para o acesso à moradia de uma parcela da população, quando durante os anos de 1930 a 1936 foram criadas 576 unidades habitacionais no Rio de Janeiro, para funcionários públicos e outras 118 unidades habitacionais entre os estados do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Mas é claro que esse número foi ínfimo perto da demanda habitacional existente no período.

Por meio do decreto 1.749 de 1937, os IAPs passaram a atuar de forma mais significativa no que se refere a habitação, quando puderam utilizar até metade das suas reservas para o financiamento da construção de habitação. Além de ter proporcionado a queda na taxa de juros de 8% para 6%, aumentou o prazo de pagamento do financiamento de 10 para até 25 anos e permitiu a concessão do benefício para aqueles que já tivessem casa própria. O decreto assinalado foi fundamental para o acesso à casa própria das classes subalternas, representada por aqueles trabalhadores de baixa renda, conforme salienta Nabil Bonduki (2011).

Os IAPs trabalhavam em cima de 3 planos⁴⁵, o primeiro refere-se à locação ou venda de imóveis construídos pelos IAPs; o segundo ao financiamento para a compra da casa própria ou para a construção em terreno próprio e o terceiro plano estava relacionado aos empréstimos hipotecários para pessoas físicas, jurídicas ou para operações imobiliárias que os IAPs considerassem importantes e que tinham como objetivo os juros para elevar as reservas dos IAPs.

Assinalamos ainda que em 1942 houve o congelamento dos aluguéis, por meio do Decreto-Lei 4598/42, o que ocasionou um estacionamento no investimento

⁴⁵ O primeiro plano era de maior preferência por parte dos IAPs, porque os imóveis eram alugados e com isso os IAPs lucravam, ampliavam o seu patrimônio, conseguindo adquirir muitos terrenos, em período marcado pela valorização/especulação imobiliária. Desse modo, os IAPs tornaram-se rentistas estatais, como denomina Bonduki (2011).

das construções no setor privado. A partir de então, as classes subalternas começaram a ocupar terrenos ilegais e a construir as suas casas, com seus poucos recursos, sem contar com profissionais e técnicos habilitados para a construção, são as denominadas autoconstruções⁴⁶. Destarte, Caldeira (1997, 157), argui:

Desde a década de 1940, as classes trabalhadoras vêm construindo suas próprias casas nas periferias urbanas por meio da autoconstrução – compram lotes baratos em áreas distantes da cidade sem infra-estrutura, e passam décadas construindo a casa de seus sonhos. Desta forma, os pobres urbanos se tornaram proprietários e consumidores, construíram as suas casas e expandiram a cidade.

A criação da casa própria e da autoconstrução se deu em razão dos altos valores cobrados pelos imóveis dos IAPs, além de suas condicionalidades que fazia com que grande parcela das classes subalternas não tivesse condições de arcar com suas imposições.

De 1945 a 1950, os IAPs investiram mais na habitação social, período este que marca a passagem de Eurico Gaspar Dutra⁴⁷ na presidência do Brasil. Isso ocorreu devido o avanço do Partido Comunista no país. Como forma de conter as reivindicações dos trabalhadores e evitar que eles se filiassem ao Partido Comunista, o então presidente garantiu um maior número de recursos destinado à moradia.

Na segunda metade da década de 1950, o valor do aluguel dos IAPs aumentou muito, com o objetivo de minimizar os prejuízos futuros que viessem a ocorrer, como o do congelamento dos aluguéis, por exemplo. Isso representou o não acesso dos segurados as casas. Muitos conjuntos habitacionais dos IAPs por esse motivo ficaram fechados durante meses e até mesmo anos, o que ocasionou algumas invasões por parte dos segurados.

Ao mesmo tempo em que os IAPs superfaturavam com os aluguéis das casas em momentos em que não prevalecesse a lei do inquilinato, os IAPs também tinham prejuízo com as casas que foram vendidas ou os empréstimos cedidos para a

⁴⁶ É relevante considerar que de acordo com Bonduki (2011), a habitação das classes subalternas sempre sai com valor superior a habitação construída pelas empresas ou pelas classes média e alta, quando se utiliza da racionalidade na construção, pelo uso de técnicas como da arquitetura e da engenharia, que proporcionam serviços mais baratos e melhor aproveitamento dos espaços na edificação.

⁴⁷ Dutra foi o sexto presidente do Brasil e governou o país de 1946 a 1951.

construção das casas. O prejuízo foi em decorrência do valor do juro ser fixo e não acompanhar as inflações. Desse modo, na década de 1950, temos uma redução na concessão dos empréstimos e financiamentos de casas, que passaram a depender visivelmente do clientelismo e do apadrinhamento político a partir de então, como destaca Bonduki (2011).

Aqui cabe considerar que os IAPs eram muito mais destinados às classes média e alta, que eram segurados dos Institutos de Aposentadoria e Pensão. Mas, os trabalhadores que não estavam inseridos formalmente no mercado de trabalho se viam excluídos dessa política de habitação social. Então nos questionamos, como poderia se tratar de uma habitação social se não atendia de fato as classes subalternas, que mais se enquadravam nesse perfil, de sujeitos que não têm como, por meios próprios, financiar a sua própria habitação?

Torna-se imprescindível destacarmos que a partir do processo de industrialização brasileiro, o país e as suas cidades se inserem num novo patamar, de crescimento dos espaços urbanos. Esse processo oportunizou ainda a integração dos territórios entre si, seja pelo alavancamento da tecnologia e também pela construção de ferrovias e rodovias no país. Destarte, Santos (2009, p. 30) justifica, dentre outras coisas que

a partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do país; por isso, a partir daí, uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território, dá-se com o crescimento sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados.

Um dos fatores que contribuíram para o aumento da chegada dos trabalhadores dos campos nas cidades, foi devido a regulamentação do trabalho urbano, o que não ocorreu no campo. Tal incentivo à industrialização fez com que muitos trabalhadores fossem para a cidade em busca de melhores condições de trabalho, salário e estabilidade no trabalho, a partir da década de 1930, segundo Maricato (2003). O que foi se tornando mais acentuado nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

O Brasil, assim como a Alemanha⁴⁸, é um país de base agrícola e que ao passar pelo processo de transição à base econômica industrial, foi responsável por um grande déficit habitacional. Tal fato ocorreu, pois, um grande contingente de trabalhadores chegou às cidades, sem que houvesse um planejamento habitacional. O que ocasionou um crescimento desenfreado das cidades e um mau planejamento do espaço urbano, nos dois países ora citados.

E nesse sentido, Engels (2015, p. 25) menciona que entre 1873 e 1874, após a Alemanha ser consolidada enquanto um país industrial, de reconhecimento no mercado mundial, ao passar pela transição da manufatura e das pequenas empresas às grandes indústrias, é o período em que ocorreu também

um tempo de “escassez de moradia”. Por um lado, as massas de trabalhadores rurais são atraídas de repente para as grandes cidades, que se transformam em centros industriais; por outro lado, a configuração arquitetônica dessas cidades mais antigas deixa de satisfazer às condições da nova grande indústria e do trânsito que lhe corresponde; ruas são alargadas e realinhadas, ferrovias instaladas no meio delas. No momento em que os trabalhadores afluem em massa, as moradias dos trabalhadores são derrubadas aos montes (ENGELS, 2015, p. 26).

A escassez de moradia aqui no Brasil deve-se, assim como na Alemanha, ao processo de industrialização e urbanização, que contribuíram para que o déficit habitacional nas cidades fosse aumentando com veemência.

1.2.2 A questão habitacional no Brasil durante a ditadura militar

A ditadura militar é o salto da revolução modernizadora no Brasil e foi o período em que o país vivenciou o maior desenvolvimento do seu planejamento urbano, por meio da atuação dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs)⁴⁹ e da Fundação da Casa Popular, primeiros órgãos federais a atuar no que se refere a habitação no país.

⁴⁸ A Alemanha entrou no mercado mundial tardiamente, enfrentando algumas dificuldades, devido ao contexto desfavorável pelo qual passava, no qual recuperava-se da Guerra dos Trinta Anos. Em decorrência disso, industrializou-se tardiamente (ENGELS, 2015).

⁴⁹ Os IAPs foram fundados antes da ditadura militar, mas nela foram ampliados.

Novas medidas são tomadas no que se refere à política de habitação no Brasil e em 1964, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH)⁵⁰. Além da criação das sociedades de crédito imobiliário e as letras imobiliárias, que compunham o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), segundo Rolnik (2015). A autora relata ainda que o BNH foi usado pelos presidentes como forma de conter as ideias comunistas⁵¹ e progressistas que cresciam no país.

Fica explícito para nós, a partir da compreensão dos estudos de Santos (2009) e Bonduki (2011), que o BNH não tinha o objetivo único de garantir moradia às classes subalternas. Entretanto, o seu objetivo central era o de contribuir para a preparação das cidades, para que pudessem exercer o seu papel enquanto cidades, no capital monopolista.

O BNH utilizava recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), para financiar o acesso à moradia dos trabalhadores. No entanto, o FGTS, acabou por aniquilar a estabilidade do trabalho, já que quando demitidos, os patrões não tinham responsabilidades trabalhistas, que a partir de então ficou a cargo do Estado, via FGTS (SANTOS, 2009). Percebemos que o padrão de acesso à moradia veio acoplado a perda do direito ao trabalho, no sentido de não se ter uma maior segurança do trabalho.

O FGTS nos anos de 1960 foi destinado apenas a criação da moradia da classe média. Foi apenas no fim da década de 1970, que o FGTS passou a abarcar a construção de casas para as classes subalternas. Os conjuntos foram criados por empresas privadas e construídos nas periferias dos municípios, pois nesses locais o preço dos terrenos eram mais acessíveis a essa fração de classe (SANTOS 2009).

Maricato (2011) acrescenta que o BNH foi responsável por alocar recursos relativos à habitação, que até então não existiam de forma tão contundente no país. E destaca ainda que o BNH ocasionou uma mudança das cidades e do seu padrão de construção, marcado pela verticalização dos edifícios constituídos por apartamentos. A autora argui que

foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH) integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criados pelo regime militar a partir de 1964,

⁵⁰ O BNH foi extinto em 1986.

⁵¹ Reforçando o mesmo que aconteceu no governo Eurico Gaspar Dutra de 1945 – 1950, conforme assinalado. O que expressa que a política habitacional no Brasil vem sendo construída sempre em continuidade.

que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em escala nunca vista no país, ocasionou a mudança no perfil das cidades, com a verticalização promovida pelos edifícios de apartamento [...] Mas foi com a implementação do SFH, em 1964, que o mercado de promoção imobiliária privada, baseado no edifício de apartamentos, se consolidou por meio de uma explosão imobiliária. Além da imagem das cidades, mudaram também o mercado fundiário e vários aspectos da cadeia produtiva (MARICATO, 2011, p. 20).

Ocorre que o BNH agravou ainda mais a questão habitacional, uma vez que contribuiu para aumentar a especulação imobiliária. Com o aumento do preço dos terrenos, por mais que houvesse a financeirização imobiliária, as classes subalternizadas não conseguiam inserção, já que o mercado não foi aberto para essas classes. Assim não ocorreu a democratização do acesso à terra e à moradia, desse modo, as classes subalternas continuaram a se espriar pelas cidades, em busca de terrenos que lhes fossem acessíveis. Em suma, concentraram-se em espaços⁵² nos quais não haviam acesso a serviços públicos como água, luz, esgoto, pavimentação e transporte público, por exemplo. Com a reivindicação da população, esses serviços chegam. Assim, apresenta-se outra grande contradição do BNH que

contribui para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial, e a consecutiva dotação de infra-estruturas, valoriza os terrenos ao redor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização (SANTOS, 2009, p. 124).

E é nessa lógica, que entendemos que traçar soluções para a problemática habitacional, no presente estágio do capitalismo, onde o capital é quem cria as medidas concernentes a problemática habitacional, faz com que emergjam novos problemas. Isso porque para Santos (2009), uma melhora na área pobre, faz com que ela passe a interessar ao mercado imobiliário e as classes médias para o

⁵² Durante o período que compreende as décadas de 1960 e 1970, pouco foi feito pelos governos estaduais e municipais, para garantir condições adequadas de moradia para a população concentrada nos bairros da periferia. Maricato (2011, p. 21) destaca que a população era jogada para “áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram que arcar com a extensão da infraestrutura”. E quando era feito, penalizava ainda mais esses moradores, já que valorizava os espaços e a população não tinha mais como arcar com a vida naquele local, tendo que ocupar áreas novamente sem serviços e ainda mais afastadas da cidade. Vivenciando uma série de expropriação do local de morar, para beneficiamento do capital imobiliário.

acesso à moradia e a classe alta, pelo poder do pertencimento desses espaços e das construtoras, que se dedicam a criação de casas e apartamentos destinados à classe média.

Durante as décadas de 1960 e 1970, as medidas promovidas pelo Sistema Financeiro de Habitação eram estritamente direcionadas às classes média e alta. Nesse período temos uma financeirização do acesso à habitação, por meio do Banco Nacional de Habitação, que contribuiu para o crescimento do Produto Interno Bruto. Além disso, algumas obras foram realizadas, como a promoção de serviços de água.

Em contrapartida, a política habitacional destinada às classes mais subalternizadas, continuavam seguindo a lógica expropriatória com a qual vinha se dando desde o século XIX. Nesse período, o governador do Rio Carlos de Lacerda promoveu o reassentamento de 5.054 moradias apenas para o conjunto habitacional da Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio, que é considerado um dos maiores conjuntos habitacionais da cidade. Nele foram reassentadas famílias que tinham sido retiradas de favelas da área central da cidade, como do Morro do Pasmado, em Botafogo; da comunidade do Esqueleto, no Maracanã; e as da Praia de Ramos e de Maria Angu, na Zona da Leopoldina.

Ainda na década de 1970, tivemos no governo de Ernesto Geisel a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que compunha o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que data de 1973, conforme assinala Maricato (2000). Para a sua implementação participaram a Secretaria de Articulação entre Estados e Municípios, que tinha como objetivo o controle do Fundo de Participação de Municípios e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, responsável pelo Fundo de Financiamento de Planejamento. Em 1974 foi criada a Comissão Nacional de Política Urbana e Regiões Metropolitanas.

Nessa década muitos Planos Diretores foram elaborados, visando solucionar o “caos urbano” e o crescimento descontrolado das cidades, segundo Maricato (2000). Com isso, nos anos de 1970, muitos órgãos públicos destinados ao planejamento foram criados, mas a atuação se dava de forma muito restrita. Em consequência a essas ações restritas, o crescimento das cidades continuou se dando baseadas “fora da lei”, de acordo com a tese desenvolvida pela autora supracitada.

Com a crise de 1980, conhecida como a “década perdida”, agravou-se ainda mais a pobreza e os seus determinantes, o que torna as áreas da periferia inacessível às classes subalternas (CALDEIRA, 1997). Em concordância com Caldeira (1997), Maricato (2011, p. 22) assinala:

Nessas décadas, conhecidas como ‘décadas perdidas’, a concentração da pobreza é urbana. Pela primeira vez em sua história, o Brasil tem multidões, que assumem números inéditos, concentradas em vastas regiões – morros, alagados, várzeas ou mesmo planícies – marcada pela pobreza hegemônica [...] o inchamento das cidades que não se desenvolveram suficientemente a capacidade produtiva para atender com emprego a população imigrante que acaba relegada ao setor terciário informal, a ‘desarticulação da rede urbana’ com a formação de megapólos ‘desproporcionalmente grandes’, o ‘tecido urbano truncado’ são teses e conceitos que não disfarçam a matriz em relação à qual o desvio é apontado.

As consequências da crise iniciada nos anos de 1980, somado ao crescimento urbano nas décadas anteriores, contribuíram para agravar ainda mais o acesso à moradia, além de serem responsáveis pelo crescimento das regiões pobres, bem como pela concentração de favelas no espaço urbano. Maricato (2003, p. 152) narra que

A expansão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos urbanos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada.

Destarte, a falta de alternativas possíveis dentro das possibilidades de renda da maioria da população brasileira, vai definir o seu acesso ou não à moradia no Brasil. Nessa relação entre salário, mercado e habitação, o ilegal se torna legal e é a regra da ocupação do solo urbano no Brasil pelas classes subalternizadas, que tendem a ocupar terrenos sem documentação ou em áreas ilegais por se tratar de áreas de reservas ambientais.

A ocupação ilegal do espaço urbano é tolerada, desde que não interfira ao mercado imobiliário. Mas quando se trata de áreas que interessam ao mercado imobiliário, a lei do mercado conjuntamente com as leis concernentes à cidade passam a ser impostas e a população é expropriada do seu direito de morar.

De 1974 a 1984 as políticas urbanas destinadas às classes subalternas concentraram-se em solucionar os problemas urbanos, buscando uma ordenação

territorial. E as medidas referentes ao acesso à habitação tornaram-se mais limitadas, devido a crise, que promoveu as altas taxas de inflação, recessão e o aumento do desemprego.

Em 1984, tem-se fim ao período ditatorial brasileiro e embora esse período tenha sido importante para avanços no que se refere à habitação, muitas medidas não puderam ser materializadas, devido os interesses contraditórios que circundavam os governos populistas como o de Vargas, que era conhecido como o pai dos pobres e a mãe dos ricos.

Nesse sentido, a Lei do Inquilinato durante a ditadura militar foi prorrogada várias vezes, para que de alguma forma a população tivesse acesso à moradia nesse período. Ao passo que, a própria população também passou a buscar por meio de recursos próprios o acesso à casa própria, por meio da autoconstrução em bairros da periferia ou nas chamadas favelas.

Face a exposição, é perceptível que nessas duas décadas de ditadura militar, ainda que de forma excludente, foi responsável por mudanças significativas no que se refere à habitação, uma vez que nesse período o BNH financiou a aquisição de aproximadamente 4,8 milhões de habitações, dos quais 20% apenas foram destinadas à população de baixa renda.

Devido à grande concentração das classes subalternas nas cidades, somado ao fato de não haver inserção para todos no mercado de trabalho, as cidades no período ditatorial se apresentaram e continuam ainda hoje se apresentando como o grande palanque da pobreza⁵³. Isso porque as cidades tornaram-se centros de exposição da pobreza. Nesse sentido, concordamos com Milton Santos (2009), quando discorre sobre o processo de urbanização brasileiro e sinaliza que as grandes cidades se configuram enquanto

um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade torna-se o lugar de todos os

⁵³ As cidades ainda hoje, continuam a ser o palanque da pobreza, sobretudo, em momentos de crise, onde parcela considerável da população não consegue se inserir no mercado de trabalho ou quando inseridos, não conseguem financiar todos os seus gastos, devido aos baixos salários que recebem. Em matéria divulgada pelo jornal Globo.com, em 10 de abril de 2017, o número da população em situação de rua com ensino superior completo aumentou 75% entre os anos de 2015 e 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Muitos desses sujeito, por não terem dinheiro para passagem e devido aos altos aluguéis cobrados na cidade do Rio, dormem na rua, acordam bem cedo e seguem para o trabalho.

capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal [...] A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

As cidades passam a concentrar grande número de trabalhadores, que sem alternativas de moradias, que atendam aos mínimos sociais necessários, concentram-se em áreas precárias e em moradias sub-humanas. Santos (2009) revela o processo de urbanização brasileira enquanto *lôcus* da pobreza, sobretudo no período que marca as décadas de 1970 e 1980 quando vive-se em as consequências do agravamento da crise econômica.

E é por essa razão que no final do século XX, mais precisamente na década de 1980⁵⁴, há uma expansão expressiva das periferias brasileiras (MARICATO, 2003, ROLNIK, 2015 e MARICATO, 2011). As periferias se desenvolvem de tal modo que crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles. Como resultado desse quadro, visualiza-se a segregação socioespacial e também ambiental dos sujeitos que compõem as classes subalternas. Cenário este que tende a se manter e a se agravar no período pós ditatorial.

1.2.3 Novos aparatos legais, velhas práticas: a habitação no pós ditadura militar

Na década de 1980, de acordo com Rolnik (2015) nasce no Brasil uma nova política urbana, em 1986 tem-se a extinção do BNH e as suas atribuições são transferidas para a Caixa Econômica Federal, desarticulando a política urbana e nacional brasileira criada durante o período da ditadura. Nesse cenário emergem as reivindicações dos movimentos sociais, junto a pesquisadores, advogados, arquitetos, urbanistas, assistentes sociais, engenheiros, dentre outros, materializada na Constituição Federal de 1988, com a Emenda Constitucional nº: 26, de 200, que

⁵⁴ Com o fim da ditadura militar no Brasil, em 1985, após 21 anos de um governo desenvolvimentista, temos o resultado de um país extremamente excludente, no qual grande parcela da população não tem acesso a satisfação das suas necessidades básicas, como a habitação. No pós ditadura o acesso à moradia tornou-se um dos mais graves problemas sociais a ser combatido no país (ROLNIK, 2015).

no seu artigo 6º do capítulo II, afirma ser direito social dos cidadãos brasileiros, entre outros, o direito à moradia.

Em seu artigo 182, do capítulo II, ela garante que a política urbana deve ser executada pelos municípios, a fim de que se obtenha o desenvolvimento das funções atribuídas à cidade e garanta o bem-estar aos sujeitos que vivem nas cidades. E assim foi construída a plataforma de reforma urbana, materializada por muitas prefeituras, que passaram a trabalhar com a urbanização da cidade ilegal ou informal, de acordo com Maricato (2013).

É importante ressaltar que no final do século XX e início do século XXI, o Brasil passou pelo processo da financeirização⁵⁵ da moradia e do solo urbano. Seguindo essa lógica, no ano de 2000 foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB)⁵⁶, o Projeto Moradia⁵⁷, que buscava alternativas para o desenvolvimento de uma política que trabalhasse na perspectiva do desenvolvimento econômico e geração de empregos. Dentre as propostas do Projeto Moradia, tem-se a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), que é formado pelos três entes (governos federal, estadual e municipal). Foi administrado pelo Ministério das Cidades, que tinha como função gerir os fundos destinados à habitação social, garantindo subsídios à moradia da população de baixa renda (ROLNIK, 2015).

Ainda no governo FHC, foram criados dois programas habitacionais de pequena escala. Era o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), no qual o empreendedor, era responsável pela compra do terreno e construção da casa.

⁵⁵ Com a financeirização da moradia e do acesso à terra, a habitação passou a ser vista muito mais como uma mercadoria, do que como um bem social, necessário aos sujeitos, para que tenham onde habitar e reproduzir as suas vidas, no cotidiano em que estão inseridos (ROLNIK, 2015). O que tende a agravar ainda mais a problemática habitacional, tornando mais difícil às classes subalternas adquirirem os seus imóveis, já que esses têm se tornado cada vez mais valorizados. Nesse sentido, concordamos com Rolnik (2015, p. 32) quando ela afirma que “a mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo”.

⁵⁶ Fernando Henrique Cardoso, também conhecido por FHC era do Partido da Social Democracia Brasileira.

⁵⁷ Segundo Raquel Rolnik (2015) o Projeto Moradia foi supervisionado por Lula e tendo como coordenadora geral a arquiteta e ex Deputada Federal Clara Ant. A coordenação do projeto foi formada por André de Souza (representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Conselho Curador do FGTS), Evaniza Rodrigues (liderança da União dos Movimentos de Moradia), Iara Bernardi (que era deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores - PT), Pedro Paulo Martoni Branco. Além de estudiosos do tema, supracitados nesse trabalho, como Ermínia Maricato, Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki.

Enquanto o governo municipal selecionava quem iria ser atendido por essa política e o financiamento era realizado através da Caixa. O segundo programa era o Programa Social de Habitação (PSH), no qual o Estado leiloava subsídios para determinadas regiões e os bancos podiam adquirir e em parceria com os municípios, construir casas (Idem).

Em 10 de Julho de 2001 é criado um aparato legal que dá visibilidade ao direito à cidade no Brasil, o Estatuto da Cidade, que foi promulgado por meio da Lei nº 10. 257/2001. O seu objetivo é estabelecer as normas e regulação sobre o uso da propriedade privada e do espaço urbano, buscando dar materialidade as proposições do artigo 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que diz respeito à Política Urbana (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Cidade de certo modo foi um dos pilares para o aumento nos investimentos públicos na habitação e no saneamento básico, como destaca Rolnik (2015). Apesar disso, ele não conseguiu mexer nas bases fundantes da política de habitação, na lógica capitalista e na lógica do mercado. Nesse sentido, as cidades continuam a se apresentar enquanto uma cidade discriminatória, excludente, predatória e patrimonialista, como descreve a autora. Por isso, estamos hoje vivenciando a crise urbana, que não consegue mexer na base de toda essa estrutura social e econômica.

A partir dessa compreensão, concordamos com Santos (2009, p. 125), que em consonância com Engels (2015), sinaliza que “é um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social”.

Em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) do Partido dos Trabalhadores (PT) assume a presidência do País. Durante os seus dois mandatos, temos alguns avanços no que diz respeito às cidades. Uma das suas primeiras iniciativas nesse quesito foi a criação do Ministério das Cidades, que objetivava a formulação de uma política urbana nacional, oferecendo apoio técnico e financeiro aos estados e municípios brasileiros. As estratégias utilizadas pelo Ministério das Cidades foi a de reutilizar práticas que os governos municipais, geridos pelo Partido dos Trabalhadores já tinham utilizado (ROLNIK, 2015). Nesse mesmo ano foi realizada a primeira Conferência Nacional das Cidades, que elegeu o Conselho Nacional de Habitação, fruto da pressão popular e dos movimentos sociais.

No ano de 2004, tem-se a elaboração da Política Nacional de Habitação, que previa a instauração de dois sistemas de habitação, um chamado de Subsistema de

Habitação de Interesse Social e outro de Subsistema de Habitação de Mercado, que iria atender os sujeitos de acordo com os recursos que eles tinham para financiar o seu acesso à moradia.

Ainda nesse ano, foi criada uma resolução do Banco Central para que os bancos aplicassem uma parte do Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos (SBPE) e do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) em empréstimos imobiliários, para que houvesse uma maior circulação de imóveis. Além da Medida Provisória que dá isenções fiscais de impostos sobre a venda de imóveis, com a condicionante de que com a venda dos imóveis, o dinheiro deveria ser utilizado para a compra de outro imóvel, conforme assinala Rolnik (2015).

Em 2005, foi aprovado o Conselho Curador do FGTS, pela Resolução n. 460, que ampliou os subsídios para o atendimento à população de baixa renda. Foi criado também em 2005 o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que são oriundos do Orçamento Geral da União e de outros fundos não onerosos. Era administrado pelo Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal era o agente operador. O SNHIS destinava-se, sobretudo,

as famílias de renda menor, através da concessão de subsídios, com caracterização diferenciada por regiões. Os recursos são destinados para diversos tipos de intervenção, como produção habitacional e de lotes urbanizados, urbanização, regularização fundiária, melhoria habitacional, reforma e conversão de imóveis para habitação (ROLNIK, 2015, p. 297)

Foi criado em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), tendo como propósito, realizar obras de infraestrutura, de logística, energia, saneamento e a urbanização de bairros da periferia e das favelas (MENDES, 2015b e ROLNIK, 2015).

Ressaltamos que essas medidas tomadas no governo Lula sofreram vários embates e foram palco de grandes contradições, já que se tratava de um governo que realizou algumas medidas sociais, no que se refere à habitação social, destinada às classes subalternas, que até então, viam-se alijadas do acesso a casa própria, por meio dos IAPs e do FGTS, que eram destinados principalmente as classes média e alta.

É importante assinalar que o objetivo não foi prioritariamente melhorar a condição de vida das classes subalternas e sim aumentar o incentivo ao consumo

dessas classes, a fim de fortalecer a economia do país. Os embates ocorriam, principalmente, porque o governo buscava garantir o apoio político no Congresso, por parte de seus aliados.

Nos anos 2000, o crédito habitacional e a produção de casas aumentaram significativamente a partir de recursos governamentais. Com isso, o mercado imobiliário já havia realizado reservas de terrenos e estava se preparando para o lançamento de aproximadamente 2000 mil residências. Entretanto, em 2008 estourou a crise hipotecária nos Estados Unidos da América (EUA). E, como forma de não atingir as empresas do ramo da construção civil, o governo brasileiro e as empresas se juntaram, para a realização de um pacto habitacional no Brasil, segundo Rolnik (2015).

Dessa forma, o governo ofereceu mais facilidade para os compradores dos imóveis, por meio do crédito hipotecário. O presente pacote não contou com a participação do Ministério das Cidades, nem da equipe que formulava o Plano Nacional de Habitação, tampouco, com o Conselho das Cidades, com o Conselho da Habitação ou com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Tratava-se de um acordo direto entre o governo e os empresários.

Diante do Pacto Habitacional, o presidente Lula solicitou a construção de 1 milhão de casas, quando inicialmente estavam previstas a construção de 200 mil casas. Além disso, foi recomendado que 20% das casas construídas fossem destinadas aos trabalhadores das classes subalternas. Em 2009, o Pacto, transforma-se no programa habitacional Minha Casa Minha Vida⁵⁸ (MCMV), que foi responsável por um boom imobiliário nas grandes cidades⁵⁹ brasileiras, conforme aponta Maricato (2013).

⁵⁸ O MCMV foi criado segundo Rolnik (2015) para contribuir na crise de sobreprodução do mercado imobiliário. Ao longo do nosso estudo, foi possível constatar que situações similares ocorrem, como na ditadura militar, quando o financiamento de casas objetivava também alavancar a economia do país. Testificamos assim, em concordância com Mészáros (1989, p. 41) que nesse tempo de capitalismo destrutivo, muitas práticas de intervenção do Estado se constituem em perspectiva paternalista e caritativa, ao proporcionar a casa aos reassentados muitas vezes em troca de votos. Mas na realidade, atuam desse modo para além do fim eleitoral, para proporcionar “a ampliação substantiva do próprio círculo de consumo histórico constitutivo (e extremamente restrito)”. A construção desses novos imóveis favorece as grandes construtoras imobiliárias que vencem as licitações, bem como as empresas de fornecimento de energia, água e gás, por exemplo, que passam a cobrar pelos serviços, que em período anterior era utilizados de forma clandestina.

⁵⁹ O MCMV, inicialmente, destinava-se a cidades com mais de 100 mil habitantes, mas devido as constantes reivindicações populares, o programa passou a abarcar cidades que tinham menos de 50 mil habitantes, o designado “Minha Casa Minha Vida-Sub 50. Além da criação

Segundo Rolnik (2015), o MCMV é dividido em 3 faixas, com valores distintos de financiamento e em condições também diferenciadas de pagamento. A faixa 1 é destinada a beneficiários com renda familiar de até R\$ 1.600,00 reais, nessa faixa, os municípios são responsáveis por realizar um cadastro habitacional, para selecionar as famílias que irão obter as suas casas, que custam até R\$ 76.000,00. Os moradores arcam com uma taxa mensal⁶⁰ no valor de 5% da renda familiar. A autora destaca que o pagamento da prestação do imóvel é

simbólico, o sentido é a introdução de uma disciplina financeira e adesão à sua lógica. Para esta faixa são duas as dívidas: a prestação mensal que precisa ser paga durante dez anos, sob pena da perda da casa, e a dívida política, a ser distribuída sob a forma de votos para “quem deu a casa” (Idem, p. 309).

É possível apreender que o MCMV, assim como outros programas anteriores destinados à habitação popular, veio acoplado da lógica do clientelismo e do coronelismo. Dessa forma, nas próximas eleições, os sujeitos tendem a votar nos candidatos de quem “receberam” essas casas. A autora destaca que

não é possível entender a gênese e o sucesso do programa sem atentarmos para suas dimensões políticas. A centralização dos recursos para financiamento define um papel central por parte do governo federal sobre as políticas habitacionais, o que resulta no controle de um importante capital político-eleitoral. Não é de estranhar que o MCMV tenha sido lançado em março de 2009, um ano e meio antes do período de disputa eleitoral para presidente. Além de conter os efeitos políticos nefastos que uma crise econômica poderia gerar sobre a sucessão presidencial, serviu para fortalecer a candidatura da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff – lançada como “mãe do Minha Casa Minha Vida” – à sucessão de Lula, que não podia mais se reeleger.

O MCMV, para a autora supramencionada não foi apenas capital político-eleitoral no plano das eleições para governo federal, uma vez que os municípios ficaram responsáveis por indicar os beneficiários atendidos pela faixa 1 do PMCV. Em suas palavras,

do MCMV-Entidades e o PHN-Rural, que receberam juntos 1% do total das unidades habitacionais construídas. Tal ampliação ocorreu apenas devido à pressão do movimento dos trabalhadores sem-terra (ROLNIK, 2015).

⁶⁰ Esse valor é pago à Caixa Econômica Federal que tem a responsabilidade de comprar as casas das empresas. A diferença do valor de custo do imóvel é paga pelo Fundo de A arrendamento Residencial (FAR).

os benefícios eleitorais proporcionados pela inauguração dos novos empreendimentos habitacionais são sempre 'fatos políticos' de dimensão local, regional e nacional, conferindo legitimidade ao exercício do poder por sua elevada 'visibilidade' no conjunto das realizações dos governos [...] Cada unidade produzida vale para duas contagens, ou seja, o capital político gerado serve tanto para o município quanto para o governo federal, além de deputados integrantes da base aliada (ROLNIK, 2015, p. 308).

Além da dívida política e do valor simbólico que é pago, não podemos nos esquecer de citar que muitas famílias da renda 1, foram reassentadas por morarem em áreas de riscos. Essas famílias que moravam em áreas anteriormente ilegais, em maior parte dos casos, não tinham gastos com contas como de luz ou água, que eram clandestinas, tampouco tinha acesso à rede de esgoto. Com a mudança, as famílias se veem diante de novos gastos, o que compromete ainda mais o seu orçamento já precário, evidenciando mais uma vez o processo de expropriação permanente materializado por meio das políticas habitacionais brasileiras.

As casas do segmento 1 são construídas fora da malha urbana, na periferia da periferia, em áreas sem infraestrutura adequada. Além de ser em áreas que apresentam precariedade do transporte público, o que limita a sua mobilidade urbana, já que muitos não têm carro, uma vez que seus poucos salários são divididos com gastos concernentes a alimentação, roupas, remédios, contas básicas, como de luz, água, esgoto, dentre outras. A população alcançou o direito à casa própria, entretanto, não obteve o direito à cidade. Além do mais não mudou o seu lugar de assentamento, que é a periferia. Em muitos casos foram para bairros ainda mais distantes.

O segmento 2 foi destinado a famílias com renda mensal de R\$ 1.600,00 a R\$ 3.100,00. Contou também com subsídios governamentais, mas em proporção bem menor, de valor máximo de R\$ 23.000,00, que representa cerca de 20% do valor do imóvel. Para esta população, a taxa de juros era abaixo do valor do mercado e recebeu concessão de garantia do Fundo Público Garantidor da Habitação (FGHab). Nesta linha, os imóveis podem custar até 190.000,00. As casas foram construídas em periferias já consolidadas, que contam com algum tipo de serviço público, conquistado em anos anteriores, por meio da reivindicação dos movimentos sociais e das classes subalternas que ali residiam, mas que foram reassentadas e expropriadas devido aos novos empreendimentos imobiliários.

Por fim, o terceiro segmento, era para famílias que recebiam até R\$ 5.000,00, que garantia juros mais baratos e a garantia do FGHab. Nas linhas 2 e 3, o imóvel

era adquirido direto com a construtora, sendo financiado pela Caixa, que também oferecia subsídios, que ficavam por conta e risco das construtoras.

No Brasil o objetivo das políticas habitacionais como foi possível constatar até aqui, sempre objetivaram favorecer primeiramente as empresas de construção civil e o mercado imobiliário. No caso do MCMV não foi diferente. Ele foi responsável por salvar as empresas da construção civil da crise que aos poucos se instaurava no país. E, posteriormente, se transformou na política habitacional do país⁶¹, acessível por meio do crédito hipotecário, pela via do mercado. Atendendo as proposições do capital-imperialismo, baseado no capital fictício e no crédito.

Uma vez que o objetivo das construtoras é obter a mais-valia,⁶² a construção das casas seu deu objetivando a economia de custos. Portanto, são casas padronizadas no que se refere ao seu tamanho e a sua arquitetura interna e externa, o que não atendeu as especificidades das famílias mais numerosas, por exemplo.

Para o segmento 1, só compensava a construção de unidades habitacionais com 600 casas, já que o lucro deles girava em torno de 15%, valor ínfimo perto do esperado. E a construção de casas desse segmento, portanto, só ocorreu porque era condição para a salvaguarda governamental realizada. Dessa forma, foi criado, de acordo com Rolnik (2015), bolsões de moradia, os quais muitos sujeitos só têm a casa enquanto espaço para dormir, modelo esse já reproduzido pelas terras brasileiras anteriormente, similar ao caso alemão, estudado por Engels (2015).

Dessa forma, compreendemos que o MCMV destinado as linhas 1 e 2, construídos em bairros da periferia, servem para reforçar a segregação e a espoliação socioespacial e para definir o espaço das classes subalternas dentro na cidade. Não podemos deixar de destacar que a construção do MCMV fez com que a especulação imobiliária aumentasse absurdamente, o que mais uma vez limita o

⁶¹ Indicamos a quem possa interessar, a leitura do livro *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças* de Raquel Rolnik, para maior aprofundamento sobre o MCMV.

⁶² Marx (2004, p. 231) afirma que a mais-valia “se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho”. Concordando com Marx (2004), Marini (2012) argumenta que o que significa a valorização para o capitalista, representa a exploração para o trabalhador, já que ambos estão intrinsecamente relacionados e um não ocorre sem o outro. Dessa forma, compreendemos que o processo de produzir mais-valia no setor imobiliário, tende a agravar a problemática habitacional para as classes subalternas, promovendo processos de espoliação e de expropriação das classes subalternas que se encontram em áreas de valorização urbana.

espaço das classes subalternas dentro da cidade, conforme apontam Rolnik (2015) e Maricato (2013)⁶³.

Dessa forma, até hoje, no ano de 2019, a política habitacional segue a mesma tendência da política habitacional do período de industrialização brasileiro: de espoliar e expropriar as classes subalternas para as periferias das periferias, de modo a promover a centralidade do empresariamento da cidade, visando a acumulação do capital imobiliário.

Assim, os trabalhadores, incluindo os da indústria fordista e os trabalhadores de hoje recebiam e recebem baixos salários, que não permite ou permite com fragilidade o acesso a casa própria. Nesse sentido, compreendemos que

a industrialização baseada em baixos salários determinou muito do ambiente a ser construído. Ao lado do grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade, os operários empregados do setor industrial não tiveram seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução, com a inclusão dos gastos com moradia, por exemplo. A cidade ilegal e precária é um subproduto dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização (MARICATO, 2011, p. 41).

O processo de industrialização brasileiro definiu muito o uso do espaço que se prolifera atualmente e a não regulação dos salários, fez com que crescessem gigantescas cidades ilegais onde a contravenção é a regra. E desse modo, um contingente significativo das classes subalternas ocupam áreas ilegais, por se tratarem de áreas de proteção ambiental ou em áreas que as suas características geobiofísicas, não são próprias para a habitação de seres humanos.

Esse processo foi responsável pela exclusão, segregação e apartheid ambiental das classes subalternas. Somado a esse fato, houve uma continuação das autoconstruções iniciadas na década de 1940. Desse modo, algumas dificuldades são encontradas pelas classes subalternas no que se refere à moradia, como a de

acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos

⁶³ Em 2013, quando Maricato escreveu o artigo analisado, o valor dos imóveis no Rio de Janeiro tinham crescido 184%. Valor esse que torna o tão sonhado acesso à casa própria cada vez mais distante das classes subalternas.

oportunidades de emprego (particularmente emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer (MARICATO, 2003, p. 152).

Dentre as dificuldades apresentadas pela lista elaborada por Maricato (2003), poderíamos somar inúmeras outras, que aqui não caberia em função do espaço. É importante assinalar que quanto maiores são as cidades, mais visíveis são as expressões citadas por Maricato (2003). Esses problemas tornaram-se mais acentuados com a urbanização corporativa, dirigida por grandes empresas, que objetivam a expansão capitalista dos recursos públicos, no qual os investimentos são realizados no campo econômico, enquanto o investimento social padece (SANTOS, 2009).

É interessante ainda observar segundo Santos (2009), que quando as áreas menos significativas para o capital começam a receber investimentos, tornam-se áreas onde há a especulação imobiliária, o que agrava o problema do acesso à terra e à moradia. Ocasiona nas palavras do autor o processo de periferização das classes subalternas, que tendem a ser reassentadas para outros espaços e assim sucessivamente, vivenciando um processo de expropriação contínua e permanente.

Percebemos que Santos (2009) ao abordar o que ele denomina como periferização dos trabalhadores está em concordância com Engels (2015, p. 40), quando ele afirma que nesse processo de realocação do espaço urbano, os trabalhadores subalternos são

empurrados do centro das cidades para a periferia, as moradias dos trabalhadores e, de modo geral, as moradias menores se tornam raras e caras e muitas vezes nem podem ser adquiridas, porque nessas condições a indústria da construção civil para a qual as moradias mais caras representam um campo mais atrativo, apenas excepcionalmente construirá moradias para trabalhadores.

E nesse sentido, é compreensível o porquê das habitações ocupadas pelas classes subalternas serem construídas sem contar com a intervenção de profissionais especializados, como da engenharia civil e/ou arquitetura. Muito embora no Brasil haja a regulação de que as prefeituras fiscalizem essas obras.

Maricato (2011), em concordância com Santos (2009) e Engels (2015) denomina esse processo como o de periferização da periferia, o que representa o

fato das classes subalternas irem para periferias cada vez mais distantes dos centros das cidades e para áreas que não contam com a lista de artefatos da cidade.

A especulação imobiliária dos terrenos localizados em áreas centrais se faz presente na história da habitação não só do Brasil, tampouco, do século XXI. Engels (2015, p. 39) ao analisar o caso alemão, discutiu que

a expansão das metrópoles modernas confere ao terreno situado em certas áreas, especialmente nas mais centrais, um valor artificial, que com frequência aumenta de forma colossal; os prédios construídos nelas, em vez de elevar esse valor, acabam pressionando-o para baixo, porque não correspondem mais às novas condições; eles são demolidos e outros são construídos em seu lugar. Isso acontece sobretudo com moradias de trabalhadores localizadas no centro, cujo aluguel, por mais superlotadas que estejam as casas, jamais ou só muito lentamente teria como ultrapassar um certo valor máximo. Elas são demolidas e, em seu lugar, constroem-se lojas, depósitos de mercadoria, prédios públicos.

Ainda nesse sentido, Kowarick (1993), concordando com Engels (2015), chama a atenção para a regularização do preço da terra, que é criado pela especulação imobiliária. E, concordando com Maricato (2011) afirma que grandes espaços ficam vazios, esperando o seu processo de valorização, por serem áreas próximas ao centro ou bem servidas de serviços públicos. E enquanto isso, parte expressiva das classes subalternas não tem acesso à moradia ou se concentram em áreas cada vez mais distantes. Kowarick (1993, p. 36) disserta:

No processo desordenado de expansão urbana, o setor imobiliário levava adiante a ocupação espacial, guardando imensas áreas mais próximas aos núcleos centrais à espera de valorização, enquanto zonas mais longínquas, sem qualquer infra-estrutura, eram abertas para a aquisição das classes pobres. A ocupação de novas áreas, longe de seguir critérios programados, baseou-se na retenção especulativa de terrenos.

Seguindo essa lógica, Santos (2009) afirma que é o poder público que se torna

criador privilegiado de escassez; estimula assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres; forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer.

A partir do presente entendimento, concordamos com Maricato (2000), quando a autora disserta que o planejamento urbano brasileiro contribuiu para que fossemos um país bastante desigual, regidos pela lógica do mercado capitalista e de sua dominação ideológica. Sendo assim, o planejamento urbano segue a lógica de esconder a cidade real, como vem sendo feito na cidade do Rio de Janeiro para os jogos olímpicos e outros grandes eventos⁶⁴. E dessa forma, temos aqui um mercado imobiliário restrito, especulativo e inacessível para a maioria da população brasileira.

Criam-se rígidas leis urbanísticas⁶⁵ que têm como objetivo a retirada dessas famílias de áreas impróprias para a construção da habitação de seres humanos ou por serem áreas de preservação e conservação ambiental. Maricato (2000) falando sobre o arcabouço jurídico disponibilizado no país, comenta:

Um abundante aparato regulatório normatiza a produção do espaço urbano no Brasil – rigorosas leis de zoneamento, exigente legislação de parcelamento do solo, detalhados códigos de edificações são formulados por corporações profissionais que desconsideram a condição de ilegalidade que vive grande parte da população urbana brasileira em relação à moradia e à ocupação da terra, demonstrando que a exclusão social passa pela lógica da aplicação discriminatória da lei.

Essas leis urbanísticas de cunho capitalista afetaram o Brasil, especialmente nas cidades que sediaram a Copa do Mundo em 2014, e na cidade do Rio de Janeiro nos Jogos Olímpicos em 2016. As cidades, em especial o Rio de Janeiro foi palco de grandes investimentos urbanos, objetivando ainda hoje, mascarar a

⁶⁴ É possível constatar essa afirmativa, quando em 19 de março de 2018, o jornal Globo.com noticiou a reportagem que tem por título “Crivela anuncia obra na Rocinha para quem passar na Lagoa-Barra ‘ter ideia de uma comunidade arrumada’”. Dessa forma, esconde-se a realidade de uma comunidade que não tem acesso aos serviços públicos básicos de infraestrutura, educação, saúde e lazer. Vende-se uma imagem bonita da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, por ser um espaço que corta a Zona Sul, sendo composto por bairros nos quais o preço do metro quadrado é um dos mais caros da cidade. O GLOBO. “*Crivela anuncia obra na Rocinha para quem passar na Lagoa-Barra ‘ter ideia de uma comunidade arrumada’*”. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/crivella-anuncia-obra-na-rocinha-para-quem-passar-na-lagoa-barra-ter-ideia-de-uma-comunidade-arrumada-22504955>>. Acesso em: 20 de fev. 2018.

⁶⁵ Quando Marx analisara as expropriações dos camponeses, ele já havia destacado que leis foram criadas no século XVIII, para consentir que as expropriações ocorressem, de forma “legal”, garantindo, nas palavras dele, o “roubo” das terras. O que de fato é um roubo, ainda mais se considerado que as terras eram tiradas dos camponeses que precisavam dela para a sua moradia e para a plantação de alimentos para a sua subsistência e de sua família, para favorecer o capital. Quando foram criados grandes espaços cercados, destinados a criação de ovelhas. O mesmo ocorre hoje, quando leis são criadas, para favorecer a expropriação de famílias subalternas de suas casas, para dar lugar a construção de grandes empreendimentos urbanos, que favorecem tão somente ao crescente mercado imobiliário.

realidade da cidade “para gringo ver”, assim como em período anterior ao movimento sanitarista e no próprio movimento, conforme já apontado. Esses empreendimentos realizados em função desses dois grandes eventos, fez do Estado mais uma vez, um negador do direito à moradia e do direito à cidade, quando em função dos jogos, ocorreram cerca de 200 a 250 mil remoções forçadas, como forma de espraio social e étnico-racial de locais próximos a realização dos jogos, apresentando os traços das expropriações contemporâneas bárbaras propostas pelo capital-imperialismo, especialmente no contexto de tardo-capitalismo vivenciado no país.

Como vimos, o sistema capitalista por si só não dá conta de conseguir se expandir, sobretudo, em momentos de crise do capital. A partir disso, passa a exigir do Estado ajuda externa para conseguir a expansão e manter a consolidação do modo de produção capitalista, já que não mais consegue fazer por meios próprios (MÉSZÁROS, 2000). No que concerne à habitação, o mesmo ocorre, quando o setor imobiliário exige do Estado a expropriação das classes subalternas de lugares que interessam ao capital.

Para Mézáros (2000), a crise estrutural do capital está relacionada aos próprios limites do capital, que precisa da citada ajuda externa para conseguir garantir a sua estabilidade. Esta se constitui, segundo Mézáros (1989), enquanto um fundamental remédio estrutural, tendo como objetivo “salvar” o capital da crise que lhe é inerente. Mézáros (2009, p. 67) explana mais sobre e destaca que

o poder de intervenção do Estado na economia – não há muito tempo, amplamente aceito como remédio milagroso para todos os possíveis males e problemas da ‘sociedade estrutural moderna’ – limita-se estritamente a acelerar a maturação dessas contradições. Quanto maiores as doses ministradas ao paciente convalescente, maior sua dependência do remédio milagroso, ou melhor, mais graves os sintomas [...] como distorção estrutural de todo o sistema capitalista de custos, sintomas que prenunciam ameaçadoramente uma paralisação e um colapso definitivos dos mecanismos de produção e expansão do capital. E o fato é que o remédio se revela, posteriormente, um indutor de novas crises demonstra claramente que não se trata de uma ‘disfunção passageira’, mas de uma contradição fundamental e dinâmica da totalidade da estrutura da produção do capital em sua fase história de desintegração.

Em obra mais recente, Mézáros (2012) afirma que “o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado”. Ao longo dos seus estudos o autor vem destacando que as doses de ajudas exteriores

solicitadas pelo capital são cada vez maiores e tornam-se insuficientes para garantir a estabilidade do capital a longo prazo. O que torna essa situação ainda mais grave

é a insuficiência da ajuda independentemente da quantidade oferecida. O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de “ajuda externa”. Contudo, também sob esse aspecto, estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a insuficiência crônica de ajuda externa referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer. Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa ajuda externa, sob condições em que os defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela (MÉSZÁROS, 2012, p. 30).

Esse contexto da debilidade e insuficiência da ajuda externa nos leva a contextos cada vez mais catastróficos e de produção de um quadro de desigualdade social assustador, como o que nos encontramos no século XXI, quando o Mézáros (2012) afirma ser o século da barbárie. O que ocorre em função da inerência das crises ao capital, e, deste modo “as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente ‘estendidas’, tanto no sentido temporal, como no que diz respeito à sua localização estrutural no conjunto global” (MÉSZÁROS, 1989, p. 97).

Concordando com Mézáros (2009 e 2012), Alves (2004, p. 35) justifica que a crise “tem uma função sistêmica para o capital, ou seja, contribui para criar (e ampliar) a base de desenvolvimento do seu próprio metabolismo social, no plano mundial, eliminando resistências sociais e políticas, adotando novas formas ideológicas capazes de expressar a natureza incontrolável da civilização da aquisitividade capitalista”.

Nesse sentido, Vainer (2013, p. 35), no que se refere a intervenção estatal no que diz respeito à cidade, salienta que,

agora, sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência uma com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (foot loose) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). A guerra fiscal é apenas uma das formas da urbanidade global, que empurra coalizões locais de poder a buscarem articulações em níveis nacional e internacional que assegurem a cada cidade – leia-se, aos capitais e capitalistas localizados – uma inserção, mesmo que subordinada, no mercado global.

Em síntese, podemos afirmar que constatamos a prevalência da cidade mercadoria e do empresariamento da cidade, que contribuem para massacrar ainda mais a realidade das classes subalternas no que se refere à moradia. Evidenciando os traços da barbárie disjuntiva dos processos de acumulação do capital, promovidos por meio das políticas urbanas em tempos de imperialismo, sobretudo, na latitude chamada Brasil, que vive esse cenário em contexto de tardo-capitalismo.

Desse modo, é elementar apontar que a população se insere em locais impróprios e ilegais por falta de condições financeiras, devido a desigualdade social imanente ao Brasil. Nesse sentido, é válido ressaltar que a necessidade faz com o que o ilegal se torne a regra de moradia de grande parcela da população.

Ainda é necessário destacar que ninguém escolhe morar nessas áreas, mas a falta de alternativas melhores leva as classes subalternas a essa condição. Por mais que se faça claro essa exposição, é imprescindível assinalá-la, isso porque em muitos momentos, quando situações adversas acontecem, como em casos de desmoronamentos ou inundações causados pelas enchentes, a população e o poder público culpabilizam essas famílias por se instalarem em locais suscetíveis a tais eventos.

Nos colocamos diante da seguinte indagação: O que se pensa, a partir da lógica capitalista, quando são criadas as leis concernentes ao direito à habitação e o direito à cidade? Para buscarmos responder essa questão, faz-se necessário compreendermos, antes de mais nada o que é a cidade e no que se constitui o direito à cidade.

Uma importante estudiosa brasileira sobre a questão urbana, a geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (1982, p. 106) entende a cidade enquanto “o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades”.

No entanto, concordamos com Henri Lefebvre (2011) quando afirma não poder limitar-se a explicação do conceito de cidade, porque para ele esse conceito está em construção constantemente, dado o caráter mutável que a cidade se encontra, por ser o espaço destinado a realização da vida em sociedade. E, assim, para o autor, a cidade

possui um caráter de totalidade altamente complexo, simultaneamente em ato e em potencial, que visa à pesquisa, que se desdobra pouco a pouco, que só se esgotará totalmente e mesmo nunca talvez. Tomar esse objeto

por real, com um dado de verdade, é uma ideologia, uma operação mistificante (LEFEBVRE, 2011, p. 111).

Embora o autor não estabeleça precisamente o conceito de cidade devido a sua complexidade, ele nos apresenta elementos importantes, que nos auxiliam na sua compreensão e pensamento sobre a sua representação. É possível apreender a partir de Lefebvre (2011), assim como em Carlos (1982), que a cidade é o local no qual a vida humana acontece, no qual se dá o desenrolar das relações sociais.

Desse modo, por ser o espaço onde se concentra o maior contingente habitacional é o lugar destinado ao abrigo de milhares de sujeitos, pertencentes às distintas classes sociais. A cidade não é apenas dirigida à moradia, mas é também, e, prioritariamente, desde o seu processo de urbanização e industrialização, a espacialização do processo de produção capitalista. Um *lôcus* privilegiado para a acumulação do capital (LEFEBVRE, 2011 e CARLOS, 1982).

Para além de se tornar indispensável à acumulação do capital, por ganhar destaque em relação ao campo, por ser o espaço que passou a garantir as condições gerais de produção, torna-se também uma mercadoria a ser comercializada no atual estágio de produção, de forma que

a cidade hoje não é só condição para a reprodução do capital, como também um produto do processo de acumulação capitalista. Do mesmo modo que o capital é a categoria determinante na análise do processo de produção capitalista, ela também será determinante no processo de produção espacial, na medida em que este também é um produto do processo de produção capitalista (CARLOS, 1982, p. 107).

Se constituindo enquanto mercadoria, é possível aferir a lógica desigual em que a cidade é ocupada, conforme brevemente apontado nesse primeiro capítulo, quando buscamos apresentar alguns elementos do processo de urbanização e industrialização brasileiros, que devem ser pensados indissociavelmente, já que um concorre para o outro. Pois a formação das cidades se deu essencialmente em função da industrialização. Nessa perspectiva, concordamos com Lefebvre (2011, p. 124) quando discorre que

é essencial não mais considerar separadamente a industrialização e a urbanização, mas sim perceber na urbanização o sentido, o objetivo, a finalidade da industrialização. Por outras palavras, é essencial não mais visar o crescimento econômico pelo crescimento, ideologia 'economicista' que acoberta intenções estratégicas: o superlucro e a superexploração capitalistas, o domínio do econômico (aliás fracassado, só por este fato) em proveito do Estado.

Assimilamos, deste modo, que o espaço urbano desde o seu surgimento está acoplado a lógica do valor e da cidade mercadoria. Assim, as necessidades urbanas vão se dando em função não mais do valor-de-uso⁶⁶ essencialmente, mas do valor-de-troca⁶⁷, pela perspectiva comercial e pela ótica do lucro. E, nessa relação entre valor-de-uso e valor-de-troca é fundamental destacar que

sobressai o valor de troca, já que cada vez mais o espaço é vendido como mercadoria rara e restrita a parcelas progressivamente menores da população. Ao impor-se sobre o valor de uso, o mercado determina o uso e os modos de apropriação do espaço. Seu acesso, portanto, realiza-se mediado pelo mercado, o que define significativas distinções e desigualdades nesse mesmo espaço. A noção de produção do espaço revela, então, a contraditoriedade entre o modo como se produz o espaço e sua apropriação pelos diferentes atores sociais (CASSAB, 2015, p. 138).

Nessa medida, é compreensível que os espaços são gerenciados pelo mercado imobiliário, que sempre em busca de processos de valorização do capital, vai mediar o acesso ao espaço urbano de forma diferenciada a partir da divisão entre classes sociais antagônicas que vão ter o seu acesso à cidade e o seu usufruto de forma diferenciada.

Com a especulação imobiliária e com a lógica expropriatória e de acumulação em tempos de capital-imperialismo, no Brasil, essencialmente marcado pelo seu estágio de tardo-capitalismo, o espaço destinado à moradia das classes subalternizadas pelo capital, torna-se cada vez mais precarizado e espoliado da malha urbana central, conforme viemos buscando evidenciar. Assim é perceptível, embora necessário destacar que a cidade não é o espaço dedicado apenas ao habitat dos seres humanos, mas a natureza tornou-se espaço também para a realização do capital. Lefebvre (2011, p. 117) reitera:

A natureza entra para o valor de troca e para a mercadoria; é comprada e vendida. Os lazeres comercializados, industrializados, organizados institucionalmente, destroem essa 'naturalidade' da 'natureza', ou aquilo que é tido como tal, aquilo que dela sobrevive, torna-se o gueto dos lazeres, o lugar separado do gozo, a aposentadoria da 'criatividade'.

⁶⁶ O valor de uso está relacionado à utilidade que uma mercadoria possui, ou seja, ele deve servir para satisfazer a necessidade de outros homens e não apenas ser produzida para uso próprio (MARX, 2005).

⁶⁷ O valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho que foi utilizado na sua fabricação, que é materializado no seu valor-de-troca (MARX, 2005).

Em concordância com Lefebvre (2011), Carlos (1982 e 2007) e Cassab (2015) é possível conferir que as cidades para além de serem espaços destinados à troca, ao poderem ser comercializados, corrobora para que toda a vida humana passe a também circular em função da troca e do consumo. A cidade possui um

duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo do lugar. Os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Essa centralidade se instala em predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior [...] Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam e falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca. Este tende a reabsorver o valor de uso na troca e no valor de troca. No entanto, o uso e o valor de uso resistem obstinadamente: irredutivelmente (LEFEBVRE, 2011, p. 130).

Tendo a cidade assumido a forma central da mercadoria, de espaços destinados ao consumo, como pensar hoje o direito à cidade? É notadamente visto, a partir das inferências realizadas, que o direito à cidade é o direito daqueles que podem pagar tanto para estar nela, quanto para poder consumi-la. Lefebvre (2011, p. 134) designa o direito à cidade como sendo a “forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)”.

Como ter direito à liberdade, à socialização ao habitat e ao habitar, quando a cidade é uma mercadoria que não pode ser consumida por todos? E dentro daqueles que podem consumir, é inevitável destacar que o consumo se dá de forma diferenciada, devido às distinções entre as classes sociais existentes no espaço urbano.

O direito à cidade está para além do uso dos seus espaços para transeuntes ou para acesso à moradia, mas a partir de Lefebvre (2011) e Harvey (2013), é possível identificar que o direito à cidade está também relacionado ao uso que os seus habitantes fazem dela, da possibilidade de transformar o espaço urbano para satisfazer a sua necessidade.

Em concordância com Lefebvre (2011), ainda que partindo de perspectivas que se diferem, Harvey (2013, p. 9) afirma que

o direito à cidade está, por isso, além de um direito ao acesso àquilo que já existe: é um direito de mudar a cidade com o nosso desejo mais íntimo. A liberdade para nos fazermos e nos refazermos, assim como nossas cidades, é um dos mais preciosos, ainda que dos mais negligenciados, dos nossos direitos humanos.

É notadamente visto que o direito à cidade longe está de se tornar uma realidade na vida dos cidadãos brasileiros, já que a possibilidade de transformar a cidade está nas mãos do capital. É ele quem demarca e realiza não só as transformações da cidade, mas também define até mesmo quais espaços são destinados a cada classe, além de limitar quais locais podem ou não ser vivido e transitado pelas classes sociais. Para Lefebvre (2011, p. 11),

o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito à visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que 'o urbano', lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível.

É concebível que a cidade na sociedade capitalista, cumpre apenas um papel central de reprodução das relações sociais de produção. E, que, na prática o direito à cidade é cotidianamente negado para aqueles que não podem pagar para o seu consumo e acesso, e, que, tampouco, tem qualquer possibilidade concreta para transformá-la e renová-la de acordo com os seus anseios.

Por esse ponto de vista, concordamos com Harvey (2012, p. 87) quando certifica que “o direito à cidade, como ele está constituído hoje, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto”.

Entendemos que o direito à cidade não se constitui enquanto direito, mas sim como privilégio de pequena parcela da população, especialmente daquela que se encontra no topo da pirâmide da distribuição de renda e as classes subalternizadas não têm o seu direito à cidade resguardado. De forma distintiva, essas classes buscam garantir na cidade o seu uso enquanto habitat, criando e recriando as suas possibilidades de moradia, quando são assentados e reassentados em distintivos processos de expropriação do morar, quando o capital assim acha necessário, para adquirir novos espaços destinados à especulação imobiliária e à acumulação.

E deste modo, torna-se claro que atualmente, temos no Brasil o direito à moradia, estabelecido formalmente, mas que no cotidiano de grande parcela da população, esse direito está longe de ser efetivado. Porque ainda hoje, a política habitacional atua por meio de políticas como o MCMV, favorecendo, sobretudo, as classes média e alta, que podem ou se esforçam para poder pagar o preço exorbitante da terra e do acesso à moradia. Enquanto, as classes subalternas, tornam-se dependentes de políticas habitacionais desenvolvidas (e quando desenvolvidas) nos municípios, que assim como no período da urbanização brasileiro não davam conta de atender as demandas habitacionais.

Assim, consideramos elementar apresentar no próximo capítulo o município de Campos dos Goytacazes, que é o contexto empírico que guia a nossa atividade reflexiva. Além de discutirmos a política habitacional nele desenvolvida. O que nos ajudará a apreender que o desenvolvimento da política habitacional no Brasil se dá de igual forma: conciliando o passado no presente, quando a sua materialização segue a mesma racionalidade espoliativa e expropriatória de período anterior ao processo de urbanização brasileiro. Corroborando, neste seguimento, para favorecer os interesses do capital no que tange ao seu processo de valorização e de acumulação.

2 A CONCILIAÇÃO DO MODERNO COM O ARCAICO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

*Do rio que tudo arrasta se
diz que é violento
Mas ninguém diz violentas
as margens que o comprimem.*

Bertold Brecht – Da violência

Dentro desse contexto da negação do direito à moradia e à cidade e da materialização de políticas sociais que se dão pela perspectiva da espoliação e da expropriação, temos o município de Campos dos Goytacazes, que tem aproximadamente 463.731 habitantes⁶⁸, dispostos ao longo de 4.026,370 quilômetros quadrados, de acordo com o senso de 2010 (IBGE, 2018).

O município está situado no Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, no delta do Rio Paraíba do Sul, a aproximadamente 274 quilômetros da capital. Localizado em uma área de planície de inundações, às margens do Rio Paraíba do Sul, é composto por relevos suaves e baixas declividades (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012). É banhado pelo oceano Atlântico, rios, lagoas, canais e brejos das bacias hidrográficas do rio Itabapoana e do rio Paraíba do Sul. Sua composição geográfica é favorável para que em momentos de chuvas intensas, algumas áreas da cidade sejam atingidas pelas inundações.

Campos é o maior município do Estado do Rio em extensão territorial. Compondo o Norte-Fluminense do Estado do Rio, expressão essa que começou a ser utilizada a partir da década de 1970, quando o governo Estadual dividiu o Estado em regiões, para elaborar planos de desenvolvimento regional. A região é composta por 14 municípios: Campos dos Goytacazes, Bom Jesus do Itabapoana, Itaperuna, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula, São Fidélis, São João da Barra, Macaé, Conceição de Macabu, Cambuci, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Itaocara (NEVES, 2006).

Até a década de 1960, o café era uma das grandes fontes de renda da região Norte-Fluminense, mas com a sua erradicação, os trabalhadores começaram a enfrentar problemas financeiros e foram para os grandes centros urbanos, em busca

⁶⁸ Segundo o IBGE, Campos tinha em 2017, população estimada de 490.288,49 pessoas.

de trabalho. Como decorrência da crise da cafeicultura e de outras questões que atravessam essa região, como o baixo Índice de Desenvolvimento Humano e pelos altos índices de pobreza, ela vem sendo conhecida como sendo “associada à pobreza, à estagnação, ao enfrentamento de situações de crise” (NEVES, 2006, p. 26). Assim, a autora expôs que esse território vem sendo caracterizada, como um bolsão de desenvolvimento da pobreza e pelo esvaziamento populacional, uma vez que a sua população se deslocou para outros polos econômicos, em busca de melhores condições de vida.

A região desde o início do século XXI vem recebendo grandes e diferentes investimentos, que segundo Cruz (2012), devem ter consequências, ocasionando uma mudança na configuração territorial e urbana dos municípios, além de mudanças na estrutura produtiva e econômica. Essas transformações, de acordo com Cruz (2012) são em função da retomada do crescimento econômico brasileiro durante os governos do presidente Lula da Silva (2002-2010). Entretanto, apontamos que os investimentos têm sido retraídos, sobretudo, após a crise vivenciada nos últimos anos, bem como os escândalos e sistemas de corrupção que envolvem Eike Batista, ex presidente do grupo EBX, que controlava as atividades portuárias, como será explicitado, quando falarmos sobre os empreendimentos que movimentam atualmente a economia do município.

O município de Campos em específico, tem uma economia desenvolvida, passando por ciclos diferenciados. Durante o século XVIII, Campos tinha como atividade econômica a pecuária e a produção de subsistência. Já contava com a produção de cana-de-açúcar, em pequena escala, para ser consumida na própria cidade. A partir de meados do século XVIII, Campos passou a contar com 400 unidades produtoras de cana-de-açúcar (PIQUET et. al, 2017). Embora essas atividades ainda não tenham sido extintas, elas sofrem um impacto com a questão do petróleo, que é a atual fonte de arrecadação do município.

2.1 Do Ciclo da Cana-de-açúcar à Chegada do Petróleo: o passado no presente ou o presente do passado?

Durante o século XIX, a grande fonte de renda de Campos dos Goytacazes continuou sendo relacionada a pecuária de gado leiteiro, na região Nordeste do município, de acordo com o Centro de Informações e Dados de Campos (CIDAC, 2018). Além da monocultura de café e da produção da açúcar-de-açúcar, que em 1829, já havia crescido de forma expressiva, quando passou a contar com 700 unidades produtoras de cana-de-açúcar (PIQUET et. al, 2017).

A cana-de-açúcar foi durante muito tempo responsável pela riqueza do município. Com o surgimento dos engenhos à vapor em Campos, tivemos a concentração de senhores de engenho que detinham o poder econômico e social, marcando desde o século XIX as desigualdades sociais e socioespaciais. Já no século XX, com a modernização⁶⁹ experimentada pelo município entre a metade do século XIX e início do século XX, os engenhos de açúcar foram dando lugar às usinas de cana-de-açúcar e aguardente, quando em 1910, o município já contava com 27 usinas (SMIDERLE, 2009).

Em 1929, Campos⁷⁰ era a maior produtora de cana-de-açúcar do Estado do Rio e a segunda maior produtora do Brasil, perdendo apenas para Pernambuco. Enquanto em 1935⁷¹, Campos era a maior produtora de açúcar do país e da América Latina, sendo responsável por 90% da produção estadual e 14,3% da produção nacional do produto. Já de 1937 a 1939, Campos era responsável por 25% da produção nacional de álcool e 14% da produção nacional de açúcar (PIQUET et. al, 2017).

⁶⁹ Ainda que vivenciando esse processo modernizador, Smiderle (2009) sinaliza que no século XIX, 36% da população local de Campos era composta por escravos. Era a terceira maior cidade consumidora de mão de obra escrava no Brasil, o que traça o perfil de modernização conservadora que a cidade está submetida.

⁷⁰ Na década de 1930, os donos dos antigos engenhos foram saindo de cena, ao passo que os grandes empresários usineiros iam surgindo na região de Campos, que pouco a pouco, ia se modernizando, para dar conta da produção de cana-de-açúcar que crescia (PIQUET et. al, 2017).

⁷¹ Paes (2000) destaca que Campos, devido a sua importância no setor canavieiro, foi uma das primeiras cidades brasileiras a receber intervenção estatal.

O modelo canavieiro existente no município, baseado nas grandes propriedades, sobretudo, a partir das primeiras décadas do século XX, contribuiu para aumentar ainda mais a concentração de terra e os grandes latifúndios nas mãos dos senhores de usina. O que hoje explica a existência de grandes terrenos vazios, enquanto há uma massa expressiva da população sem ter onde morar⁷².

Na década de 1970, algumas transformações começaram a ocorrer em torno das usinas, que paulatinamente foram se modernizando. Essa modernização foi fruto dos incentivos econômicos do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e de outras intervenções do Governo Federal, como pelo Plano de Racionalização da Indústria Açucareira e do Programa Especial do Alcool (Proalcool)⁷³.

Pondera-se, que com a modernização do setor canavieiro em Campos, na década de 1970, cerca de 15 a 20 mil pessoas perderam os seus trabalhos⁷⁴, devido as mudanças tecnológicas auferidas nas usinas da região (CRUZ, 1997, SMIDERLE 2009, CRUZ 2018 e PAES, 2000). De acordo com Cruz (2018, p. 48), outras expressões cruéis podem ser vistas a partir desse quadro de modernização conservadora, pois

generalizou-se a figura do bóia-fria, trabalhador temporário residente nas favelas urbanas e rurais, expulso da terra e trabalhando em condições precárias e em regime de clandestinidade no vínculo, alternando o trabalho rural com o biscate urbano [...] A modernização tecnológica e a expansão da atividade tradicional aumentaram o desemprego, ou o excedente de

⁷² Ressaltamos que Campos é um território extremamente mal distribuído no que se refere às terras, segundo Smiderle (2009), ao realizar análise do índice de Gini da distribuição de terras nas regiões Norte e Noroeste Fluminense do Rio. Muito dessa desigualdade espacial se deu em função das grandes usinas e dos latifúndios. Com a crise do setor sucroalcooleiro e com a morte dos donos desses espaços, tem-se a partilha dos bens, entre os herdeiros, o que tem reduzido essas áreas e dado origem a novos pequenos produtores rurais. Quando não, ficam grandes latifúndios urbanos vazios, pois como já sinalizado, grande parte das antigas usinas, concentra-se no espaço urbano ou em áreas próximas. Ainda temos como expressão dessa partilha de terras para novos pequenos proprietários de terras, fruto da reforma agrária da usina Novo Horizonte, que ocorreu antes mesmo do Movimento dos Trabalhadores sem Teto, por meio da atuação dos sindicatos (NEVES, 1997). Em anos recentes, as terras pertencentes às antigas usinas têm dado lugar a construção de condomínios luxuosos ou foram destinados a construção de condomínios para as classes subalternas, enquanto outros, aguardam a sua valorização, de acordo com Piquet et. al (2017), o que tem mudado a configuração sócio-espacial do município.

⁷³ O Proalcool faz parte de uma “política adotada pelo governo brasileiro para fazer frente à brusca alta dos preços internacionais do petróleo, que abalou o mundo em 1973, no que ficou conhecido como ‘primeiro choque do petróleo’” (PIQUET et. al, 2017, p. 136).

⁷⁴ Sem contar nos postos de trabalho de atividades relacionadas ao complexo agro-industrial do açúcar na região que também foram extintos, como nos comércios, nos serviços e no complexo metal-mecânico, como narra Cruz (1997).

mão-de-obra. Isto criou barreiras à especialização e à qualificação da força de trabalho, pois constituía um imenso mercado de força de trabalho desqualificada, pressionando os salários para baixo e precarizando as condições do exercício de trabalho.

Constatamos que Campos conseguiu conciliar a sua modernização⁷⁵ com o arcaísmo. Uma vez que se desenvolvia industrialmente, mas ao mesmo tempo, mantinha a condição de exploração e de péssimas condições de trabalho e de reprodução dos trabalhadores agro-industriais, e, conseqüentemente de suas famílias. O que fez com que o progresso da modernização não trouxesse nenhuma vantagem para as classes subalternas, mas ao contrário, barbarizou ainda mais o seu modo de trabalho e de viver. Trazendo melhorias apenas para os setores dominantes da sociedade, que passaram a produzir mais e a obter mais mais-valia.

Dessa forma, o processo de modernização conservadora do setor sucroalcooleiro campista contribuiu para que se perdurasse características como a baixa alfabetização e qualificação profissional dos filhos das classes subalternas. Tal situação é rentável ao capital, pois a baixa instrução profissional, representa baixos salários. Isso foi possível, devido ao regionalismo, que contribuiu para que

a reprodução desse padrão produtivo e de relações fosse possível porque uma aliança entre as elites açucareiras, técnicos e imprensa local, logrou monopolizar o acesso e controle do uso dos recursos oriundos das políticas setoriais, tais como o Proalcool, realizando um verdadeiro fechamento da região. Com isso, a estrutura que condicionava a hierarquia, a diferenciação e as desigualdades sociais se reproduziu em meio à modernização da economia (CRUZ, 2018, p. 4).

Essa característica marca não só o município de Campos, mas o Brasil de forma geral, que vivenciou um processo de modernização conservadora, no qual as práticas produtivas e políticas tradicionais perduraram-se sob o domínio das oligarquias, que detêm os sistemas de poder e de mando. Tal cenário foi profícuo para que paralelamente ao crescimento e desenvolvimento do capital, houvesse o

⁷⁵ O regionalismo e o coronelismo do setor sucroalcooleiro que ainda continua presente em Campos, mesmo após o término das atividades de quase todas as usinas locais, são características fortes da política municipal em Campos e se constituem enquanto expressões da sua modernização conservadora. Na modernização conservadora, a força das elites rurais, mantem-se forte, “criando, assim, um processo de modernização impulsionando o avanço dessas economias no capitalismo industrial, entretanto, aferradas em uma sociedade política marcada profundamente pelos interesses dos grandes proprietários rurais, os quais criaram obstáculos ao acesso democrático das demais classes sociais ao mercado de terras” (PIRES, 2009, p. 415).

aprofundamento da pobreza, do desemprego e das múltiplas expressões da “Questão Social”.

Toda riqueza existente em torno da usina, começa a entrar em decadência⁷⁶ nos anos de 1970⁷⁷, devido a algumas razões, como: baixa produtividade agrícola e industrial. E pelo fato de outras regiões, como São Paulo, terem investido pesado na modernização⁷⁸ das usinas, o que não aconteceu no município. Visto que os usineiros locais não tiveram recursos suficientes para realizar tais investimentos de forma mais acentuada, devido aos altos custos. Dessa forma, perderam mercado para a concorrência.

Outros aspectos que fizeram Campos perder o seu lugar central na economia sucroalcooleira são referentes a má administração e a má localização das usinas, que eram muito próximas umas das outras e na zona urbana ou em áreas muito próximas as áreas urbanas. Com essas dificuldades, Campos conseguiu se manter como uma das maiores produtoras do país até a década de 1980⁷⁹, segundo Smiderle (2009), Piquet et. al (2017) e Paes (2000).

⁷⁶ A década de 1970 marca no Brasil, um período de grandes transformações econômicas, sociais e espaciais, pelo processo de urbanização tardia, somado ao êxodo rural, conforme já sinalizado no capítulo 1. Todas essas mudanças, ocasionaram transformações na esfera de produção também (PIQUET et. al, 2017).

⁷⁷ Paes (2000) sinaliza que na década de 1970, enquanto a produção de cana-de-açúcar no Brasil cresceu 269%, no município de Campos, a sua produção decaiu, devido à ausência de inovações tecnológicas na região. O setor sucroalcooleiro em Campos entrou em crise, não seguindo a tendência nacional, quando os Estados de São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul, que investiram mais em tecnologia e modernização das usinas, tiveram a sua produção total aumentada.

⁷⁸ A partir da análise de Pires (2009) sobre a modernização conservadora brasileira, conseguimos identificar outro traço da modernização conservadora no município de Campos, quando este não conseguiu competir com as grandes cidades produtoras de cana-de-açúcar, devido à falta de investimentos tecnológicos. Com isso, os grandes proprietários das usinas foram “expulsos” do mercado sucroalcooleiro e passaram a investir em outros ramos ou a viver da renda da terra. Enquanto isso, os antigos trabalhadores das suas usinas, tornaram-se mão de obra barata e abundante para as grandes indústrias, favorecendo o processo de acumulação de capital. Ocorre que esse período foi marcado pela crise de 1980, conhecida como a década perdida. Face a esse contexto, os trabalhadores expulsos das atividades relacionadas a terra e a usina não conseguiram se inserir no mercado de trabalho, agravando o índice de desenvolvimento humano no município de Campos, conforme demarcou Cruz (1997).

⁷⁹ A década de 1990 marcou a derrocada da monocultura canavieira no município de Campos. Abrindo caminhos para a fruticultura na região, segundo Paes (2000). Como consequência do declínio do setor sucroalcooleiro e como expressão do tardo-capitalismo, houve em Campos a “desaparição” das antigas classes sociais, dos trabalhadores que atuavam nos ramos do setor sucroalcooleiro, que hoje representa um percentual muito pequeno, se comparado ao século XX, como será apresentado no gráfico 2.

Face ao declínio do cultivo da cana-de-açúcar, que foi a “menina dos olhos” econômicos do município durante séculos, a situação de sua população torna-se ainda mais agravada. Durante os anos de 1970 a 1980, a cidade contava com um dos mais elevados Índices de Desenvolvimento Humano do país. Enquanto em 1991, após o declínio da era da cana-de-açúcar, o município passou a ter um médio Índice de Desenvolvimento Humano (CRUZ, 1997).

Mas com o passar do tempo, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi se reestabelecendo e crescendo. Se compararmos as amostragens disponíveis no site do IBGE, é possível identificarmos esse crescimento, uma vez que os anos de 1991, 2000 e 2010, apresentam o IDHM em 0,505; 0,618 e 0,716, respectivamente. Pelos dados é possível aferir que Campos tem uma taxa de IDHM considerável, já que a taxa varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento do município. E cidades que apresentam entre 0,700 a 0,799 são consideradas de alto desenvolvimento⁸⁰, como é o caso de Campos.

Atualmente Campos e região tem como importantes empreendimentos para a dinâmica municipal o Complexo de Exploração de Petróleo e Gás⁸¹, localizado em Macaé⁸², cuja extração ocorre na Praia de Farol de São Thomé, em Campos, que é administrado pela Petrobrás, desde a década de 1970. Além do Complexo Industrial Portuário e Logístico do Açú (São João da Barra) e do Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado⁸³ (Quissamã e Campos dos Goytacazes). Todos esses empreendimentos⁸⁴ sinalizados são responsáveis atualmente pela arrecadação do

⁸⁰ Para maiores informações, consultar: Programa Cidades Sustentáveis. *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal – Campos dos Goytacazes, RJ*. <<https://indicadores.cidadessustentaveis.org.br/br/RJ/campos-dos-goytacazes/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-municipal>>. Acesso em 07. jan. 2019.

⁸¹ Em 1997, Cruz afirmou que Campos era responsável por 80% do petróleo extraído no Brasil.

⁸² O petróleo fica localizado na bacia de Farol de São Thomé, em Campos dos Goytacazes. Entretanto, a base de operação de exploração de petróleo, está localizada em Macaé, o que segundo Piquet et. al (2017), é responsável para que haja uma maior empregabilidade e importância regional a essa cidade, se comparada a Campos. No entanto, há de se considerar o impacto negativo que a base trouxe a Macaé, como o alto índice de violência, conforme assinala Cruz (2018).

⁸³ O Complexo de Barra do Furado tem um Estaleiro, em Quissamã, uma base de apoio *off-shore* e um centro de estoque de combustível, que são destinados para o mercado das atividades *off-shore* de exploração e produção de petróleo e gás em Campos (CRUZ, 2012).

⁸⁴ É importante sinalizar que os empreendimentos que hoje movem a economia do município de Campos, têm grande impacto ambiental para a região e se tratam de recursos não renováveis (CRUZ, 2012). Posto isso, salientamos que o município não investe em recursos

município em impostos e rendas petrolíferas. No entanto, de acordo com Malagodi; Siqueira (2012, p. 6),

as riquezas auferidas pelos agentes econômicos e os recursos arrecadados direta ou indiretamente pelo governo municipal (impostos e royalties) não possuem, entretanto, o seu correspondente na superação das desigualdades sociais que cada vez mais se aprofundam e afetam o cotidiano de grande parte da população, que engrossa as fileiras em busca das políticas sociais.

A fim de compreendermos as desigualdades sociais em Campos consideramos relevante apresentarmos algumas características do município, que nos ajudem a refletir sobre como o passado se relaciona com o presente, no que se refere ao ato de morar.

2.2 Campos dos Goytacazes em Dados

Para compreendermos as especificidades de Campos, é importante nos atentarmos para alguns dados econômicos e sociais do município. Nessa perspectiva, é importante salientar que segundo pesquisa realizada, o município de Campos possui arrecadação expressiva, possuindo o 20º maior PIB do País e o 3º maior do Estado do Rio de Janeiro, com valor aproximado de 34.216.751,97 (IBGE,

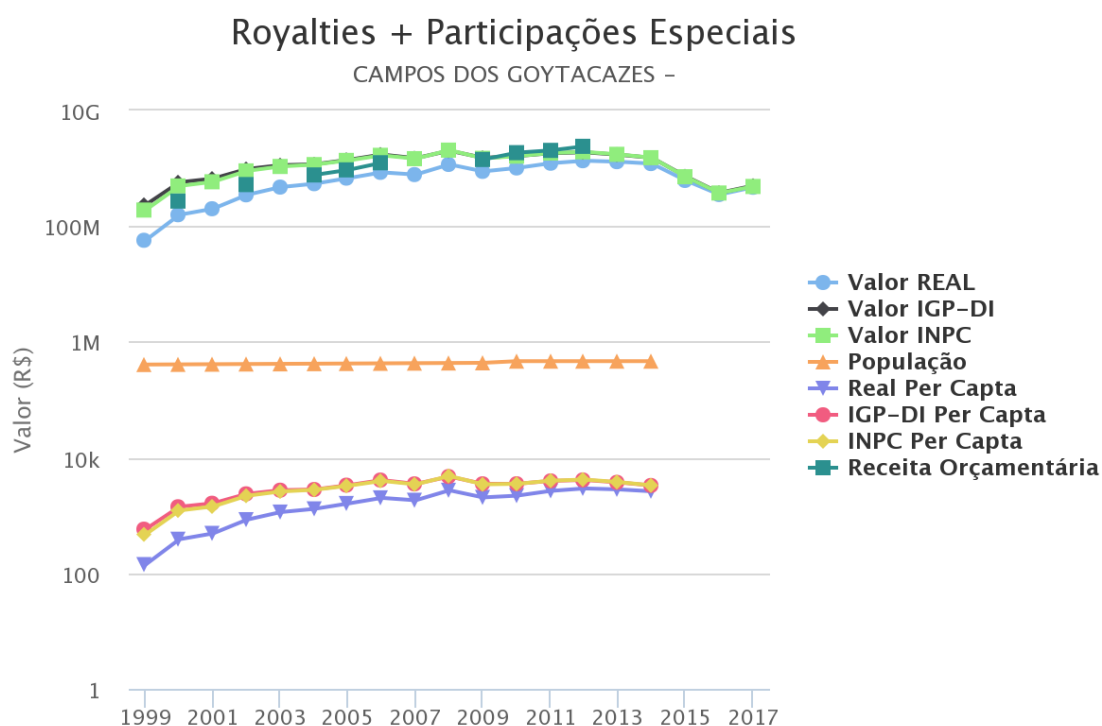
que possam de alguma forma minimizar os danos ambientais que afetam a sociedade como um todo.

Nessa perspectiva, concordamos com Mészáros (2009) sobre a capacidade destrutiva do capitalismo. O autor discute a crise na estrutura global do capital, sobretudo, no pós anos de 1970, com a produção da cultura de consumo em massa, vivenciada pelos Estados Unidos da América e posteriormente implantada nos outros países, o que cria a obsolescência dos produtos. Diante do uso desenfreado dos recursos naturais e da consequente poluição, o capitalismo destrutivo deteriora até mesmo o que é universal, que é a vida humana. O autor afirma que “seria desnecessário dizer que os limites do capital vêm acompanhados por uma concepção que procura extrair lucro até mesmo dessas questões vitais para a existência humana” (MÉSZÁROS, 2009, p. 58).

Assim como o autor supracitado, nos questionamos, até quando a humanidade será capaz de conseguir condições necessárias para a sua sobrevivência, em um mundo destruído pelo capital. E, sabendo que o capitalismo e a tecnologia não são onipotentes, consideramos, que o capital não é capaz de reverter a degradação ambiental, social e humana que o sistema tem criado. Da mesma forma, nos surge a seguinte indagação: o que será da economia de Campos e o quanto ainda mais será agravada as disparidades sociais no município, quando os recursos naturais se esgotarem.

2018). O Jornal Folha 1⁸⁵ afirmou que no mês de janeiro de 2018, Campos recebeu R\$ 32.718.918,33 de royalties de petróleo. Ao sair do banco, esse valor é acrescido em 5,5% para a prefeitura. Mas ainda assim, é um município bastante desigual⁸⁶ e isso se expressa quando a média mensal dos trabalhadores formais era de 2,5 salários mínimos e 37,7% da população vivia com renda per capita de até meio salário mínimo, em 2015 (IBGE, 2018). Por meio do gráfico abaixo é possível visualizar, o valor de arrecadação de royalties e de participações especiais de Campos de 1997 a 2017.

Gráfico 1 – Royalties + Participações Especiais em Campos dos Goytacazes



Highcharts.com

Fonte: INFOROYALTIES, A PARTIR DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO E IBGE⁸⁷.

⁸⁵ FOLHA 1. Campos recebe royalties nessa quarta-feira com aumento de 5,1%. Disponível em: <http://folha1.com.br/_conteudo/2018/02/economia/1230801-campos-recebe-royalties-nesta-quarta-feira-com-aumento-de-5-1.html>. Acesso em: 12. abril. 2018.

⁸⁶ Cabe destacar, que, de acordo com Cruz (2018), as desigualdades do município em épocas mais remotas estavam condicionadas ao fato de ter a sua produção limitada a produção de álcool e açúcar, deixando o refinamento do açúcar para outras regiões. Para o autor, o mesmo acontece hoje, quando o município apenas extrai o petróleo, mas o produto vai para outras regiões ser tratado, o que não contribui de forma significativa para que mais sujeitos possam ser empregados no setor do petróleo em Campos, fazendo movimentar a economia local.

⁸⁷ UCAM Campos. INFOROYALTIES. Disponível em: <<http://inforoyalties.ucam-campos.br/informativo.php#result>>. Acesso em: 02. Agos. 2018.

Por meio dos dados, é possível constatar que ao longo dos anos o valor arrecadado foi crescendo paulatinamente, embora em alguns momentos, esse valor tenha decaído, como em 2007, 2009, 2013, 2014, 2015 e 2016. Em 2017, as arrecadações voltam a crescer timidamente.

O município de Campos, como pudemos observar pelos dados econômicos referentes às rendas petrolíferas é muito rico. Entretanto, é nacionalmente conhecido pela pobreza, miséria e estagnação econômica que submete a sua população. E, diante desse quadro, apresenta como desdobramentos

um mercado de trabalho pouco dinâmico, baixo índice de industrialização, padrões produtivos “não atualizados”, infra-estrutura e economias externas precárias e outros, que fazem parte da classificação corrente que qualifica de “atrasadas” as regiões com perfis semelhantes (CRUZ, 1997, p. 27).

Passados 21 anos da análise realizada por Cruz (1997), é possível constatar que esse perfil pouco se alterou, quando dados do IBGE apontam que apenas 20,6% da população estava ocupada em 2016. Esse número atualmente deve estar ainda mais alarmante devido ao alto índice de demissões⁸⁸ das atividades relacionadas ao petróleo.

No que se refere ao desemprego, é importante destacar que 35.000 pessoas haviam sido demitidas do setor sucroalcooleiro (CRUZ, 2018). E, constatamos que no ano de 2010, havia apenas 4.000 trabalhadores empregados em atividades relacionadas à cana-de-açúcar (PIQUET et. al, 2017).

Ainda no que se refere a empregabilidade em Campos, Cruz (2018) argumenta que o município concentra atividades relacionadas a agroindústria da cana-de-açúcar, da agropecuária, da cerâmica e da fruticultura. Além do setor de

⁸⁸ Segundo reportagem do G1, o município de Campos dos Goytacazes, em novembro de 2016, ocupava o segundo lugar no ranking de cidades que mais desempregou no Estado do Rio.

G1. *Macaé e Campos têm o maior número de desemprego no interior do Rio*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2017/01/macae-e-campos-tem-o-maior-numero-de-desemprego-no-interior-do-rio.html>>. Acesso em 26 julho 2018.

Matéria mais recente, divulgada pelo site Brasil de Fato, aponta que o município de Campos dos Goytacazes é um dos que mais foi atingido no Estado do Rio, em função da queda do preço do barril de petróleo. Os setores que mais sofreram o impacto da crise são o da construção civil, pós boom imobiliário e o da cadeia produtiva de petróleo e gás. Ainda segundo a reportagem, enquanto a taxa de desocupação no primeiro trimestre era de 13,1% no país, no Estado do Rio essa taxa foi de 15%, chegando inclusive a ter alcançado índices maiores em 2017, quando foi de 15,6%. BRASIL DE FATO. *No Rio municípios dependentes da cadeia do petróleo sofrem mais com o desemprego*. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/20/no-rio-municipios-dependentes-da-cadeia-do-petroleo-sofrem-mais-com-o-desemprego/>>. Acesso em 26 julho 2018.

serviços relacionados ao Ensino Superior, quando o município tem importantes pólos de Educação Superior Pública e Privada e também tem investimentos significativos na área da saúde.

Por meio da tabela abaixo, é possível visualizar as ocupações nos dois pólos de emprego, a cana-de-açúcar e o petróleo, entre 1970 a 2010:

Tabela 2 – Pessoal ocupado nos setores açucareiro e petrolífero no Norte-Fluminense segundo microrregiões – 1970/2010

Microrregião	1970	1980	1991	2000	2010
Setor Açucareiro					
Microrregião Campos	28.077	27.832	16.667	9.884	4.332
Microrregião Macaé	3.514	3.399	1.965	1.350	118
RNF	31.591	31.231	18.631	11.234	4.449
Percentual sobre ocupados na região	23	16	8	4	1
Percentual sobre o setor no ERJ	77	90	88	93	82
Setor petrolífero					
Microrregião Campos	-	373	2.110	2.363	4.551
Microrregião Macaé	-	1.142	3.457	5.499	8.764
RNF	-	1.515	5.566	7.861	13.315
Percentual sobre ocupados na região	-	1	2	3	4
Percentual sobre o setor no ERJ	-	5	18	34	22

Fonte: MICRODADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE DE 1970 A 2010, DISPONÍVEL EM PIQUET ET. AL (2017).

É possível constatar o que foi brevemente narrado, sobre os períodos onde a cana-de-açúcar era significativa para a economia da região, durante as décadas de 1970 e 1980 e o seu declínio nos anos de 1990. Nessa mesma década, o setor petrolífero foi abarcando um maior número de profissionais, marcando um novo perfil econômico na região Norte-Fluminense.

Entretanto, apesar da economia de Campos ter se aberto a novas áreas⁸⁹, a pobreza e as desigualdades sociais continuam notadamente vistas no município.

⁸⁹ A partir da década de 1990, a economia de Campos, bem como da região Norte Fluminense se amplia, abrindo horizontes para a esfera dos serviços, dos investimentos em logística,

Isso ocorre, porque, como já identificado, os novos postos de trabalho criados na extração de petróleo exigem especialização⁹⁰ e qualificação profissional, o que os trabalhadores que outrora estavam inseridos nas usinas não têm (PIQUET et. al, 2017). Além do mais, os postos de trabalho criados não foram suficientes para abarcar toda a população⁹¹ que fora demitida das usinas⁹² e os novos trabalhadores que foram surgindo de acordo com o contingente demográfico do município.

Para Cruz (2018), as desigualdades do município em épocas mais remotas estavam condicionadas ao fato de ter a sua produção limitada a produção de álcool e açúcar, deixando o refinamento do açúcar para outras regiões. Para o autor, o mesmo acontece hoje, quando o município apenas extrai o petróleo, mas o produto vai para outras regiões ser tratado, o que não contribui de forma significativa para que mais sujeitos possam ser empregados no setor petrolífero em Campos, fazendo movimentar a economia local.

infraestrutura, petroquímica, indústria automobilística e indústria de softwares (CRUZ, 2012). Nessa época, Campos volta ao cenário, não mais como o maior produtor de cana-de-açúcar, mas como protagonista da “nova era”, do petróleo.

⁹⁰ Concordamos com Castelo (2011, p. 339) quando ressalta que a educação é um dos caminhos mais profícuos para reverter o quadro de desigualdade social acentuado que marca o contexto brasileiro. O autor supracitado descreve que “a estrutura social que reproduz incessantemente a péssima distribuição de renda entre nossos cidadãos estaria alicerçada na distribuição desigual ao ativo educação. Se a sociedade brasileira quiser políticas de combate à exclusão social, deveria lutar por um sistema educacional mais eficiente do ponto de vista da melhor formação profissional para o mercado de trabalho, capacitando os trabalhadores para as demandas tecnológicas e organizacionais decorrentes da economia do cinhecimento”.

⁹¹ É interessante observar que o período de inflexão das usinas em Campos, marca o período em que há também o início da crise estrutural do capitalismo, analisada por Mészáros (2009). Nesse período, a questão do desemprego aflorou em todo o mundo, quando o mercado passa a exigir trabalhadores qualificados, em detrimento dos trabalhadores não qualificados. Mas a necessidade dos trabalhadores qualificados não abarcou a mesma proporção de trabalhadores não qualificados, o que comprova o crescimento do desemprego e a permanência do desemprego, a partir da crise estrutural do capital. Nessa conjuntura, é necessário considerar que os trabalhadores não qualificados têm dificuldade de se inserirem em processos de qualificação, dado o desemprego e a ausência de uma educação de nível médio (ainda mais se nos atentamos para o caso específico de Campos que possui um baixo nível de escolaridade). Mészáros (2009) aponta ainda que os trabalhadores que conseguem se qualificar vão estar suscetíveis da mesma forma ao desemprego crônico, dado a concorrência e a disputa entre os trabalhadores.

⁹² Dentro do debate da expropriação, temos considerado que a expropriação não se constitui apenas enquanto a moradia e a terra. Mas, há também a expropriação do trabalho. Quando as classes subalternas perdem os seus postos de trabalho devido a modernização dos sistemas de produção, que coloca em escanteio aqueles trabalhadores que não possuem as requisições necessárias para ocupar os postos de trabalho surgidos.

E principalmente a desigualdade está relacionada aos traços arcaicos de Campos, quando foi o último município a acabar com a escravidão enquanto traço fundamental de sua economia, mostrando uma conciliação pelo alto, do arcaico com o moderno. A modernização ocorreu por meio da substituição das usinas pelo petróleo, mas o arcaísmo resistiu, contribuindo para intensificar ainda mais os traços destrutivos da modernização conservadora pela qual o município viveu e vive, acentuando ainda mais as evidências da desigualdade social.

Mediante ao quadro econômico aqui sintetizado, percebemos que por mais que tenha ocorrido uma industrialização⁹³ e uma maior diversificação econômica⁹⁴, a sua estrutura e a sua dinâmica de reprodução das desigualdades sociais, econômicas e urbanas continuam sendo reproduzidas. Desse modo, a expressiva renda petrolífera, não gerou políticas públicas eficazes para o enfrentamento dos problemas municipais. Cruz (2012) sintetiza que isso se dá, pois há a

má utilização das rendas petrolíferas; parte à natureza extrativista da economia petrolífera regional, com traços de enclave e monocultura, dado o seu poder de polarização; e, parte à dinâmica regional do desenvolvimento nacional, que se dá à revelia do planejamento público e de uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioespaciais voltada para a equidade e justiça espaciais (CRUZ, 2012, p. 44).

Identificamos que a falta de planejamento e a presença do regionalismo na política campista afeta diretamente a vida da sua população, que convive cotidianamente com traços de uma modernização conservadora, que abarca todas as áreas de suas vidas, inclusive no direito de morar.

E nessa perspectiva, é de suma importância considerarmos que a modernização conservadora tem como uma de suas características, a concentração de terras nas mãos dos grandes e médios grupos oligárquicos, o que expressa a dificuldade no acesso à moradia pelas classes subalternas. Pires (2009, p. 412) afirma que o

⁹³ O município de Campos teve um processo de industrialização tardio, devido ao fato da sua economia ser baseada em natureza rentista e extrativista do setor petrolífero. Isso corroborou para que o município não buscasse potencializar outras alternativas econômicas, que não só o petróleo. Tal fenômeno, para Cruz (2012) contribui para a segregação e concentração espacial de investimentos no município.

⁹⁴ Dado que o município não vive mais das monoculturas, tendo recentemente a implantação da bacia de petróleo de Campos e do Complexo E&P.

pacto político construído intestinamente no Estado foi o responsável por criar obstáculos ao acesso democrático à terra por parte das classes sociais inferiores, concentrando-se, assim, ao longo da formação e da evolução da economia brasileira, nas mãos de médios e grandes proprietários rurais.

Sendo Campos um município marcado pela grande concentração de terras, com o fechamento das usinas, por mais que muitos espaços não sejam mais utilizados para atividades destinadas a tal fim, eles continuam concentrados na mão de pequena parcela da população, já que os seus antigos donos não se desfizeram de suas terras, como é o caso da Usina de Açúcar e Álcool Cupim, na localidade de Ururaí.

A concentração de terras na localidade de Ururaí é tão exacerbada que muitas casas e terrenos utilizados pela população, ainda hoje são doados ou cedidos pelas usinas. A desigualdade social a que essa população é submetida se apresenta para nós de inúmeras maneiras, dentre elas pela forma como se dá o seu acesso à habitação. E também em que condições se dá o seu acesso à habitação, evidenciando outras manifestações da “Questão Social” na vida desses sujeitos.

As expressões da “Questão Social” podem ser vistas no que se refere ao acesso à moradia da população de Ururaí quando nos atentamos para o fato do município de Campos se constituir em uma planície e em momentos de chuva intensa⁹⁵, muitos dos seus moradores são atingidos pelas enchentes/inundações, provocando perdas materiais e imateriais. É indispensável sinalizar que a localidade é a mais afetada pelas inundações no município de Campos, devido a sua espacialização se encontrar às margens do rio Ururaí e do canal Cacomanga (afluente do rio Ururaí).

Ururaí está localizado ao sul do município de Campos dos Goytacazes, é cortado pela BR 101, sentido a capital do Estado do Rio de Janeiro. O seu povoamento está relacionado à indústria sucroalcooleira, que esteve em ênfase na economia da região no século passado, determinando muito da dinâmica social, econômica e histórica da localidade, quando muitos dos seus moradores trabalhavam na Usina de Açúcar e Álcool Cupim⁹⁶, pertencente ao grupo Othon, que encerrou as suas atividades do ano de 2009⁹⁷ (TAVARES, et. al, 2017).

⁹⁵ O município foi atingido por inundações de grandes proporções em tempos mais remotos, como em 1943 e 1966 (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012). As enchentes mais recentes datam de 2007, 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013.

⁹⁶ No século XX, a usina Cupim estava dentre as usinas que mais produziam cana-de-açúcar,

A ocupação do solo da região de Ururaí, é determinada, portanto, em função da usina, e, dessa forma, enquanto as áreas melhores, eram utilizadas para o cultivo e plantio da cana-de-açúcar, os trabalhadores da usina que ganhavam baixos salários começaram a adquirir os seus lotes em áreas mais úmidas, baixas e próximas ao rio. A população aterrou os lotes de terra e começou a construir suas casas, com seus escassos recursos.

Por serem áreas baixas e próximas ao rio, os sujeitos que construíram as suas casas nesses locais, acabaram tendo que conviver, com certa frequência, com as inundações, que ocorrem, sobretudo, no verão (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012).

Outros trabalhadores, que tinham cargos mais altos dentro da usina, tiveram as suas casas construídas em lotes melhores e pertencentes a usina. Há ainda aqueles trabalhadores que ganharam ou conseguiram emprestado terrenos ou casas para que ali fizessem morada. Essa é uma prática bastante comum entre os usineiros e seus funcionários, na época da efervescência do setor sucroalcooleiro, como destacado anteriormente.

É interessante chamar a atenção para o fato do empréstimo de terrenos ou de casas aos trabalhadores que atuam em atividades relacionadas à cana-de-açúcar, sobretudo, em áreas de usinas⁹⁸. Caso semelhante ocorreu na Alemanha estudada por Engels (2015), que ainda em contexto diferente, nos permite fazer análise teórica. Face a presente elucidação, fica nítido, assim como ficou para Engels (2015), o objetivo que está por trás de tal benesse concedida aos trabalhadores.

O objetivo primeiro de tal ação é o de afeiçoar o trabalhador ao modo de produção capitalista, de tal maneira que os mesmos possam considerar proveitoso

ao lado das usinas Mineiros, Santa Cruz, Tocos e Barcelos (SMIDERLE, 2009).

⁹⁷ O fechamento da usina foi prejudicial a população de Ururaí, pois a maioria dos moradores da localidade trabalhava na usina ou em atividades relacionadas a ela. A localidade viveu um processo de rompimento com o arcaico, sem estar preparado para isso. Com a perda de empregos e sem qualificação profissional, a situação dessas famílias piorou, agudizando ainda mais a questão habitacional já precária da localidade.

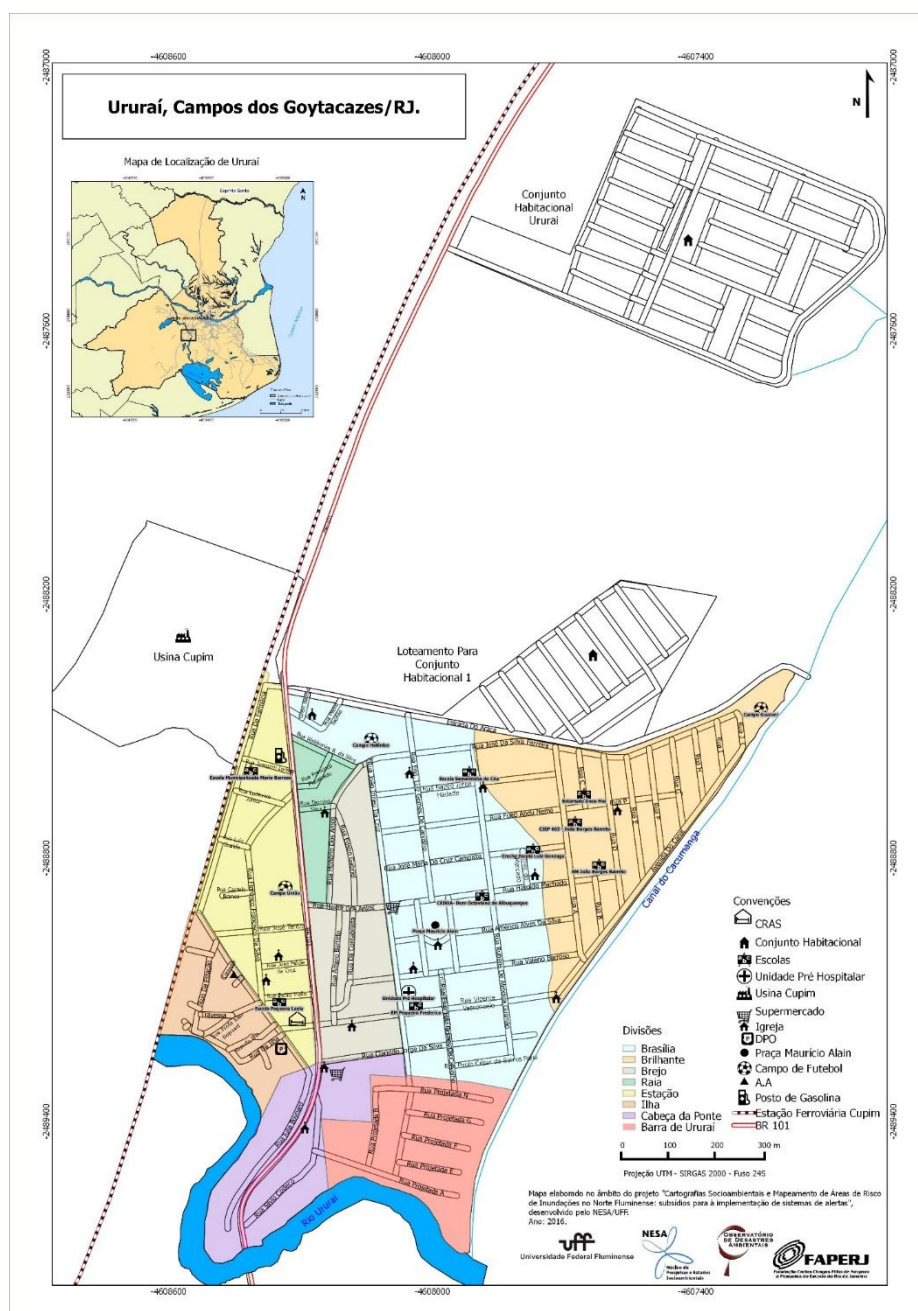
⁹⁸ Smiderle (2009, 35) disserta que as usinas tinham vida própria até a primeira metade do século XIX e complementa “o usineiro era um senhor absoluto dentro dos seus limites, fornecendo casa para moradia aos funcionários, assistência médica hospitalar, escola, jardim de infância, dentista, armazém para compras, cinema, pontes, praça de esportes, banda de música, festa, festejos de padroeiros etc. era admirado e respeitado por todos, chegando a se envolver em assuntos familiares, dando conselhos, realizando casamentos e batizando crianças. Em contrapartida, o usineiro exigia de seus funcionários dedicação, obediência e lealdade”. Desse modo, os usineiros forneciam alimentos, remédios e vestimenta no pequeno comércio pertencente à usina, e, ao final do mês, era descontado da folha de pagamento dos trabalhadores.

trabalhar nessas condições, ainda que recebendo baixos salários, dado que já tinham uma de suas necessidades básicas garantidas: a habitação. Além do mais, os terrenos costumavam ser em tamanho o suficiente para que essas famílias administrassem até mesmo uma pequena horta ou criassem pequenos animais. Assim, Engels (2015, p. 36) argumenta, nos permitindo refletir no contexto atual: “A utopia burguesa e pequeno-burguesa que quer dar a cada trabalhador uma casinha própria e, desse modo, amarrá-lo ao capitalista de modo semifeudal assume uma nova feição”.

Além do mais, o objetivo dos usineiros ao fornecer o acesso à moradia ou à terra, se dava em função da necessidade de manter sempre por perto os seus trabalhadores, sobretudo, aqueles que manuseavam as máquinas.

Compreendendo a espacialização da localidade de Ururaí, apresentamos abaixo o seu mapa, para que seja possível conhecê-la melhor, e, especialmente, visualizar as áreas mais suscetíveis às inundações.

Imagem 1 – Área de Inundação em Ururá em 2013



Fonte: NESA (2016).

Com a recorrência e a proporção em que os episódios de inundações ocorreram no município de Campos dos Goytacazes, a mídia local e nacional chamou atenção para o acontecimento, porque muitas famílias foram desabrigadas, tendo que conviver com a realidade dos abrigos municipais. A imagem seguinte é referente a notícia do dia 01 de dezembro de 2008, do site G1⁹⁹

⁹⁹ G1 – GLOBO. *Ponte Parcialmente Interditada em Campos*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL884335-5606,00-PONTE+E+PARCIALMENTE+INTERDITADA+EM+CAMPOS.html>>. Acesso em: 15. Abril. 2018.

Imagem 2 – Reportagem “Ponte é parcialmente interditada”

/ rio de janeiro / chuva

01/12/08 - 08h28 - Atualizado em 01/12/08 - 08h28

Ponte é parcialmente interditada em Campos

Somente veículos leves passam na ponte sobre o Rio Ururaí. Estimativa é que cerca de 8 mil pessoas foram afetadas pela chuva.

Do G1, no Rio, com informações da TV Globo

Tamanho da letra

A- A+

A ponte que passa sobre o Rio Ururaí, em Campos, no Norte Fluminense, foi parcialmente interditada. Segundo a Defesa Civil municipal, por medida de segurança, a ponte, que fica na BR-101 Norte, está liberada somente para veículos leves. A alternativa para veículos pesados é passar pela Avenida Ceramistas.

O município amanheceu com sol nesta segunda-feira (1º), mas a previsão é de mais chuva durante o dia. De acordo com as primeiras informações, há cerca de 8 mil pessoas atingidas pela chuva em Campos.

Situação de emergência

No domingo (30), o município de **Campos** decretou **situação de emergência** nas três áreas mais castigadas. As informações são da Secretaria estadual de Saúde e Defesa Civil. O secretário de Saúde Sérgio Côrtes e o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Pedro Machado, estiveram no local.

Desde sábado (29), o secretário Sérgio Côrtes acompanha as ações de assistência aos moradores atingidos pelas enchentes e desabamentos em Campos.

Os bairros Ururaí, Guarus, Morro do Côco e Lagoa de Cima são as áreas que registram casos de inundações e desabamentos, e concentram a maioria dos desalojados e desabrigados. São mais de 1,5 mil pessoas instaladas em escolas estaduais e municipais, transformados em abrigos.

“O que estamos vendo aqui é desolador. Famílias inteiras perderam suas casas e o que construíram ao longo de suas vidas. Essas pessoas necessitam agora da solidariedade da população fluminense”, declarou Côrtes.

Fonte: G1 – GLOBO (2018).

Como é possível visualizar, o site G1 da Globo, noticiou um episódio de inundação em Campos dos Goytacazes, no ano de 2008, tendo destacado que a localidade de Ururaí é uma das mais atingidas no município. A matéria ressalta ainda que foram registrados casos de desabamentos de casas, além de muitos

sujeitos estejam desalojados e desabrigados, tendo que se instalar em escolas e creches do município, que serviram de abrigo durante esses episódios.

Conforme já sinalizado, as inundações não ocorreram só no ano de 2008, mas vêm acontecendo com recorrência. E, nesses momentos, a mídia chama atenção para esses episódios. Diante da visibilidade que as inundações recebem e face a reincidência dos episódios, o poder público municipal começou a intervir. Ele é representado pela Defesa Civil, que avaliou as áreas, emitiu laudo de avaliação de risco e demarcou as casas que deveriam ser demolidas, por estarem nas chamadas “áreas de risco”.

Com a demolição das casas, há de se pensar em novas alternativas de moradias para essas famílias. Surge, então, o discurso dos reassentamentos. No município de Campos dos Goytacazes, em específico, as famílias foram reassentadas para o programa habitacional “*Morar Feliz*”¹⁰⁰.

2.3 As Contradições do Programa Habitacional de Campos dos Goytacazes: “*Morar Feliz*” é possível?

O programa “*Morar Feliz*” foi iniciado no ano de 2010 e instituído pelo Decreto 055/2011¹⁰¹ e tem como objetivo principal sanar o déficit habitacional do município. É destinado aos sujeitos de baixa renda, especialmente aos que são “atingidos por

¹⁰⁰ Para Joaquina Barata (2016, p. 04), o Programa é um “documento que indica um conjunto de projetos cujos resultados permitam alcançar o objetivo maior de uma política pública”. Já plano se constitui enquanto um “documento mais abrangente e geral, que contém estudos análises situacionais ou diagnósticos necessários a identificação dos pontos a serem atacados, dos programas e projetos necessários, dos objetivos, estratégias e metas de um governo, de um Ministério, de uma Secretaria ou de uma Unidade”. Por esse ponto de vista, compreendemos que para a construção de um projeto, faz-se necessário a existência prévia de um plano. No caso em questão consideramos que antes da existência do programa “*Morar Feliz*”, a prefeitura de Campos dos Goytacazes teria que ter criado um Plano Municipal de Habitação. A construção do Plano Municipal de Habitação teria permitido a realização de um estudo mais sistemático sobre a problemática habitacional no município, sendo possível traçar o diagnóstico da realidade local, bem como traçar objetivos e metas a serem cumpridos por meio de Programas e Projetos voltados à realidade local.

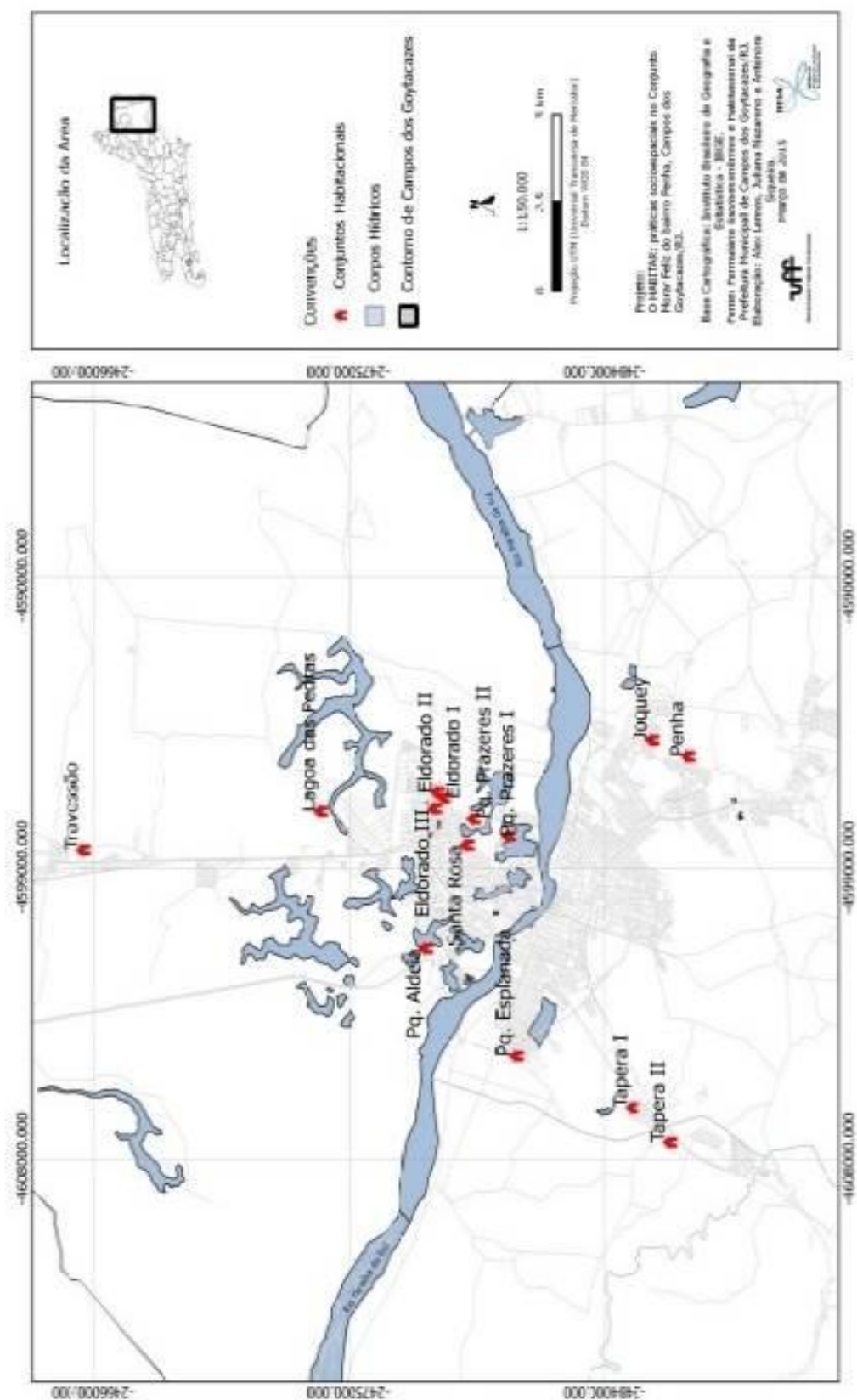
¹⁰¹ O Decreto que institui o Programa não é decorrente de um Plano Municipal de Habitação. Percebemos que a licitação e o início das obras do Programa foram iniciados antes mesmo do Decreto. Ainda hoje, em 2018, passados 8 anos do início do Programa, o município ainda não tem o seu Plano Municipal de Habitação.

enchentes e residências às margens de rodovias e ferrovias e àqueles que se encontravam no aluguel social¹⁰² (MENDES, 2015b, p. 126).

O programa foi anunciado durante a campanha eleitoral à prefeitura do município, pela candidata Rosinha Garotinho, que venceu as eleições e em 28 de janeiro de 2009, anunciou no diário oficial a construção de 5.100 casas, distribuídas em 13 bairros do município de Campos. (MENDES, 2015b). No mapa abaixo, é possível visualizar a localização dos conjuntos habitacionais:

¹⁰² As famílias atingidas pelas inundações do ano de 2008, que perderam as suas casas em decorrência do próprio evento em si e aquelas que tiveram as suas casas demolidas, foram atendidas durante esse período pelo programa SOS Habitação, conhecido como “aluguel social”. Por meio deste, as famílias recebiam um valor mensal de R\$: 200,00, que correspondia a aproximadamente um terço do salário mínimo do ano. Esse valor recebido era para custear o aluguel da casa em que as famílias estivessem morando, até que as suas casas fossem reformadas ou que fossem contemplados com o recebimento de uma casa do programa “*Morar Feliz*” (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012). Salientamos que o valor do aluguel social está muito aquém ao da realidade do município, porque os aluguéis costumam variar em torno de 1 salário mínimo, mesmo em bairros da periferia. Dessa forma, sinalizamos que essa medida não permitiu que os contemplados vivessem em bairros melhores servidos em infraestrutura, piorando o seu acesso à moradia e o seu acesso à vida na urbe. Outra questão reside no fato do aluguel social ser um Programa emergencial, previsto para durar três meses e se estendeu por mais de 2 anos.

Imagem 3 – Localização dos Conjuntos Habitacionais do “Morar Feliz”, 1ª fase



Fonte: MENDES (2015b).

O “*Morar Feliz*” foi dividido em duas fases. Na primeira fase do programa foram construídas 5.426 residências, em 14 conjuntos habitacionais, nos bairros da Tapera I, Tapera II, Eldorado I, Eldorado II, Eldorado III, Parque Prazeres I, Parque Prazeres II, Novo Jôquei, Penha, Santa Rosa, Parque Aldeia, Lagoa das Pedras, Travessão e Parque Esplanada, conforme visto na imagem 3.

É importante salientar que todos esses bairros estão localizados na periferia do município e estão longe do centro da cidade. Essa prática reforça o que a política habitacional brasileira vem realizando desde o século XIX: casas construídas em padrão, sendo localizadas em locais distantes da área central, onde os terrenos são mais baratos e onde há a inexistência ou a má prestação dos serviços básicos, como transporte, esgoto, educação, saúde, lazer, dentre outros.

O “*Morar Feliz*”, assim como outros programas e projetos habitacionais no Brasil, contribuiu no processo de acirramento entre centro e periferia, aumentando a segregação socioespacial, a segregação urbana e a segregação étnico-racial como pontuam Faria; Pohlmann (2015), Mendes (2015a) e Cortes (2016). Conforme descreve Mendes (2015a, p. 153) é possível testificar que

ao longo da história, os conjuntos habitacionais vêm se constituindo como habitação barata e funcional, produzidos em larga escala e desarticulados de um projeto social mais amplo. Com isso, atendem aos anseios do Estado e do capital, dinamizando a economia por meio da construção civil, ao mesmo tempo em que são utilizados como instrumento de controle sobre os trabalhadores, definindo o lugar de moradia e impondo-lhes formas de habitar e morar a partir de um espaço construído e concebido a partir do alto.

O programa “*Morar Feliz*” é financiado por fundo público municipal, proveniente dos recursos petrolíferos¹⁰³ arrecadados pelo município. Cada casa foi construída por aproximadamente R\$: 100.000, 00 (cem mil reais), como sinalizado pelo subsecretário de Obras da cidade, conforme apresenta Mendes (2015b).

As casas foram construídas pela empresa Odebrecht e são: unifamiliares, geminadas, edificadas numa área de 43,09m², contendo 2 quartos de piso cerâmico, 1 banheiro de azulejos, 1 sala com piso cerâmico, 1 cozinha com piso cerâmico. As

¹⁰³ O programa “*Morar Feliz*” atua com recursos próprios, não contando com a contribuição dos entes federativos (governo federal e governo estadual). Dessa forma, não tem a obrigatoriedade de cumprir as orientações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, embora a gestão tenha feito a escolha de segui-lo em alguns aspectos (MENDES, 2015b).

residências são edificadas em um lote de 140m², contando com área de serviço e área livre em frente à casa. A imagem abaixo retrata a planta das casas:

Imagem 4 – Planta baixa das unidades habitacionais do Programa “Morar Feliz”



Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (2016).

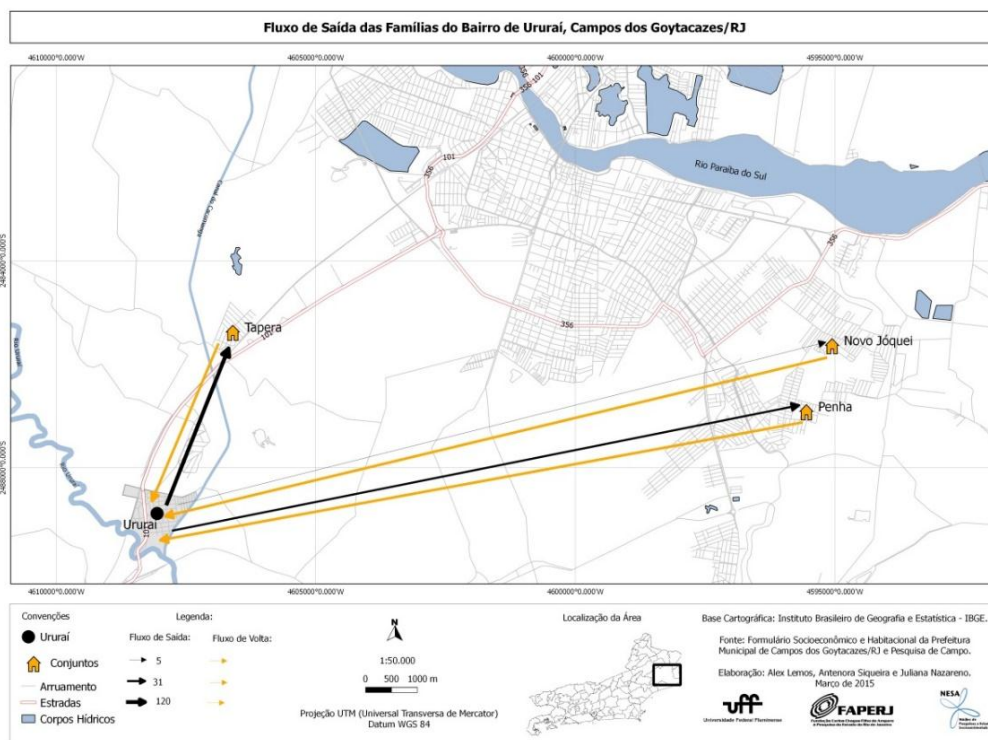
As casas são iguais, tendo apenas cores diferentes. Não têm portão e nem muros, o que deixa os sujeitos sem o seu espaço reservado e sem segurança. Além de ser algo que não corrobora com a prática habitacional do país, na qual as casas costumam ter muros e portões. 10% das casas são destinadas aos sujeitos com deficiência, e, por essa razão, são adaptadas (ODEBRECHT, 2016).

Observamos, diante da exposição de pesquisadores que tem como objeto de estudo o programa “Morar Feliz”, que o mesmo foi construído pelo “alto”, sem que

houvesse a participação popular (MENDES, 2015b; MALAGODI; SIQUEIRA, 2012 e CORTES, 2016). No entanto, é evidente a necessidade e a importância da participação desses sujeitos, uma vez que eles é quem são atingidos diretamente pelos processos de reassentamentos. Muito mais que mudar de residência, na grande maioria dos casos, ocorre também a transferência para outros bairros, o que faz com que todas as outras esferas da vida dos reassentados se transforme e não só o lugar de habitar. Além disso, os moradores dos bairros que recebem os conjuntos habitacionais também sofrem impacto no modo de produção e reprodução social das suas vidas, dado o recebimento do grande contingente de moradores que passam a ocupar o bairro.

As famílias de Ururaí foram ainda mais sensíveis aos processos de reassentamentos, porque estavam na “fila da prioridade”, dado que tiveram as suas casas inundadas em anos anteriores e estavam recebendo o SOS Habitação, conforme já destacado. Com isso, essas famílias foram para os primeiros conjuntos habitacionais a ficarem prontos, sendo os localizados nos bairros da Tapera, da Penha e do Novo Jóquei. Todos esses bairros, encontram-se longe da localidade de Ururaí. A Tapera que é mais próxima, fica a 5,3km do bairro de origem, enquanto a Penha está a 16,5 km e o Novo Jóquei a 17 km de Ururaí, como mostra o mapa a seguir:

Imagem 5 – Fluxo de saída das famílias de Ururaí para os conjuntos do “Morar Feliz”



Fonte: NESA (2016).

Sinalizamos que o processo de reassentamento da população de Ururaí foi marcado pela resistência por parte da população que não queria sair da sua localidade de origem em direção aos conjuntos habitacionais¹⁰⁴. Muito embora o processo de resistência não teve êxito, devido a forma arbitrária como o poder local age nessas situações de reassentamentos (VALENCIO, 2009 e MALAGODI; SIQUEIRA, 2012).

Com o reassentamento, a população que outrora residia em Ururaí, em muitos casos perdeu os seus empregos, que estavam relacionados à agricultura¹⁰⁵

¹⁰⁴ Malagodi; Siqueira (2012) narram que “não há homogeneidade de opiniões entre os moradores: se alguns comemoram a saída da área sujeita a inundação (uma vez proibidos de se territorializar ali mesmo no Bairro Legal), outras revelam experiência de angústia, medo e adoecimento em função de tal deslocamento involuntário. Entre os que “voluntariamente” saem do bairro, existem aqueles mais satisfeitos e outros mais insatisfeitos com o que encontraram pela frente. Pelo discurso oficial, as remoções visam à segurança e ao bem-estar da “população atingida” e obtém sua legitimidade através do discurso técnico e jurídico da total irregularidade na ocupação das “áreas de risco”. Para maior aprofundamento sobre a aceitação e sobre a resistência aos processos de reassentamentos, consultar os autores supracitados.

¹⁰⁵ Por meio da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos), entrevistamos 232 moradores domiciliados em Ururaí. Ao responderem algumas perguntas do questionário, foi possível aferir que se totalizarmos a composição familiar desse sujeitos entrevistados, teremos um total de 797 pessoas

no próprio bairro ou em atividades no rio¹⁰⁶ Ururaí. Quando não afastados do trabalho, tiveram que se submeter ao precário transporte público para se locomover para o antigo bairro.

Esse cenário de transformações no que se refere ao trabalho dos moradores de Ururaí, no pós processo de reassentamento, nos faz retomar as expropriações do século XV, quando os camponeses tiveram que trocar o trabalho da inchada, da terra e do cultivo, para trabalhos industriais, tornando-se proletários. Sobre esse episódio, Marx (2013, p. 980), ao descrever os cercamentos ingleses no século XV, em contexto diferente do vivenciado hoje, já tinha chamado atenção para essa questão quando discorreu que os camponeses foram

expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiram se ajustar à disciplina da nova situação.

Em Campos, esses processos de mudanças significativas nas formas de trabalho ocorreram com o fechamento das usinas. A população de Ururaí foi afetada de forma mais intensa no ano de 2009, quando se encerraram as atividades da usina Cupim. Ocorre que, com a mudança para bairros longínquos, por meio do programa habitacional *“Morar Feliz”*, esse processo de expropriação do trabalho, atinge mais uma vez a população de Ururaí, sobretudo, aquela que trabalhava no rio, com a pesca e aqueles que concentravam-se em atividades relacionadas à agricultura e atividades de serviços na localidade ou em bairros vizinhos.

Percebemos que as classes subalternas são sempre as mais sensíveis e afetadas pelas grandes transformações do capital, que traz mudanças psicossociais significativas e profundas na reprodução da vida em sociedade, conforme assinala Alves (2004).

Ao discutir sobre a problemática habitacional em fins do século XIX na Alemanha, somada ao processo de industrialização do país, Engels (2015, p. 26)

(incluindo crianças e idosos que não trabalham) residindo nessas 232 casas. Desse total, 5 trabalham em atividades relacionadas à agricultura.

¹⁰⁶ A pesquisa não apontou o quantitativo de pessoas que trabalham no rio. Mas pesquisas de Mendes (2015b) e de Malagodi; Siqueira (2012) sinalizam para essa forma de trabalho em Ururaí.

discorre sobre a derrubada das casas, e destacou que isso agravou ainda mais a “escassez de moradia para os trabalhadores e a crise do pequeno comércio e da pequena indústria que dependem deles como clientela”.

O mesmo ocorreu com a população de Ururaí, uma vez que ao serem deslocados para os conjuntos habitacionais, muitos sujeitos que outrora tinham como fonte de renda principal ou como fonte de complementação de renda, perderam a sua clientela. Essas atividades estão relacionadas ao pequeno comércio no quintal da própria casa e aos revendedores de revistas, como avon, natura, dentre outras.

Os moradores reassentados, além de perderem seus clientes, se viram limitados quanto a criação de seus comércios no conjunto habitacional, porque a prefeitura não reservou espaços para serem destinados a tal função. Após pressão popular, a prefeitura realizou uma autorização verbal, e, portanto, informal, assegurando o direito a realização de obras para a criação e adaptação das casas ao pequeno comércio, segundo Mendes (2015b).

Percebemos que para além do rompimento dos vínculos de trabalho, houve ainda o rompimento dos vínculos pessoais e sociais da população reassentada. Isso ocorreu porque as famílias foram para diferentes ruas e até mesmo diferentes bairros no pós reassentamento, como apontam, Malagodi; Siqueira (2012), Mendes (2015a e 2015b), Bernardo et. al (2015), Faria; Pohlmann (2015) e Cortes (2016).

Nessa medida, mais uma vez, concordamos com Levien (2014), quando afirma que as expropriações causam uma mudança social traumática na vida dos sujeitos reassentados, porque “a desapropriação exige uma aquiescência de prazo muito curto (mas normalmente com consequências irreversíveis)”. Isso ocorre porque os sujeitos expropriados de sua moradia sabem que estão sendo expropriados, sente na sua vida essa mudança traumática da perda dos laços já citados, de forma abrupta sem que estivesse preparado para tal processo de separação.

Além do problema ora sinalizado, o programa a partir da sua instauração no ano de 2011, vem apresentando outras questões que já vem sendo apontadas e pesquisadas, como a falta de espaços destinados ao comércio (MOTA, 2012 e ARRUDA, 2014) e ao lazer (MENDES, 2015b)¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Ao andarmos pelas ruas de Campos, é notório que o município tem um vínculo muito forte com atividades religiosas, tendo muitos templos dedicados a tal fim. Os dados do IBGE

A criação dos conjuntos habitacionais contribuiu também para aumentar a violência no município de Campos, quer nos bairros nos quais os conjuntos estão instalados ou em outros bairros, mas envolvendo sujeitos residentes nos conjuntos, a respeito desse mecanismo, consultar Cortes (2016). Rolnik (2015) ao estudar os conjuntos do MCMV, em São Paulo, sinalizou também para a questão do aumento dos episódios violentos. Ambas as autoras dissertam que o aumento da violência foi em decorrência de sujeitos de bairros diferentes irem morar num mesmo conjunto, ocasionando os conflitos entre as facções do tráfico de drogas, para que uma facção conseguisse estabelecer na localidade o seu poder.

Se nos atentarmos a tempos mais remotos, é possível destacar que um dos objetivos da reforma sanitária e da criação das habitações de interesse popular era diminuir a violência e a delinquência no Brasil. Essa meta era existente, pois o poder público acreditava que o fato das pessoas morarem muito próximas, em condições insalubres e cortiços, fazia com que se aumentasse a violência (BONDUKI, 2011). No entanto, é possível visualizar que o contrário ocorre, quando são criados conjuntos habitacionais nos quais há uma debilidade do planejamento realizado ou a total falta de planejamento, somado a não participação popular nesses processos de reassentamentos urbanos.

2.4 Considerações sobre o Perfil das Habitações das Classes Subalternas em Ururá

Diante de tais contradições postas pelo programa “*Morar Feliz*”, que tendem a agravar as condições de acesso à moradia das classes subalternas, a partir dos processos de reassentamentos, buscamos traçar o perfil da população que ainda reside em Ururá, e que está aguardando para ser reassentada, quando novos conjuntos habitacionais ficarem prontos. Consideramos essa análise importante, uma vez que nos permite compreender a instauração de um quadro de acumulação

(2018) apontam que no município 4.896.528 (quatro milhões, oitocentos e noventa e seis mil e quinhentos e vinte e oito) pessoas pertencem a alguma religião, como católica apostólica romana, espírita, evangélica não determinada, evangélicas, evangélicas pentecostal, outras religiões sem demarcar qual, umbanda e candomblé, evangélicas de missão, de tradições indígenas, além de religiões, como islamismo, judaísmo, hinduísmo, outras de origens orientais e de tradições esotéricas.

por expropriação e de barbárie a que esses sujeitos foram expostos a partir dos reassentamentos.

Além disso, realizar a apresentação do perfil da população é importante, haja vista que nos permite verificar como se dá e em que condições se dá o acesso à moradia da população residente em Ururaí. Isso contribui para apreendermos a lógica de segregação dos pobres, para locais ainda mais periféricos que o bairro de origem e promovendo a valorização dos espaços que interessam ao capital.

No ano de 2015, quando ainda estávamos na graduação em Serviço Social, na Universidade Federal Fluminense, pólo de Campos dos Goytacazes, participamos da pesquisa quanti qualitativa do NESA, intitulada “Cartografias Socioambientais e Mapeamento de Áreas de Risco de Inundações no Norte Fluminense: subsídios para a implementação de sistemas de alerta”, que objetivava, dentre outras questões, analisar o perfil da população de Ururaí.

A metodologia utilizada foi a pesquisa de survey domiciliar, por meio da aplicação de questionários à população de Ururaí que ainda não foi reassentada e que reside em áreas mais sujeitas às inundações, nos permitindo a realização de um censo dessa população.

Por meio da pesquisa, pretendíamos alcançar 301 domicílios que foram identificados no recorte espacial sinalizado. Entretanto, conseguimos realizar entrevistas em 232 casas, totalizando 77% do que pretendíamos. Os entrevistados tinham mais de 18 anos de idade e se dispuseram a contribuir com a pesquisa.

O questionário foi dividido em seis blocos de perguntas, distribuídas da seguinte forma: 1) dados básicos; 2) as cheias do rio Ururaí; 3) habitação e enchentes; 4) domicílio atual; 5) bairro atual; 6) composição familiar e informações socioeconômicas. Nos apropriaremos de algumas informações específicas, que melhor nos ajudarão a compreender como se dá o acesso à moradia das classes subalternas, residentes na localidade estudada.

Conforme viemos apresentando ao longo da dissertação, o acesso ao terreno na periferia se dá em muitos casos por meio de ocupação, posses, ocupações ou por serem terrenos onde o metro quadrado é mais acessível para as classes subalternas. Dessa forma, buscamos compreender como se dá o acesso ao terreno das famílias pesquisadas. O resultado confirma a pesquisa de Maricato (2013), Kowarick (1993), Mendes (2015b) e Santos (2009), quando apontou que 40,9% dos

entrevistados residem em terrenos adquiridos por meio de posse e não tem documentação legal nenhuma.

Outro dado significativo se refere aos terrenos que foram cedidos pelos empregadores, o que totaliza 11,6% do valor total. Possivelmente, as famílias residem em terrenos ou casas doadas pela Usina de Açúcar e Alcool Cupim. E, dessa forma, compreendemos que, mesmo tendo sido fechada no ano de 2009, a usina ainda é bastante presente na história de vida e no processo de reprodução das relações sociais dos moradores de Ururaí. Ainda hoje, quando a usina perdeu a centralidade no município de Campos, muitas famílias dependem da benesse dos grupos aos quais pertencem as usinas, para ter acesso à moradia. Não podemos deixar de destacar ainda que essa dependência, pode vir à tona a qualquer momento, dado que os usineiros podem requerer o espaço que lhes pertencem de volta.

A tabela abaixo apresenta os dados apontados pela pesquisa do NESA sobre a situação de posse do terreno.

Tabela 3 – Situação do terreno: Domicílios em áreas afetadas por inundações em Ururaí (Campos/RJ) – 2015

Situação do terreno	Frequência	Porcentual
Próprio, com escritura	45	19,4
Próprio, com contrato de compra e venda	32	13,8
Posse (ausência de documentação)	95	40,9
Cedido por empregador (ou ex)	27	11,6
Cedido por outros (fora da família)	6	2,6
Casa alugada. Qual valor	9	3,9
Cedido por familiares	6	2,6
Não sabe/Não lembra/Mal especificado	12	5,2
Total	232	100,0

Fonte: NESA (2016).

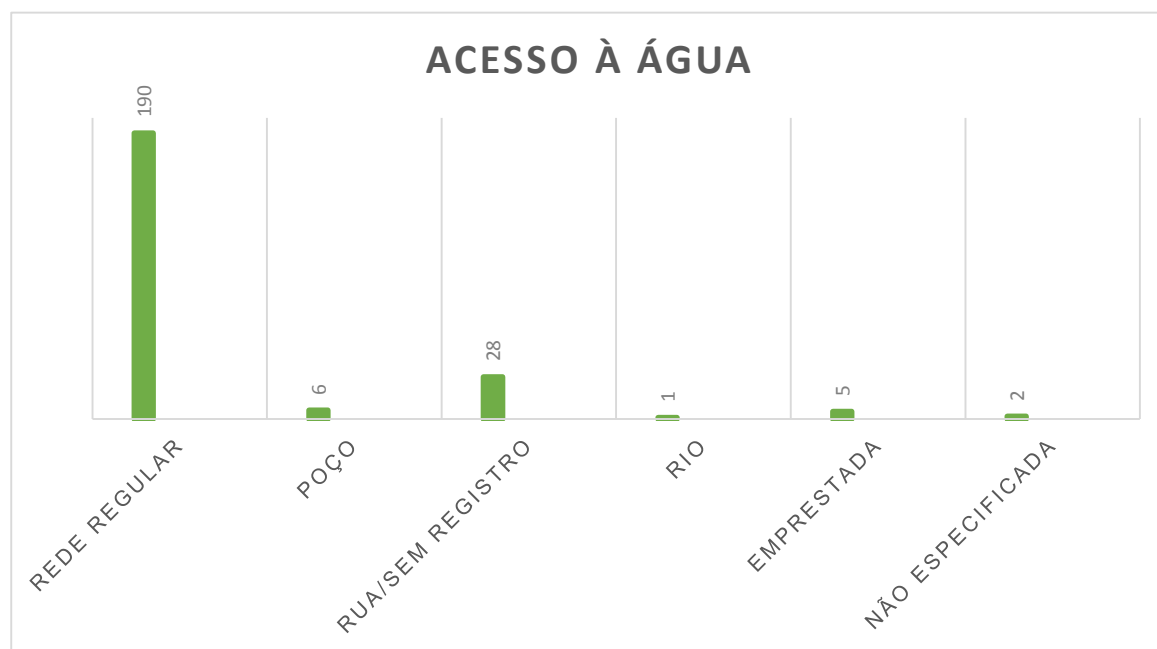
Outra descoberta que a pesquisa apontou é que 63% dos imóveis são construídos em terrenos com mais de um domicílio, o que confirma a precarização do acesso à moradia na localidade.

Buscamos relacionar outros dados concernentes ao acesso à moradia desses sujeitos e no que se refere ao tipo de construção, a pesquisa apontou que 40,1% das casas eram de alvenaria¹⁰⁸, revestimento e pintura; 28,9% eram somente de revestimento e 27,9% eram apenas de alvenaria.

Muito do que se retrata do tipo de construção está relacionado ao perfil dos moradores das residências, que constroem suas casas, com os seus poucos recursos. E, isso se torna visível, quando constatamos que 3 casas têm apenas um cômodo, 10 casas têm dois cômodos¹⁰⁹, 20 casas têm três cômodos, o que mostra certa precariedade na construção dessas habitações, ainda que a média seja de 28% para casas de 4 cômodos e de 32,3% para casas de 5 cômodos.

Alguns serviços infra estruturais são necessários à vida na urbe. Entretanto, essa rede de serviços não chega as periferias da mesma forma em que chega a bairros valorizados, como a água, por exemplo. Dos entrevistados, 81,9% afirmaram ter acesso a rede regular de água. Mas algo nos chamou a atenção, pois há quem ainda hoje necessitam pegar água no rio Ururaí.

Gráfico 2 – Acesso à Água



Fonte: NESAs (2016).

¹⁰⁸ Casas construídas com tijolos.

¹⁰⁹ É importante destacar que a pesquisa não verificou qual a metragem dos cômodos.

Outro serviço fundamental é o acesso à rede de esgoto. Os dados apontam que 25,9% das residências têm acesso à rede regular de esgoto; 38,8% afirmaram possuir fossa; enquanto 28,4% declararam utilizar o rio, além de 6% do total ter relatado a vala, a rua ou o brejo como alternativa ao esgoto.

Sobre a coleta de lixo, verificamos que o serviço tem passado na localidade, quando 82,3% dos entrevistados afirmaram passar a coleta regular de lixo em frente a sua residência. Embora essa não seja a realidade vivenciada por todos os moradores, que buscando outras alternativas para se desfazerem do lixo, 10,8% jogam em caçamba; há os que jogam no rio, que representa 1,3% do total. Dos sujeitos entrevistados, 0,4% jogam o lixo em terrenos baldios e 5,2% realizam a sua queimada.

Constatamos que aqueles que não são servidos pelo serviço de coleta de lixo, buscam alternativas que acabam poluindo o meio ambiente, o que tende a agravar ainda mais os problemas ambientais. Quando por exemplo, em momentos de inundações, em que os bueiros ficam entupidos, prejudicando o sistema de drenagem da água.

O acesso à energia elétrica se dá em 70,7% das casas pela concessionária de energia elétrica do município e seus moradores pagam as suas contas. Já 28,9% dos entrevistados têm acesso à energia, mas sem medidor de consumo, configurando-se enquanto os “gatos”.

Diante da precariedade dos domicílios situados no local de pesquisa, nos indagamos ainda sobre outras questões, como o nível de escolaridade dos sujeitos. Constatamos que 62,1% dos residentes maiores de 18 anos que compõem essas famílias não cursaram nem o ensino fundamental completo, como é possível visualizar na tabela abaixo:

Tabela 4 – População de 18 anos ou mais segundo nível de escolaridade

Nível de Escolaridade	Frequência	Porcentual
Sem instrução	35	6,8%
Ensino Fundamental Incompleto	246	47,9%
Ensino Fundamental Completo	38	7,4%
Ensino Médio Incompleto	43	8,4%
Ensino Médio Completo	110	21,4%
Ensino Superior Incompleto	9	1,8%
Ensino Superior Completo	1	0,2%
Pós-Graduação	1	0,2%
Ausente	31	6,0%
Total	514	100,0%

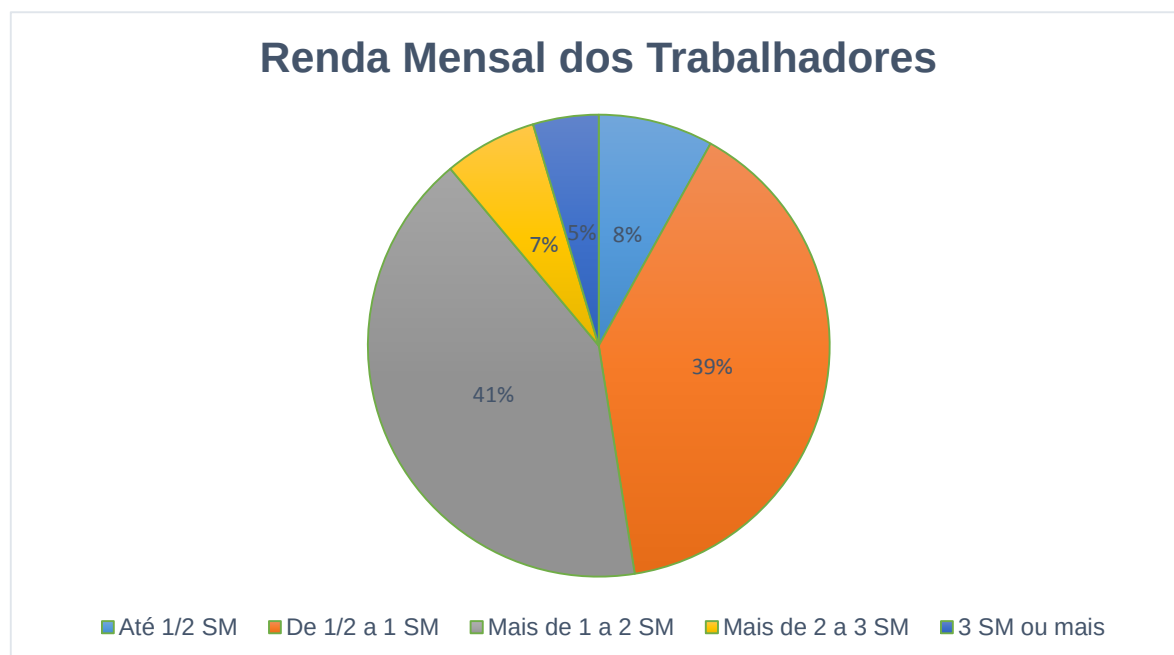
Fonte: NESA (2016).

Essa informação relativa ao sistema educacional é relevante, pois nos permite sinalizar que o não acesso à educação ou o seu acesso precário, faz com que os sujeitos, sem outras alternativas, se insiram em trabalhos precarizados, com baixos salários, o que vai influenciar no seu local de moradia, reforçando o quadro das desigualdades sociais, uma vez que o acesso à educação é uma das alternativas mais plausíveis à superação da subalternização do povo brasileiro (CASTELO, 2011).

Isso posto, analisamos que 514 pessoas que moram nesses domicílios têm idade igual ou superior a 18 anos de idade, desse total, 47,7% trabalham; 14,4% são desempregados (não estão inseridos no mercado, mas procuram emprego); 18,7% não trabalham e nem procuram emprego. Os aposentados representam 14% dos habitantes, além de 1,9% que são aposentados, mas continuam trabalhando e 5,3% não têm condições de exercer alguma atividade, por motivos não explicitados.

No que se refere ao salário dos 261 trabalhadores, considerando o salário mínimo de R\$: 788,00, averiguamos que 8% recebe até meio salário mínimo, enquanto 39,5% declarou receber de meio a um salário mínimo.

Gráfico 3 – Renda Mensal dos Trabalhadores de Ururaí



Fonte: NESA (2016).

O gráfico sobre a renda da população residente em Ururaí, que está para ser reassentada, nos mostra nitidamente, que os grupos e classes sociais subalternos estão sempre expostos a terem que se sacrificar, o que nesse cenário, significa ser expropriado do seu local de moradia e se deslocar para áreas mais longínquas, para favorecer os interesses do capital, conforme apontam as pesquisas realizadas por Rolnik (2015) e Maricato (2003 e 2011).

Objetivamos ainda descobrir quais são os vínculos de trabalho dos moradores de Ururaí, se contribuem ou não com a previdência social. Identificamos que 160 trabalham com carteira assinada; 11 trabalham em regime de contrato; 21 são autônomos (evidenciando a importância do pequeno comércio para os moradores locais); 15 não possuem vínculo de trabalho, mas contribuem com a previdência social; 36 trabalham, mas não possuem vínculo de trabalho e não contribuem com a previdência social.

Os dados apresentados nos ajudam na compreensão do como o passado se faz presente na atual conjuntura da localidade, uma vez que são evidentes os vínculos trabalhistas e à relação de subalternização do trabalho, o que vai inferir diretamente em como se dá o processo de produção e reprodução social dessa população, incluindo no que se refere ao acesso à moradia. Isso posto compreendemos que esses sujeitos residem nos locais de “risco”, dado ao histórico

de desigualdades sociais a que são suscetíveis em função da centralidade da usina na localidade.

Iniciamos este capítulo com uma citação do Bertoldt Brecht (2018) que diz “*do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem*”. De igual forma, podemos nos atentar para os processos de reassentamentos a que foram submetidos a população de Ururaí. Uma vez que estes são justificados a partir do “risco” das inundações e da violência com que as águas do rio atingem essa população. Mas nada é dito em relação as desigualdades sociais que são apresentadas aos moradores da localidade, que sem outras alternativas precisam se submeter a morar nessas condições.

Diante da exposição dos dados, foi possível interpretar a enormidade de expressões da “Questão Social” que são apresentadas para as famílias que ainda residem no bairro, e, conseqüentemente, na vida daqueles que lá residiam antes dos processos de reassentamentos. Essas manifestações podem ser visualizadas no que se refere a precariedade e a desigualdade a que são expostos face a espacialização do bairro na cidade. E também em relação a infraestrutura urbana, quando não possuem acesso à água potável, ao esgoto, dentre outros serviços na parte da localidade de Ururaí que foi analisada.

Além disso, é notável a desigualdade social pelo fato de que parcela significativa da população pesquisada não tem acesso à casa por meio de seus próprios recursos, uma vez que residem em casas doadas ou emprestadas, o que demonstra a desigualdade do acesso à terra no município, que é fruto da grande concentração de terras advindas do período da escravidão e dos anos gloriosos da cana-de-açúcar. Nos mostrando que o passado ainda se faz presente no município de Campos, onde é possível visualizar nitidamente traços do arcaísmo.

As famílias de Ururaí precisaram ser atingidas pelas inundações com recorrência, tendo as expressões da “Questão Social” não mais só visualizadas, mas também transbordadas e inundadas em suas vidas, para que pudessem ser “percebidas” pelo poder local. Portanto, foi necessário que as famílias perdessem tudo (bens materiais e imateriais), sendo literalmente afogados por suas subjetividades, para que o poder público pudesse tomar alguma medida no que se refere à habitação de interesse popular em Campos.

Ao intervir na questão habitacional o município criou o programa “*Morar Feliz*”, retirando as famílias da área de “risco”. Nos questionamos sobre a retórica utilizada,

uma vez que a localidade só apresenta “risco” para as classes subalternas, dado que permitiu a construção de um condomínio no mesmo território. Apresentando traços evidentes que a execução do programa em Campos, assim como outros programas e políticas realizados no Brasil tem caráter expropriatório, quando retirou as famílias do bairro, levando-as para bairros mais longínquos, ao invés de promover a urbanização dessas áreas, para que não oferecesse mais riscos de inundações.

Há de se pensar em outras possibilidades menos expropriativas e bárbaras para os sujeitos reassentados, como a de promover reassentamentos dentro do próprio bairro, em áreas que não fossem sujeitas às inundações. Uma outra alternativa é que os reassentamentos se dessem em bairros vizinhos, além de respeitarem também a relação e os laços entre vizinhança ao realizarem a alocação das casas. O que não ocorreu pela localização de Ururaí, que se encontra atualmente numa área de grande crescimento e valorização do município.

Nessa perspectiva, constatamos que as famílias em primeiro momento já são expropriadas pela lógica do capital por trabalharem de forma precarizada, sem vínculos e condições que permitam o acesso à moradia. Vivencia-se um segundo contexto de expropriação em decorrência das condições de trabalho: vão residir em terrenos e casas que não são formalmente próprios e que estão localizados em áreas sujeitas às inundações, evidenciando aspectos da conformação do município em função do regionalismo e da lógica do favor, oriundos da época da escravidão e do setor sucroalcooleiro.

Por residirem nessas condições, são novamente expropriados do seu direito à moradia (agora pela terceira vez), quando são reassentados. E em decorrência dos reassentamentos passaram a conviver com uma sequência de expropriações de direitos, nos apresentando mais uma das evidências destrutivas do capital imperialismo, em cenário de tardo-capitalismo. Assim, em síntese, destacamos que as expropriações se dão atualmente de forma generalizada e expandida, representando a forma de ser da reprodução das relações sociais e da acumulação do capital no imperialismo.

Diante do exposto, entendemos a necessidade de centramos atenção ao debate sobre a categoria expropriação, a partir da teoria crítica, para compreendermos a lógica em que tem se dado a execução das políticas

habitaçãois brasileiras. Além de buscarmos entender a relação entre as expropriações e o processo de acumulação do capital, pela via da espoliação.

3 EXPROPRIAÇÃO E BARBÁRIE: A FACE PERSISTENTE DO CAPITAL

*“Sempre que o nosso casaco se rasga
você vem correndo dizer: assim não pode ser;
isso vai acabar, custe o que custar!
Cheios de fé vão aos senhores
enquanto nós, cheios de frio, aguardamos.
E ao voltar, sempre triunfantes,
nos mostram o que por nós conquistam:
Um pequeno remendo.
Ótimo, eis o remendo.
Mas onde está
o nosso casaco?
Sempre que nós gritamos de fome
Vocês vêm correndo dizer: Isso não
vai continuar,
é preciso ajudá-los, custe o que custar!
E cheios de ardor vão aos senhores
Enquanto nós, com ardor no
estômago, esperamos.
E ao voltar, sempre triunfantes,
exibem a grande conquista:
um pedacinho de pão.
Que bom, este é o pedaço de pão,
mas onde está
o pão?
Não precisamos só do remendo,
precisamos do casaco inteiro.
Não precisamos de pedaços de pão,
precisamos de pão verdadeiro.
Não precisamos só do emprego,
toda a fábrica precisamos.
E mais o carvão.
E mais as minas.
O povo no poder.
É disso que precisamos.
Que tem vocês
a nos dar?”*

Bertold Brecht – Canção do Remendo e do Casaco

Historicamente as expropriações puderam ser pensadas com a finalidade de proporcionar o processo de acumulação primitiva do capital. Mas passados aproximadamente seis séculos das expropriações primárias, ocorridas no século XV, é possível inferir que elas continuam presentes ainda no cenário atual, não mais como condição prévia à acumulação do capital, mas como aspecto permanente e intrínseco ao modo de produção capitalista, em seu estágio imperialista, sobretudo, nos países que vivenciam o tardo-capitalismo.

Face as considerações apresentas sobre as políticas urbanas e os programas habitacionais desenvolvidos no Brasil, é lícito problematizar a sua lógica expropriatória ao remover famílias de áreas que interessam ao capital imobiliário. De igual modo, apresenta traços de uma política espoliativa, uma vez que reassenta as famílias expropriadas para territórios cada vez mais longínquos e que no momento em questão ainda não interessam ao mercado imobiliário.

Isso posto, é possível apreender que a expropriação não ficou no passado, mas trata-se de um traço permanente das relações sociais no âmbito do capital. Sobretudo, na agenda do século XXI, onde tem-se o empresariamento da cidade guiando toda a lógica pela qual a política habitacional tem se materializado.

Nesse sentido, é indiscutível a importância da intervenção estatal na promoção dos reassentamentos urbanos. Autores¹¹⁰ apontam que em alguns casos, como forma de obter legitimidade nesses processos de expropriação o Estado utiliza do discurso do “risco”, para justificar as políticas e programas por ele desenvolvidos. Para tanto, fetichiza-se os reassentamentos, utilizando da manufatura do consenso do “risco”, para assim, camuflar a sua face expropriativa.

É significativo ainda salientar que o discurso do “risco” tem sido utilizado junto aos componentes do meio ambiente (como as inundações, desmoronamento, dentre outros). Assim, aproveita-se da tragédia alheia, para dar ao Estado o poder de remoção e de higienização de áreas da cidade que interessam ao mercado imobiliário, a fim de promover a reestruturação urbana (VALENCIO, 2009 e GONÇALVES, 2018).

Se nos atentarmos para a execução do programa “*Morar Feliz*”, mais especificamente nos reassentamentos das famílias de Ururaí, constatamos que a retórica do “risco” das inundações foi fortemente utilizada. Uma vez que a localidade, conforme já mencionado encontra-se em área próxima ao rio, tendo sido atingida pelas inundações com certa recorrência.

Mas ao mesmo tempo em que famílias foram removidas de Ururaí a partir do discurso do “risco” das inundações, identificamos a construção de um condomínio vertical, chamado “Barra de Ururaí”, destinado à classe média. Isto posto, torna-se evidente a lógica expropriatória do programa “*Morar Feliz*”. Uma vez que para além de objetivar sanar o déficit habitacional do município ou de promover moradia em

¹¹⁰ Para aprofundamento no tema, consultar Valencio (2009), Malagodi; Siqueira (2012) e Gonçalves (2018).

condição digna para aquelas famílias que moravam à beira de rios, ferrovias ou rodovias, o seu compromisso elementar foi o de remover famílias do novo arco de valorização fundiária¹¹¹ do município, a fim de mercantilizar o solo urbano. Além de favorecer o crescimento do setor de construção civil.

Ao ter clareza dos processos de expropriação ocasionados pelo “*Morar Feliz*”, percebemos a importância de não nos deter apenas ao estudo sobre os reassentamentos e sobre a materialização do programa em si. Mas consideramos de suma relevância compreendermos os interesses macro que estão por trás dos reassentamentos promovidos pela prefeitura de Campos: as expropriações, que hoje tornam-se cada vez mais potencializadas.

3.1 A Potenciação da Expropriação na Atualidade

Embora não seja comum ao falar da desapropriação territorial, resgatar a categoria de expropriação em pleno século XXI, esse é um debate crucial, quando identificamos que estamos diante de uma potenciação da expropriação, que não só retira a base territorial dos expropriados, mas potencializa uma série de outras expropriações de direitos, conforme os outros capítulos atestaram.

Partindo dessa compreensão, torna-se imprescindível no presente tempo, revisitarmos a análise de Marx (2013) sobre as expropriações, de forma que nos permita entender as expropriações primárias, para que o estudo nos forneça elementos de análise e mediações que nos permitam repensar as expropriações ocorridas hoje, quando são cada vez mais potencializadas, de modo que tornaram-se invisibilizadas e naturalizadas. Isto é, representa um dos traços da barbárie posta pelo capital-imperialismo, principalmente em cenário de tardo-capitalismo.

Ao ampliarmos os horizontes da nossa reflexão, constatamos que os reassentamentos urbanos promovidos hoje na periferia (em áreas que interessam ao capital) se constituem enquanto uma das formas contemporâneas da expropriação.

¹¹¹ Nesse quadro, é importante destacar mais uma vez que a localidade de Ururá está concentrada numa área que tem sido valorizada no município, devido à construção do Shopping Boulevard Campos, em local próximo. Além dos condomínios de luxo que têm sido construídos em torno do shopping, como o condomínio Athenas e o Parthenon Park Residence. O que nos faz ter plena clareza da lógica expropriativa do programa “*Morar Feliz*”.

Desse modo, estamos convencidos que a expropriação é uma categoria de fôlego para compreensão dos processos de reassentamentos promovidos pelo Estado brasileiro desde o século XIX, ao realizar as primeiras obras urbanas, até o presente tempo.

Nesse sentido, concordamos com Fontes (2018, p. 17), quando afirma que as expropriações se constituem enquanto “a transformação de meios de vida em capital” (2018, p. 17). Isso sinalizado, estamos certos de que os reassentamentos urbanos, promovidos por meio da política habitacional brasileira e pelo programa “*Morar Feliz*” são processos invisíveis da expropriação potencializada. Pois os reassentamentos ocorrem mascarados como a oportunidade do acesso a casa própria gratuitamente, desvelando os reais interesses do capital, que é o de valorização desses espaços que outrora residiam os sujeitos reassentados. Desse modo, testificamos que o direito à moradia e ao solo urbano assumem elementarmente a forma de capital.

Além das expropriações terem se tornado potencializadas no século XXI, é necessário apontar o nível de universalização que o capital tem nos processos de desapropriação, dado que elas não ocorrem apenas no município de Campos ou no Brasil, mas acontecem em outros pontos do globo, em virtude de se constituir enquanto a própria forma de ser do capital, que hoje busca a acumulação por espoliação. Isto é, identificamos, em concordância com Harvey (2014) que a acumulação ocorre hoje em função da expropriação da terra e dos direitos e não apenas mais por meio da expropriação do sobretrabalho.

Um dos autores que nos faz ter clareza da nossa hipótese, é Michel Levien (2014), que faz um estudo sobre os “regimes de desapropriação” na Índia. E nos traz importantes pistas investigativas, ao considerar as duas vias de análise que têm sido utilizadas atualmente pelos estudiosos das expropriações. A saber a via internalista e externalista. Enquanto a segunda se dedica ao estudo das expropriações no imperialismo, a primeira se detem às expropriações primitivas, responsáveis pela acumulação primitiva do capital. Para aclarar o processo de reflexão das expropriações contemporâneas, consideramos importante descartar, em primeiro lugar, as expropriações primitivas e o seu objetivo no processo de acumulação do capital.

3.1.1 As expropriações e a acumulação primitiva do capital

A primeira perspectiva denominada como internalista é muitíssimo utilizada pelos estudiosos marxistas, que abordam a expropriação relacionada à acumulação primitiva, analisada por Marx no capítulo XXIV de “O Capital”.

Em “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”¹¹² Marx dissertava sobre os cercamentos ingleses ocorridos durante os séculos XV e XVI¹¹³, quando os camponeses foram desapropriados de suas terras e tornaram-se vendedores da sua força de trabalho. O autor supracitado menciona que os camponeses¹¹⁴ foram despojados dos seus meios de subsistência, por meio de uma “série de pilhagens, horrores e opressão que acompanha a expropriação violenta de um povo” (MARX, 2013, p. 975).

Após a saída dos camponeses dessas terras, promoveu-se os cercamentos dessas áreas que foram destinadas à criação de ovelhas, que posteriormente iriam servir para a extração de lã, quando nesse período surgia a manufatura flamenga de lã.

Esse processo é denominado como sendo o de acumulação primitiva, porque foi responsável pela pré-história do capital e do seu modo de produção, pois permitiu a criação de condições favoráveis para a transição da sociedade feudal à sociedade capitalista.

¹¹² Mészáros (1989) examina a produção destrutiva no estado capitalista, cinco séculos após a lei tendencial da acumulação capitalista e destaca que Marx já apontava para a face destrutiva da lógica capitalista. Na época da análise de Marx, os traços destrutivos do capitalismo não se apresentavam de forma tão bárbara como na década de 1980 analisada por Mészáros (1989). Se formos analisar o período atual, é possível testificar que os traços destrutivos do capitalismo são muito mais severos do que na década de 1980, por exemplo. O que nos faz ter a certeza da importância e da atemporalidade dos estudos marxianos.

¹¹³ Marx (2013, p. 977) apresentou em dados que “de 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados; todos os seus campos transformados em pastagens”.

¹¹⁴ É importante considerar que os camponeses ingleses desde o século XIV, eram livres da servidão e que no século XV, na efervescência das expropriações, a sociedade feudal praticamente já tinha desaparecido na Inglaterra, quando os antigos servos se encontravam totalmente livres, autônomos economicamente e já não tinham o rótulo da sociedade feudal enquanto propriedade dos senhores feudais (MARX, 2013).

Os camponeses ao serem separados das propriedades que eram o seu meio de trabalho e conseqüentemente de subsistência, tiveram que ir para as cidades, venderem a única mercadoria que possuíam, a sua força de trabalho, para, desse modo, terem como sobreviver. Sendo a força de trabalho a única mercadoria que possui valor, torna-se nítido, que ao serem obrigados a vender a sua força de trabalho e a produzir outras mercadorias, tem-se assim a condição necessária para o surgimento do modo de produção capitalista, que é guiado pela existência do valor. Por meio da qual busca-se incessantemente promover processos que contribuam para que a produção do mais valor se expanda.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista se dá a medida que esses trabalhadores livres não têm mais como satisfazer apenas por meios próprios as suas necessidades. Dessa forma, além de produtores de mercadorias, tornam-se também, mas não em igual medida, consumidores das mercadorias por eles criadas.

Isso entendido, concordamos com Virgínia Fontes (2001, p. 6) ao descrever que o objetivo principal da expropriação primitiva foi o de formar uma massa de trabalhadores disponíveis ao mercado de trabalho:

a expropriação é a produção de trabalhadores livres e, nesse sentido, a liberdade corresponde à mais plena disponibilidade da força de trabalho para o capital. A liberdade da força de trabalho é real, dúplice e contraditória. Ela consiste em enorme negatividade, expressando a impossibilidade de crescentes massas populares de prover a própria subsistência (singular ou familiar) fora de relações de subordinação “voluntária” ao capital (ao mercado).

E é devido a esse quadro no qual grande número de trabalhadores foram expulsos do campo e se encontravam disponíveis para vender a sua força de trabalho, que entre os anos de 1765 a 1780, o salário dos trabalhadores ficou abaixo do mínimo necessário à reprodução social (MARX, 2013). Essa conjuntura se desenhou, uma vez que a oferta no número de trabalhadores disponíveis ao capital aumentou. Se tem disponibilidade de mão de obra, tem-se a possibilidade de diminuir o valor do salário¹¹⁵.

Com base nisso, é evidente que as expropriações ocorridas no século XV e XVI, tidas como pré-condicionantes ao modo de produção capitalista, foram responsáveis por criar condições favoráveis ao processo de acumulação do capital, por meio da extração de mais-valia, além de ser responsável por “transformar o solo

¹¹⁵ Para mais informações, consultar o livro “Salário, Preço e Lucro” de Marx.

em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc” (MARX, 2013, p. 970).

Desse modo, é possível constatar que ao mesmo tempo em que, por meio do processo violento, a velha nobreza feudal que havia sido aniquilada pelas grandes guerras feudais tentava se recompor, por meio da manufatura da lã, o processo de acumulação primitiva, marcou um período de empobrecimento das massas populares, que longe das suas terras, tiveram que vender a sua força de trabalho. Marx (2013, p. 983) sintetiza afirmando:

A população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites de ferros em brasa, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.

E é por isso que Marx (2013) testifica que a expropriação primária ao mesmo tempo em que fez emergir a riqueza dos expropriadores, fez aumentar a pobreza dos expropriados, que nada mais tinham a vender, a não ser a sua força de trabalho, a baixos salários, dado a condição favorável a expansão da mais-valia.

Sendo as expropriações elemento pré-condicionante ao modo de produção capitalista, estamos em total acordo com Marx (2013, p. 1019) quando demonstrou que “a expropriação da massa do povo de sua base fundiária constitui a base do modo de produção capitalista”, marcando uma “prévia acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (Ibidem, p. 959).

desse modo uma troca do trabalho feudal pelo trabalho mercantil assalariado, que gera um caráter de equivalência, segundo Guilherme Gonçalves (2018). A equivalência se dá por meio do salário pago aos trabalhadores, para que eles produzissem não mais em situação de escravidão ou de servidão, mas passaram a receber para isso. Isto é, a expropriação primária do trabalho, deu-se de forma encoberta por meio do salário que envolve o mistério da mercadoria¹¹⁶.

¹¹⁶ Desse modo, temos o que Marx (2005) denomina como a alienação, uma vez que há o estranhamento por parte do trabalhador dos produtos que ele produziu. Uma vez que o salário encobre as características do trabalho empregado e das relações sociais necessárias à produção das mercadorias.

O fetiche da mercadoria, para além de ser responsável pelo mistério das mercadorias, contribui para aprofundar a desigualdade estrutural entre capitalistas e trabalhadores, já que o fruto do trabalho não é dividido coletivamente. Desse modo, por meio do salário as relações contraditórias entre as classes sociais foram encobertas, bem como contribuiu para a naturalização das manifestações perversas do capital.

É notadamente visto e é elementar sinalizar que os processos de expropriação primitiva foram assentados no uso da força e da violência. Marx (2013, p. 962) descreve que

esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

As expropriações marcam, como pode-se ver a partir da citação de Marx (2013), um período sangrento e violento, formando bases para o nascimento da sociedade capitalista que nasce fundada nesse horror e terror para as classes subalternas, por meio da qual

senhorios, a coro e, eventualmente também o parlamento recorreram a força bruta para cercar terras comuns, retirar as casas e seus donos do latifúndio, privatizar propriedade estatal e eclesiástica e criar um proletariado destituído, que agora estava “livre” para vender sua mão de obra – e que se via obrigado a fazê-lo, pois havia sido “liberto” de qualquer propriedade (LEVIEN, 2014, p. 25).

Ocorre que para além do uso da violência física e da expulsão das terras a expropriação primitiva também foi marcada

pela violência econômica baseada na obrigação de venda da força de trabalho como meio de subsistência e naturalização do processo capitalista de produção [...] trata-se da violência do fetichismo da mercadoria. A aparente igualdade de trocas é naturalizada, bloqueando a percepção da desigualdade material. No esquema de equivalência, há, assim uma contradição entre identidade (abstrata de classes) e não identidade (concreta entre as classes) (GONÇALVES, 2018, p. 102).

Identificamos que há uma violência política desvelada, uma vez que há a intervenção estatal para garantir esses processos expropriatórios, que marcam por um lado a existência de um novo modo de produção, baseado na troca de

mercadorias por equivalentes. E por outro lado, promovem a apropriação dos espaços que ainda nesse tempo não eram mercantilizados pelo capital. A violência consiste justamente nesse aspecto, quando o Estado retira o direito da terra dos que dela necessitam para entregá-la a outros. Aparentemente as expropriações primárias retiraram os laços da servidão formal a que eram submetidos os camponeses em período de sistema feudal, mas aprisionou-os por meio do trabalho assalariado no modelo capitalista. Dessa forma, muda-se a formalidade pela qual a escravidão se dá, uma vez que nessa transição, a escravidão passou a ser travestida por meio do salário.

Ainda hoje, muitos sujeitos pertencentes às classes subalternizadas pelo capital continuam a ser violentamente expulsos de suas terras, para favorecimento do capital, mais especificamente do capital imobiliário, como foi possível notar a partir da discussão apresentada sobre a materialização da política habitacional brasileira. Desse modo, concordamos com Virgínia Fontes quando a autora afirma que as expropriações de tipo internalista, continuam acontecendo hoje, uma vez que

a suposição de que a “acumulação primitiva” tenha sido algo de “prévio”, “anterior” ao pleno capitalismo leva ainda à suposição de que, no seu amadurecimento, desapareceriam as expropriações “bárbaras” de sua origem (FONTES, 2012, p. 45).

Seis séculos se passaram, desde que ocorreram as expropriações primitivas na Inglaterra. Mas ainda hoje as expropriações bárbaras analisadas por Marx (2013) continuam ocorrendo. Atualmente as expropriações do sobretrabalho¹¹⁷ ocorrem somadas a outros tipos de expropriações, denominadas por Fontes (2001) como sendo expropriações contemporâneas. Nessa perspectiva, entendemos que

a expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrário) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo (FONTES, 2012, p. 44).

¹¹⁷ Para melhor entendimento sobre a relação entre expropriação e sobretrabalho, indicamos a leitura do artigo de Carla Ferreira, no livro “Expropriação e Direitos no Capitalismo”. Não nos deteremos com maior intensidade no estudo do sobretrabalho, por não ser o objeto do nosso estudo. FERREIRA, CARLA. Sobretrabalho em Marx, expropriação e superexploração no capitalismo dependente. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

Isso posto, entendemos que as expropriações não se tratam de um problema superado, dado que ainda no século XXI elas continuam acontecendo e de forma cada vez mais acentuada. Hoje não mais como forma de acumulação primária do capital, mas trata-se de uma expropriação permanente e expandida, que ocorre somada a outros tipos de expropriação, denominadas como secundárias, que pode ser representada pela expropriação da terra e dos direitos. Isto é, as expropriações acompanham o processo de expansão do sistema capitalista ao longo de sua história, sendo constitutivo das relações sociais capitalistas, em tempos de imperialismo, sobretudo, em contextos como o Brasil, de tardo-capitalismo.

O estudo sobre a expropriação primitiva nos apresenta importantes elementos e pistas que nos permitem mediação com as expropriações que ocorrem hoje no Brasil, mais especificamente no município de Campos, na localidade de Ururá. Ao desvelarmos a complexidade que envolve a categoria da expropriação percebemos a importância das reflexões de Fontes (2011, 2012 e 2018) e Harvey (2014) ao buscar interpretar a acumulação primitiva, para posteriormente analisarmos as expropriações atuais, ocorridas em tempo de tardo-capitalismo, onde a naturalização da barbarização das relações sociais se generaliza. Assim sendo, torna-se relevante destacar alguns elementos das chamadas expropriações externalistas.

3.1.2 As expropriações no imperialismo capitalista

A segunda perspectiva denominada por Levien (2014) como sendo a externalista analisa as expropriações no Imperialismo. Antes de adentrarmos ao debate sobre as expropriações de tipo imperialista, entendemos a necessidade de explicitar a compreensão acerca do imperialismo.

O imperialismo é representado como uma etapa suprema do capitalismo, na qual tem-se não apenas a supremacia no campo econômico e político, mas também em outras esferas do processo de reprodução do capital, como por exemplo, no que tange a cultura. Temos nesse sentido, uma supremacia do monopólio do império norte-americano sobre os demais países que compõem o globo. Concordando com Harvey (2014) é indiscutível a necessidade de apontarmos que o poder norte-americano está em crise, evidenciando de forma mais veemente as suas

ambiguidades, mas ainda assim o seu poder prevalece sobre o mundo. De forma que a nossa sociabilidade e até mesmo a forma em que consumimos os bens e serviços são ditados pelo imperialismo norte-americano.

Isso posto, é importante destacarmos que o imperialismo capitalista pode ser compreendido enquanto

uma fusão contraditória entre 'a política do Estado e do império' (o imperialismo como projeto distintivamente político da parte de atores cujo poder se baseia no domínio de um território e numa capacidade de mobilizar os recursos naturais e humanos desse território para fins políticos, econômicos e militares) e os 'processos moleculares de acumulação do capital no espaço e no tempo' (o imperialismo como um processo político-econômico difuso no espaço e no tempo no qual o domínio e o uso do capital assumem primazia (HARVEY, 2014, p. 31).

Desse modo, é possível identificarmos que o imperialismo capitalista está também relacionado ao domínio de territórios. De forma que os grandes impérios e os países mais desenvolvidos buscam explorar em outros países as suas condições geográficas favoráveis ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Assim, fica explícito que as expropriações fazem parte da própria forma de ser do capital imperialismo, uma vez que esses países desenvolvidos entram em outros territórios a fim de expropriar as suas riquezas por meio da extração de recursos e bens naturais, como o petróleo, por exemplo.

A base da acumulação em tempos de capital imperialismo, se dá justamente na manutenção da exploração de novos territórios, diante do uso do poder que os Estados imperialistas possuem. Isso posto, entendemos que as expropriações nesse estágio do capital, buscam incessantemente promover cada vez mais processos expropriatórios, de forma que hoje tornaram-se expandidas, a fim de aumentar a capacidade de acumulação desses grandes impérios capitalistas.

É indiscutível que as práticas imperialistas

referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamo de as "assimetrias" inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. Estas últimas se expressam em trocas não leais e desiguais, em forças monopolistas especialmente articuladas, em práticas extorsivas vinculadas com fluxos de capital restritos e na extração de rendas monopolistas. A condição de igualdade costumeiramente presumida em mercados em funcionamento perfeito é violada, e as desigualdades não advêm apenas dos padrões desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência das relações assimétricas da troca (HARVEY, 2014, p. 35).

Em síntese, em concordância com Mészáros (2012) identificamos o imperialismo como sendo em sua atual fase histórica um imperialismo hegemônico global¹¹⁸, no qual o controle encontra-se nas mãos dos Estados Unidos da América.

Desse modo, em busca de cada vez maior expansão do capital, nos encontramos num sistema em que a competição entre os países e as grandes empresas multinacionais leva à expansão e ao progresso, criando condições favoráveis para a criação dos grandes monopólios ou impérios, mas que ao mesmo tempo “envolve crescente extração de valor de trabalhadores sob duríssimas condições, expropria a humanidade, expande a transformação de meios de vida em capital e explicita o caráter específico da propriedade capitalista (FONTES, 2018, p. 58).

Essas considerações sobre o imperialismo nos ajudam na compreensão das expropriações¹¹⁹, que nesta conjuntura tendem a estar relacionadas a necessidade dos países de conquistarem novos territórios para o mercado e para extração de matérias primas mais baratas e a busca por mão de obra de menor custo, como em países da África, por exemplo. Portanto, as expropriações constituem-se enquanto a forma elementar do capital no imperialismo, acentuando as suas evidências, sobretudo, nos países pobres, no cenário do tardo-capitalismo, a partir da década de 1970.

As expropriações atuais, assim como nos cercamentos, exigem o emprego da força e da violência por parte do Estado. Na atualidade a presença da expropriação está mais relacionada a incorporação dos países no mercado mundial de produção e a divisão internacional do trabalho, seguindo a lógica imperialista, da aquisição das assimetrias, representadas pelas desiguais relações entre os chamados países

¹¹⁸ É importante destacar que para o autor supramencionado, a história do imperialismo pode se dividida em 3 fases, a primeira denominada por ele como sendo o imperialismo colonial moderno construtor de impérios, que foram criados por países europeus em momento de expansão. O segundo é o imperialismo redistributivista, no qual as principais potências mundiais atuavam em favor das suas empresas e a terceira fase, que é a que vivemos atualmente que marca o imperialismo global hegemônico, “em que os Estados Unidos são a força dominante [...] com sua fingida igualdade democrática, que se tornou bem pronunciada com a eclosão da crise estrutural do capital – apesar de ter se consolidado pouco depois do final da Segunda Guerra Mundial – que trouxe o imperativo de construir um ‘governo global’ presidido pelo país globalmente dominante (MÉSZÁROS, 2012, p. 72).

¹¹⁹ Essa segunda teoria acerca da expropriação foi fortemente difundida por Rosa Luxemburgo e serviu de apoio para a construção da teoria da “acumulação por desapropriação”, desenvolvida por David Harvey e que foi a base teórica para o desenvolvimento da teoria do “regime de desapropriação”, trabalhado por Levien (2014), com a qual concordamos.

desenvolvidos e os chamados países em desenvolvimento. De forma que atualmente a expropriação é vista como “função de absorção num mercado capitalista global e sua divisão de trabalho” (LEVIEN, 2014, p. 31).

Isso posto, como foi possível evidenciar, a teoria da expropriação imperialista é fundamental para explicar as expropriações atuais, que objetivam, aumentar a capacidade de acumulação do capital, como as expropriações que acontecem no sentido de desenvolvimento dos países e regiões, tendo como exemplo, as expropriações para a construção de represas de água, para a extração de outras matérias primas ou ainda a expropriação para valorização dos espaços urbanos.

De acordo com Levien (2014), a tradição da expropriação externalista é fundada especialmente na teoria do subconsumo de Rosa Luxemburgo, que foi fortemente criticada, por ser interpretada como uma economia natural. Entretanto, para o autor, ela é uma teoria válida ainda nos dias atuais, dado que os países desenvolvidos buscam sempre meios de produção em países onde possam pagar menos por eles, ampliando o seu processo de extração de mais-valia.

Segundo Michel Levien (2014, p. 31) os teóricos da teoria da dependência, que consideram as expropriações como sendo de tipo externalista, centram as suas análises na “desapropriação como função de absorção num mercado capitalista global e sua divisão de trabalho”.

Levien (2014) é claramente defensor da perspectiva externalista e afirma que essa via de análise apresenta vantagens em relação à perspectiva internalista. A primeira vantagem diz respeito ao fato da perspectiva externalista ter identificado o saqueio interestatal, como o motivo pelo qual ocorrem as desapropriações. Desse modo, ajuda na compreensão de que as expropriações não ocorrem apenas como forma de acumulação prévia ao capital, mas sim, como processo contínuo para a ampliação do poder do capital imperialismo.

Para Levien (2014) a importância da análise das expropriações imperialistas também reside no fato da desvinculação do processo de acumulação primitiva da concepção de progresso econômico. Isso ocorre porque para a corrente dos marxistas da dependência, a relação dos países centrais com os países periféricos não representa progresso e desenvolvimento ao modo de produção capitalista.

Concordamos com o autor nesse sentido, principalmente quando levamos em consideração que esse progresso econômico pode até ocorrer para os países centrais. Mas em contrapartida, esse fenômeno é responsável por agudizar e

periferizar ainda mais a condição de vida, produção e reprodução social nos países periféricos, ou seja, a potencialização da expropriação, que tende a afetar especialmente as classes subalternizadas pelo capital que residem nesses países, que são sempre as mais sensíveis frente a esses fenômenos de expropriações.

Mas em contrapartida aos aspectos positivos, é importante ressaltar que Levien (2014) considera que esta perspectiva se limita ao estudo das expropriações entre países, mas não se dedica a análise do papel das expropriações no que tange ao capitalismo e sua relação com esse modo de produção de forma mais contundente. Para ele, as duas perspectivas, mesmo juntas, não são capazes de explicar a expropriação de terras no capital imperialismo. O que seria melhor explicado pela teoria da acumulação por desapropriação, de David Harvey¹²⁰, apresentada no livro “The New Imperialism”, que traz a ideia de que no novo imperialismo, ou, na lógica do neoliberalismo, ocorrem as desapropriações como forma de maior acumulação do capital.

Isso posto, consideramos de suma importância destacar que o imperialismo se constitui como a mais completa tradução da crise do tardo-capitalismo, que a partir da década de 1970, inaugura um novo estágio na reprodução mundializada do capital, por meio da qual o Estado burguês assume centralidade nesse processo. De modo que falar no tardo-capitalismo e em sua crise não anula o debate sobre como o imperialismo se conforma, uma vez que o modo de produção capitalista passa por crises que lhes são inerentes. E, buscando saídas para a superação dessa crise, por meio da intervenção estatal, ocorrem as expropriações, que passam a ser realizadas com cada vez maior frequência.

As desapropriações ocorrem no imperialismo a fim atuar com o capital sobreacumulado, para valorizar os terrenos e posteriormente especular com eles, dado que as expropriações tendem a ocorrer em territórios que estão em áreas de valorização e crescimento do metro quadrado. Assim,

como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinado ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir

¹²⁰ “O que Harvey fez foi, então tomar os aspectos interno e externo da acumulação primitiva descrita por Marx e argumentar que eles continuam presentes no capitalismo avançado, não pelo fato de gerarem as precondições do capitalismo, mas por serem, eles mesmos, as condições para sua expansão contínua”, salienta Levien (2014, p. 34).

neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por um tempo (HARVEY, 2014, p. 130).

Além da própria expropriação em si, ser benéfica para o capital ao valorizar e especular os terrenos, uma série de novas arenas são abertas para o capital no sentido de contribuir para a sua valorização, como o caso das empreiteiras de obras e da indústria de construção civil, que vão se apossar desses vazios urbanos para a construção de novos espaços destinados às classes médias.

Enquanto, em contrapartida, as classes subalternas que foram expropriadas do seu lugar de morar, vão ser reassentadas para áreas desvalorizadas da cidade, sem uma gama de serviços necessários à vida nas cidades. Através desses processos de reassentamento, os sujeitos têm potencializadas outros tipos de expropriações de direitos, que não só o da moradia.

Nessa lógica, passam a ter que arcar com o custo de outras contas, como de água, luz, telefone, energia, transporte, uma vez que esses serviços tornam-se privatizados nos novos espaços, como foi possível constatar nos reassentamentos promovidos pelo programa “*Morar Feliz*” em Campos. Essa série de expropriações a que são submetidas as famílias reassentadas nos faz concordar mais uma vez com Harvey (2014) quando denomina as expropriações enquanto uma despossessão bárbara, traço evidente do tardo-capitalismo.

Em sua formulação, Mota (2018, p. 183) descreve:

Podemos afirmar que, na atual fase de subsunção formal e real do trabalho ao capital, a potenciação da exploração do trabalho, através da sua precarização e das expropriações, pode ser compreendida como um processo que, além de restringir a reprodução dos trabalhadores e da sua família aos mínimos de sobrevivência, obriga-os a se endividarem para ter acesso à habitação, serviços de iluminação e abastecimento ou abrirem mão de bens essenciais para consumir produtos sem os quais, na sociedade de uma vida dedicada ao trabalho e à industrialização da vida doméstica, é impossível estabelecer laços de sociabilidade (TV, refrigerador, máquina de lavar, celular etc).

É inegável, nesse sentido, que as expropriações ao objetivarem transformar meios de vida em capital, não transformam apenas a terra em capital. Mas concorrem para que tudo o que seja necessário à habitação e a infraestrutura do espaço urbano passe a girar em torno do valor, como evidenciado.

Nesse sentido, é importante compreender que as classes subalternas estão dentro de um processo de barbarização onde a expropriação desencadeia outras

expropriações. Desse modo, ocorre uma expropriação primária do direito à moradia e do trabalho e contribui para que ocorra também a expropriação dos direitos sociais, conforme notadamente visto. Portanto, estamos diante de expropriações generalizadas e permanentes, já que

a condição para a extração do mais-valor e não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista (FONTES, 2012, p. 145).

As expropriações são a própria forma de ser do capitalismo, uma vez que, uma vez que o modo de produção capitalista e as expropriações caminham lado a lado, quando “o cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes de Estado” (HARVEY, 2014, p. 126).

Desse modo é possível constatar ainda que “a expropriação não só é pressuposto do capital, das condições para a reprodução capitalista, mas também exigência da reprodução do capital, das suas leis imanentes” (LUPATINI, 2018, p. 91). É por isso, que em síntese, queremos deixar claro que vivemos atualmente num processo de expropriação permanente, que é pressuposto e exigência do modo de produção capitalista no imperialismo.

Assim, é perceptível por meio do debate amplamente realizado, que as expropriações no capital-imperialismo são dadas por meio do desmantelamento de direitos sociais e trabalhistas, conforme nos sugere Fontes (2012) e Behring (2018).

Nessa mesma linha de análise, chamando a nossa atenção para as expropriações contemporâneas, a assistente social Ana Elizabete Mota (2018), destaca que

não se trataria (exclusivamente) de usurpar os meios de vida e de trabalho dos produtores diretos – a terra – à moda da acumulação primitiva, mas de ampliar a exploração do trabalhador, quer direta, quer indiretamente. No primeiro caso, pela precarização do trabalho com aumento da produtividade, empobrecimento e desgaste físico dos trabalhadores; em segundo lugar, por desmontar qualquer ilusão da *cidadania fordista* enquanto entendimento das necessidades sociais e de reprodução material, social e cultural do trabalhador e de suas famílias, revertendo a histórica participação do Estado, desde o capitalismo monopolista, na reprodução da força de trabalho, base do *Welfare State* e operando uma verdadeira *mercantilização da já mercantilizada* força de trabalho.

Mota (2018) nos apresenta algo que já tínhamos identificado ao refletirmos sobre o nosso contexto empírico, na localidade de Ururaí. Uma vez que para além da expropriação do trabalho e da terra, foi notadamente visto que há uma série de expropriações pelas quais esses sujeitos passam, e, que aqui já foram citadas no capítulo 2.

No caso da população de Ururaí em específico, pudemos constatar que ao serem reassentadas em conjuntos do “*Morar Feliz*” as famílias foram para bairros da periferia, que não tinham capacidade para receber um volumoso número de pessoas, sem que fosse preparado para tal acontecimento. Desse modo, os equipamentos públicos de saúde, assistência e educação que já eram inchados, dado as demandas recebidas tornaram-se ainda mais, devido o grande contingente habitacional recebido. Dessa forma a população não conseguiu acesso aos seus direitos nas imediações do próprio bairro. Com isso, precisam se deslocar para outros bairros ou para área central da cidade para serem minimamente atendidos em suas necessidades.

A expropriação da moradia contribuiu para que as famílias vivessem uma sucessão de expropriações, como foi possível aferir. No que se refere aos direitos, é elementar apontar que a tese de doutorado de Mendes (2015b) já havia notificado que famílias perderam o benefício do Bolsa Família, pelo fato das crianças não estarem frequentando a escola, que é uma das condicionalidades do programa.

Primeiro as pessoas perderam o direito de morar em suas residências de origem e posteriormente perderam o benefício social, porque em função dos inchaços dos equipamentos públicos de educação, não conseguiram vaga para realizar a matrícula escolar de seus filhos.

Face a isso, nós pudemos constatar que a população de Ururaí não foi expropriada apenas do seu local de morar, uma vez que a partir dos processos de reassentamentos são confinados a uma série de negação de direitos e de aviltamentos. Isto é, apresenta de forma evidente os traços da potenciação desses processos de expropriação, que ao tornarem-se expandidas, revelam os traços da barbárie posta pela atual agenda do capital.

Nessa perspectiva, é possível aferir que as expropriações atuais, assim como no passado contam com o apoio estatal, uma vez que ao expropriarem as famílias de áreas que interessam ao capital, reassentam-as para locais que têm menor

valorização, além de serem locais que permitam a manifestação de outras expropriações por meio da perda dos direitos, como no caso de Ururá.

Nessa perspectiva, é possível compreender que não estamos mais diante de uma expropriação primitiva, uma vez que estamos num contexto no qual as expropriações se generalizaram. E é por não nos limitarmos apenas a expropriação primária que Levien (2014, p. 33) difunde a teoria da acumulação por desapropriação, explicitando que ela é mais profícua para a análise das expropriações atuais ao libertar

a noção da acumulação primitiva dos interstícios dos modos de produção, tornando-o um conceito mais versátil capaz de explicitar formas bem distintas de desapropriações, que pouco têm em comum com a agricultura e que não inauguram necessariamente relações sociais capitalistas [...] a acumulação por desapropriação representa um avanço significativo em relação à acumulação primitiva, justamente em virtude de sua capacidade de compreender diversas desapropriações contemporâneas em suas formas específicas aos seus setores e localizações geográficas dispersas e cuja relevância para o capital – pelo menos em seu sentido aproximado – se encontra mais no bem expropriado do que no dono desapropriado.

Concordamos com Levien (2014) quando aponta os nexos da expropriação contemporânea como um conjunto de desapropriações, que vão desde a expropriação primária do sobretrabalho¹²¹, até a expropriação da moradia e dos direitos. Isso foi notadamente visto ao exemplificarmos a contradição do programa *“Morar Feliz”*.

¹²¹ A expropriação do sobretrabalho é iniciada quando determinado valor é pago ao trabalhador pela sua força de trabalho, mas extrai dele muito mais trabalho do que o salário pago, para obtenção da mais-valia, como já explicitado. Nessa mesma perspectiva Fontes (2012, p. 42) discorre que “a condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital. Refiro-me à simultânea produção da base social que nutre o capital”.

Para a autora supracitada, a expropriação do sobretrabalho é constitutiva do modo de produção capitalista, de modo que “a produção social de trabalhadores “livres” (expropriados) é sempre condição para e resultado da ampliação das condições sociais de cunho capitalista. Essa liberdade é real, pois os seres sociais estão defrontados de maneira direta à sua própria necessidade, e ilusória, pois vela as condições determinadas que subordinam os seres sociais, e, portanto, as condições sob as quais o trabalho precisa se exercer (FONTES, 2012, p. 43)”.

Ocorre que só a expropriação primária (do sobretrabalho) hoje já não é mais suficiente para alimentar a necessidade do capital. Assim, temos, conforme evidenciado ao longo deste estudo, outras expropriações, como a do acesso à moradia, que culmina outras formas de expropriação, e, desse modo, vivemos sob a condição de expropriação generalizada.

Para Harvey (2014), as expropriações no imperialismo cumprem o papel de absorver o capital superacumulado na economia global. Portanto, entendemos que as desapropriações permitem ao capital global a encontrar novos mercados, além de conseguir a extração de matérias primas com custo inferior. Dessa forma, torna a sua cultura como sendo hegemônica, inclusive no que se refere a forma de acesso as mercadorias.

Isso posto, queremos destacar que o aspecto interno, ou seja, a acumulação primitiva é fundamental para a percepção das expropriações contemporâneas. As expropriações contemporâneas, conforme notadamente visto, não são pré-condições ao capitalismo, mas são condições para a expansão do capital, e, para a superação dos seus limites de expansão, dado a superacumulação. E diante disso, o capital busca novos mercados para se satisfazer.

Cabe destacar, que é justamente por considerar que as expropriações não são mais primitivas ou originais, porque continuam ocorrendo até os dias atuais, que Harvey (2014) optou por definir as expropriações por meio do conceito de acumulação por espoliação¹²². Para ele, as expropriações no presente tempo se constituem enquanto uma reprodução expandida do capital, por meio da qual todos os países são atingidos em níveis diferenciados, muito embora esse quadro desumano atinja com mais perversidade as regiões e países mais vulneráveis e de desenvolvimento geográfico desigual.

No caso de Ururaí, foi possível averiguar que as expropriações ocorreram como forma de proporcionar uma acumulação por espoliação. Uma vez que as famílias foram reassentadas para casas do programa “*Morar Feliz*”, foram espoliados de suas casas e posteriormente de seus direitos ao não terem acesso a serviços e direitos sociais básicos, garantidos pelo Constituição Federal. Após esse processo

¹²² Harvey (2014, p. 127) buscou exemplificar de forma bem clara a teoria por ele desenvolvida, quando narra: “Uma residência em péssima condição é comprada por quase nada, recebe algumas melhorias cosméticas e é vendida a um preço exorbitante, com a ajuda de um financiamento hipotecário conseguido pelo vendedor, a uma família de baixa renda que pretende realizar o sonho da casa própria. Caso essa família tenha problemas para pagar as parcelas ou resolver os graves problemas de manutenção que quase certamente surgem, a casa é retomada pelo vendedor. Não se trata de algo propriamente ilegal (senhores compradores: cuidado!), mas o efeito é cair como ave de rapina sobre famílias de baixa renda e privá-las da pouca poupança que têm. Isso é a acumulação por espoliação! Há inúmeras atividades (legais ou ilegais) desse tipo que afetam o controle de ativos de uma classe em vez de outra”.

de espoliação, os terrenos ficaram parados por algum tempo e posteriormente um novo condomínio foi construído ali.

É necessário destacarmos que é nesse fenômeno justamente que consiste a acumulação por espoliação. Compreendemos que a acumulação por espoliação ocorre todas às vezes em que sujeitos são espoliados dos seus bens ou direitos, para que posteriormente, o processo de valorização ocorra (HARVEY, 2014).

O fenômeno da espoliação agora ocorre mascarado. Sob o fetiche do acesso à casa própria em condições que não apresentam a possibilidade imanente dos sujeitos reassentados serem atingidos pelas enchentes. E dessa forma, famílias são expropriadas. De modo distintivo, constatamos que o capital utiliza-se da tragédia alheia para se favorecer, quando são locais que estão nos arcos de valorização fundiária. Nessa medida,

não obstante, o predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se, como as aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece (FONTES, 2012, p. 44).

Fica explícito para nós que a população de Ururaí tem sido expropriada. E, inclusive, as expropriações têm ocorrido contando com a intervenção político¹²³ estatal, que utiliza da coerção para realizar tal procedimento. O poder público local demarcou e também demoliu as casas, logo assim que as famílias foram reassentadas para os conjuntos habitacionais¹²⁴. A realização de tal medida teve

¹²³ A participação estatal nos processos de remoções e expropriações nos faz retornar a Marx (2013, p. 971) quando salienta, em espaço temporal diferente, que as expropriações do século XVIII passaram a ocorrer por meio de leis e decretos, tendo sido considerado “o progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo”.

¹²⁴ Soma-se aqui, quando o Estado tira essas famílias de Ururaí e as reassenta no conjunto habitacional do “*Morar Feliz*”, com a ideia da “casa própria”, mais uma característica importante da desapropriação contemporânea, pois o Estado geralmente “compensa” os desapropriados em seus interesses materiais. Embora sempre seja numa medida de “compensação” do valor do imóvel perdido, no caso de Ururaí, isso não ocorreu. A aplicação de questionários realizadas pelo NESA e por nós analisadas, apresentou uma casa que tinha 6 quartos, fora os outros cômodos, o que fez com que a família não quisesse ser reassentada, pois alegavam que a configuração das casas dos conjuntos era muito pequena e não satisfazia as necessidades da família. Ressaltaram ainda que o imóvel de origem era muito maior e mais valorizado do que a casa que receberiam pelo programa “*Morar Feliz*”. Ainda que esse caso não seja amplo na localidade, é uma situação para ser pensada. E aqui, destacamos os apontamentos de Levien (2014), quando aborda a compensação ocorrida em função das expropriações e que na maioria das vezes não ocorre, colocando os sujeitos expropriados em situação ainda mais difícil, diante das ínfimas compensações, que

como objetivo evitar que as famílias retornassem para a casa de origem ou para que outras famílias ocupassem as habitações e terrenos que foram desapropriados.

E para que as famílias aceitassem ou parcialmente concordassem com o reassentamento, o Estado utilizou do aparato da ideologia e da manufatura do consenso¹²⁵, para legitimar as expropriações, expulsando as famílias de áreas que interessam ao capital. Feito isso, alcança-se o objetivo primário, que é a acumulação. Com o passar do tempo esses espaços são valorizados, e posteriormente vendidos a preços exorbitantes, para a construção e acesso das classes alta e média, o que já tem sido feito em Ururáí, conforme já mencionado.

Levien (2014) por sua vez, compreende que o consenso só é utilizado na hora do cercamento, o que nos dias atuais, tendo como objeto empírico de análise as expropriações realizadas por meio da remoção das famílias de Ururáí para os conjuntos habitacionais do Programa “*Morar Feliz*” representaria justamente esse momento de mudança e da aceitação da condição de expropriação, ainda que travestida pelo aparente direito à casa própria, em condições melhores, por não ser em áreas suscetíveis à inundação.

É necessário nos atentarmos para o fato de que o Estado busca justificar as expropriações como sendo algo positivo para os expropriados e de interesse coletivo por representar os interesses públicos ou nacionais que objetivam o desenvolvimento (LEVIEN, 2014). Em outros casos, como já destacado utiliza do drama e da tragédia alheia para justificar as expropriações que interessam ao mercado imobiliário. Como é o caso específico da localidade de Ururáí, cujos moradores foram expropriados a partir do discurso do “risco” das inundações somado a todo o histórico de sofrimento, dor e perdas deixados como marcas registradas das enchentes não só nas paredes de suas casas, mas também nas suas subjetividades. Busca-se sempre promover os reassentamentos, por meio do consenso e de outros métodos normativos, principalmente em democracia eleitorais.

dificultam o acesso a novos terrenos e casas. Isso quando ocorre essa compensação, que em geral é trocada pelo reassentamento e reabilitação, como em Ururáí, quando as famílias foram reassentadas para loteamentos baratos, padronizados e precarizados.

¹²⁵ É importante assinalar que Marx (2013) ao analisar os cercamentos, já havia identificado a presença da intervenção estatal manufaturando o consenso por parte dos camponeses expropriados. O autor assinala que em alguns momentos os camponeses reivindicavam uma indenização. Ocorre que naquele período, os camponeses não obtiveram muito sucesso com as reivindicações postas e foram empurrados para a indústria como proletariado.

Utiliza-se do uso da força do poder estatal, apenas quando os primeiros métodos destacados não surgem o efeito esperado (LEVIEN, 2014). Como foi possível constatar, o uso da violência física não foi utilizada nos reassentamentos em Ururaí.

David Harvey (2014) situa o debate da violência nos processos de espoliação e afirma que o Estado usa do seu monopólio da violência e das leis criadas por ele próprio para apoiar e promover esses processos tidos como de desenvolvimento para os expropriadores, uma vez que permite ao capital ampliar os seus limites de poder e de acesso à terra. Em consenso com os autores destacados, Gonçalves (2018, p. 121) destaca que

a ação de privatização do espaço (antigos cercamentos) é um ato característico do momento da mercantilização em uma expropriação capitalista. Tal ação viabiliza a abertura de um mercado até então inexistente, que será capaz de absorver os fluxos do capital. Isso, por sua vez, pode se dar por desapropriações legais, na quais ironicamente retira as pessoas de suas casas ou terras e reestrutura o território para a criação de valor. Ainda que legais, essas medidas têm a mesma forma do roubo, pois pressupõem uma prerrogativa unilateral do Estado que não depende da concordância do afetado.

E dessa forma, “tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular” (HARVEY, 2014, p. 123). É possível constatar que as expropriações ainda hoje, como o foram no período da acumulação primitiva, propõe expropriações contra a vontade da população residente, em processos marcados hoje não mais a sangue e fogo propriamente dito, pelo menos não em primeiro momento, mas continua com práticas que são descritas pelo autor como sendo canibais, predatórias e fraudulentas, uma vez que dificilmente os processos de resistência alcançam êxito.

Concordamos com Mészáros (2012) que esses processos violentos e militares fazem parte da própria forma de ser do capital-imperialismo. Assim, nas expropriações atuais, novas formas de violência são utilizadas para favorecer a sua materialização, como a violência subjetiva. E é por isso que os processos de remoções em Ururaí se deram acentados na fetichização do acesso à casa própria, possibilitando novas alternativas de moradia nas quais se têm a possibilidade de se “*Morar Feliz*”, como o próprio nome do programa sugere.

A violência hoje pode não ser tão vista de forma material, mas no campo do simbólico se dá, uma vez que apresentam para os sujeitos a serem reassentados que eles não moram em condições adequadas, devido à possibilidade das

inundações. O que nos faz entender toda uma série de estigmas e preconceitos que são criados sobre os sujeitos que residem na localidade de Ururaí. De modo que a possibilidade de sair das enchentes, ainda que em condições não favoráveis se apresentam como a única alternativa para essas famílias.

Assim, é possível testificar que nos processos de expropriação, consenso e coerção caminham lado a lado para alcançar o seu objetivo, conforme a discussão apontada por Harvey (2014, p. 126). Nessa perspectiva o autor afirma:

A mistura de coerção e consentimento no âmbito dessas atividades de barganha varia consideravelmente, sendo, contudo possível ver agora com mais clareza como a hegemonia é construída por meio de mecanismos financeiros de modo a beneficiar a hegemon e ao mesmo tempo a deixar os Estados subalternos na via supostamente régia do desenvolvimento capitalista.

Entretanto, partindo da compreensão do conceito de hegemonia a partir da perspectiva gramsciana, não concordamos com Harvey (2014) nesse quesito de que a coerção e o consentimento se constituem enquanto mecanismos de construção e manutenção da hegemonia. Porque para Gramsci, a hegemonia está relacionada a um espaço temporal maior numa relação entre projetos de classes antagônicas capitalistas versus trabalhadores. E consiste exatamente no fato da soberania ideológica que a classe dominante tem em relação à classe dominada (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010 e CARNOY, 1996). E é por isso que concordamos mais uma vez com a explicação dada por Levien (2014, p. 43) quando disserta que

o conceito de hegemonia não se alinha social nem temporalmente com a política da desapropriação: a hegemonia se refere a alinhamentos políticos relativamente duradouros entre classes ("blocos históricos"), enquanto a desapropriação, é em qualquer instância específica, um processo de curto prazo que ignora alinhamentos entre classes ou partidos.

Diante do exposto, é notório a complexidade que envolve a questão das expropriações, justamente porque ocorrem por meio de distintos processos e por motivações variadas. E é justamente por isso, que nos dedicamos na presente dissertação, a aclarar, ainda que de forma introdutória, o fenômeno das expropriações na localidade de Ururaí.

Dentro da complexidade do tema proposto, consideramos importante destacar mais um elemento sobre as expropriações, que consiste na relação das expropriações com processos políticos e com a participação estatal, conforme

apresentado por Harvey (2014) e por Levien (2014, p. 35), quando o último afirma que “a desapropriação requer um Estado que esteja disposto e capaz de usar seu monopólio de meios de violência para expropriar a terra de determinadas classes para o benefício de outras”.

É importante considerar que por mais que Levien (2014) se dedique a estudar a Índia, processo similar acontece em município localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro, quando a prefeitura, criou o programa habitacional “*Morar Feliz*”, para reassentar as famílias expropriadas. Esses traços persistentes e permanentes da expropriação se dão em similitude justamente por estarmos hoje situados no imperialismo, as expropriações ocorrem como forma de aumentar o poder do capital, que agora está centrado em forma de monopólios.

Nesse sentido, cabe destacar que desde as primeiras expropriações, representadas pelos cercamentos ingleses é possível aferir a lógica elementar das expropriações, que é a de promover processos de valorização do capital. Marx (2013) em sua análise situa que as terras eram retiradas dos camponeses e da igreja católica para serem doadas a rapazes favoritos do rei ou vendidas a preços muito abaixo do mercado para especuladores. Ou seja, em todos os casos citados, as expropriações ocorrem para favorecer um setor em específico da sociedade: as classes e camadas burguesas.

Assim sendo, é indiscutível que as expropriações narradas por Marx (2013), bem como as expropriações realizadas ao longo da história, possuem uma característica em comum: elas são centrais e fundamentais para o processo de reprodução da ordem do capital. E, de forma, distintiva, o Estado utiliza do seu poder para promover esses processos que favorecem ao capital.

Nessa perspectiva, concordamos mais uma vez com Levien (2014, p. 37) quando afirma sobre a centralidade da participação do Estado nos processos de expropriação e narra que “os Estados são sempre instrumentos da classe dominante e, por isso, estão sempre dispostos a desapropriar tudo que essa classe deseja”.

Isso posto, torna-se nítido que as expropriações objetivam favorecer a burguesia a ampliar o seu limite territorial, promovendo o reassentamento das classes subalternas para áreas não valorizadas dentro do espaço urbano. Destarte, contribuindo para que os espaços que foram expropriados se valorizem e se tornem atrativos ao capital imobiliário. Nessa lógica, temos por meio das expropriações,

processos que promovem cada vez mais a mercantilização do solo urbano, promovendo processos de valorização do capital.

3.2 A Barbárie Disjuntiva da Expropriação: a experiência nacional

Para Fontes (2012), o capital imperialismo inaugura o século XXI, atravessando momento de severa crise. E pela tendência que o capital tem mostrado ao longo da história, no presente século as expropriações têm se exacerbado e o agravamento das consequências dessa crise tem se tornado mais visíveis na vida de boa parte da população, que vem perdendo uma série de direitos outrora conquistados¹²⁶, conforme elencado ao longo deste estudo.

Nesse quadro, é nítido que as classes subalternas são as que mais são suscetíveis a expropriação, sendo condenadas à expropriação permanente. E, para além da expropriação primária do sobretrabalho, são sensíveis as formas contemporâneas¹²⁷, como a da habitação, para favorecer a acumulação do capital, pela via da espoliação¹²⁸.

Isso posto, sinalizamos que as expropriações que ocorrem hoje não são em função da lei geral da acumulação capitalista, ainda que carregue traços bastante similares. Mas visam favorecer o processo de acumulação, buscando “salvar” o capital das crises a ele inerentes, por meio da desapropriação da terra, que ocorre com a intervenção estatal que objetiva

¹²⁶ A esse respeito, consultar Behring (2018).

¹²⁷ Entendemos que as expropriações primitivas, por meio do roubo da terra dos camponeses propiciaram a acumulação do capital. Hoje para que ocorra a valorização do capital em tempos de capital-imperialismo, utilizam-se das expropriações como motor para esse processo. De modo que as expropriações contemporâneas representam “menos, portanto, do que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, as expropriações são geneticamente necessárias, *pero* adotando meios, formas e estratégias que se atualizam, tornando-as consoantes e necessárias à dinâmica capitalista do século XXI” (MOTA, 2018, p. 173).

¹²⁸ A acumulação ocorre e só pode ocorrer quando os sujeitos são expropriados de suas terras e quando esse processo já foi responsável por realizar mudanças significativas que afetam não só os expropriados, os expropriadores, mas toda a sociedade de forma geral. Quando a expropriação de fato cumpre o propósito pela qual foi realizada, ao serem construídas novas residências e quando elas são vendidas aos seus novos moradores, por exemplo. Aí cumpriu-se a acumulação pela via da expropriação.

ajudar os capitalistas a vencerem os obstáculos no caminho para a acumulação, como, por exemplo, mercados de terra rural dominados por pequenos fazendeiros camponeses. Mas, em tempos e lugares diferentes, vemos que os Estados têm sido dispostos e capazes de desapropriar terras para as classes (ou frações de classes) diferentes para propósitos econômicos diferentes (LEVIEN, 2014, p. 35).

O objetivo das desapropriações, ou, das expropriações, como preferimos denominar são sempre os mesmos, o de favorecer o capital, servindo como uma dose de remédio para salvá-lo em sua “crise aguda” da doença pela qual é acometido.

No imperialismo, os países que se encontram em estágio de tardo-capitalismo por serem mais atingidos pela crise do capital têm os traços das expropriações ainda mais evidentes, como é o caso do Brasil, que vive permanentemente esse processo de expropriação de áreas que interessam ao capital. Como foi possível averiguar no decorrer deste estudo, as primeiras obras realizadas no espaço urbano, no século XIX, já tinham um caráter de espoliação e de expropriação das classes subalternas das áreas centrais. Por meio de obras que buscavam o embelezamento das cidades, as classes subalternas foram expulsas para as periferias.

Dois séculos se passaram, mas os traços persistentes da expropriação ainda se fazem presentes na execução da política habitacional brasileira. Reassentamentos têm ocorrido em função da acumulação do capital, deixando por toda a parte, rastros de sujeitos expropriados. De norte à sul do país sujeitos tem vivido esse processo de forma intensa, como na cidade do Rio de Janeiro, quando inúmeras famílias foram desapropriadas em função das grandes obras realizadas para que a cidade pudesse sediar eventos da Copa do Mundo (2014) e dos Jogos Olímpicos em 2016, especialmente na Vila Autódromo (em Jacarepaguá) e na Região Portuária.

Sob a justificativa de que o Brasil atravessava momento de crise durante esses dois mega eventos, instaurou-se a retórica da necessidade desses reassentamentos, para que pudesse gerar retorno econômico para todo o país. Segundo a justificativa apresentada, a cidade seria beneficiada pelo turismo e tudo o que dele decorre, como maior movimentação para o setor de comércio, de restaurantes e de hotelaria. Desse modo, segundo reportagem de Watts e Douglas

ao Carta Capital, aproximadamente 61.500 famílias foram removidas durante o período de 2013 a 2015¹²⁹.

É importante mencionar que as remoções ocorridas nesse período durante o governo de Eduardo Paes (Partido do Movimento Democrático do Brasil – PMDB), superou as remoções promovidas por Carlos de Lacerda e por Pereira Passos, que foram precursores da política higienista brasileira. Esses dados são bastante alarmantes e acentuam o que estamos mostrando na presente dissertação desde o seu primeiro capítulo: a expropriação não é só um processo persistente no modo de produção capitalista, mas torna-se também cada vez mais acentuada e expandida, apresentando traços destrutivos cada vez maiores no atual estágio do capital imperialismo, sobretudo, em contexto de tardo-capitalismo.

Objetivando alavancar a economia da cidade do Rio, em período de crise e recessão, o saldo deixado foi o de expropriação e de espoliação das classes subalternas para áreas mais distantes do centro da cidade, uma vez que a especulação imobiliária aumentou e os moradores não tiveram mais como se manter em determinados bairros, especialmente na zona oeste da cidade.

Em momentos de crise, é notadamente visto que os processos de expropriação tendem a se alastrar, uma vez que o capital busca novos nichos de valorização, como as ocorridas na cidade do Rio. Uma vez compreendendo a centralidade da crise do capital e a sua relação com as expropriações, é importante apresentar alguns traços sobre a crise do capital.

Vivenciamos hoje o que Mészáros (2000) denomina como uma crise estrutural do capital, que afeta a própria existência humana, pois trata-se de uma crise de proporções nunca vistas antes na história capitalista, quando a própria existência humana corre risco. O filósofo explica que

vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural profunda, do próprio *sistema do capital*. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade (MÉSZÁROS, 2000, p. 1).

¹²⁹ Para adentrar no assunto, sugerimos a leitura do artigo CARTA CAPITAL. *Quem são os verdadeiros ganhadores e perdedores?*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/rio-2016-quem-sao-os-verdadeiros-ganhadores-e-perdedores/>. Acesso em: 13. jan. 2019.

Por se tratar de uma crise nunca vista anteriormente, o capital não tem “receitas prontas” a serem seguidas para buscar a superação da crise iniciada nos anos de 1970. Conforme Mészáros (2012) aponta, a crise estrutural iniciada nesta década trouxe mudanças significativas no imperialismo. O autor afirma que foram adotadas medidas cada vez mais agressivas e aventureiras que pudessem contribuir para a sua superação.

E, é por isso, que na conjuntura da atual crise, Mészáros (2000 e 2012) justifica que o capital, para buscar alternativas para sair dela, vai utilizar métodos cada vez mais agressivos, explorando a força de trabalho¹³⁰ das classes subalternas a níveis ainda desconhecidos, buscando a extração do sobretrabalho, a fim de se obter maior taxa de mais-valia, além ainda de tentar a integração dos monopólios do grande capital. E, quando não é mais possível extrair o sobretrabalho, busca-se novas formas de extração, como as expropriações contemporâneas no capital-imperialismo.

Ocorre que, segundo Mészáros (2012) todas as alternativas utilizadas que visam à superação do capital, conseguem apenas administrar medianamente e por curto espaço de tempo os efeitos da crise do capital. A sua superação não é possível pelo fato do capitalismo se constituir enquanto um sistema antagônico, cuja conciliação entre capital e trabalho não pode ocorrer, já que ao longo da história o trabalho sempre esteve subjugado ao capital.

Desse modo o sistema capitalista nasce fundado na expropriação primária dos meios de produção, para se ter trabalhadores livres, que necessitam vender a sua força de trabalho, sendo expropriados do sobretrabalho, para criar condições favoráveis a obtenção da mais-valia por parte dos capitalistas. Com o tempo, como pudemos constatar, as expropriações tornam-se intrínsecas ao modo de produção capitalista, que só consegue se ampliar a medida que expropria e espolia os sujeitos de uma série de bens e direitos. Em momentos de crise do capital, as expropriações universalizadas se ampliam ainda mais, apresentando traços cada vez mais destrutivos, sobretudo, para as classes subalternas, que tendem a ser mais expostas a esses processos.

¹³⁰ Baseada em Mandel e Mészáros, Behring (2018, p. 189) no artigo “Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise”, discute a expropriação do sobretrabalho e do direito dos trabalhadores. A autora menciona que no capitalismo atual “trata-se de espremer o tempo de trabalho necessário até o limite físico, até a última gota, sob a pressão de um imenso exército de reserva, no qual grandes maiorias irão permanecer de forma perene, a não ser se reverter esse estado das coisas”.

Isso posto, é necessário apontarmos que no quadro da crise iniciada na década de 1970 que as expropriações passaram a ocorrer com maior frequência, especialmente a partir de 1973, quando o capital passa a conviver com problemas de sobreacumulação, que consiste no momento quando o capital

atinge um determinado volume de grandeza, esse processo desmedido se depara com as condições sociais possíveis de realização do valor criado, isto é, com a viabilidade de se vender o que se produziu e de utilizar o potencial criativo que se gerou. Ao atingir essas barreiras, o valor aumentado não consegue mais ser realizado. Tem-se, assim, uma sobreacumulação que mina as bases da rentabilidade [...] Nesse momento, o capital precisa recorrer à expropriação de outro espaço, de outro lugar, criar novas condições que permitam o excedente fluir, abrindo alternativas à revalorização.

Buscando alternativas para a superação da crise que na década de 1970 alcançou patamares desconhecidos até então, tem-se como

o principal veículo dessa mudança a financeirização e a orquestração, em larga medida sob a direção dos Estados Unidos, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear de vez em quando surtos de brandos a violentos de desvalorização e de acumulação por espoliação em certos setores ou mesmo em territórios inteiros (HARVEY, 2014, p. 129).

Esses processos de expropriação, desvalorização e valorização são, para Fontes (2012), de igual modo,

a contraface necessária da concentração exacerbada de capitais e que, menos do que a produção de externalidades, são a forma mais selvagem da expansão (e não do recuo) do capitalismo. Não se trata de um processo de retorno a modalidades anteriores, primitivas, mas de um desenvolvimento do capital que é, ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social. Essa é a marca original do capital – seu desenvolvimento propulsa a socialização da existência em escala sempre ampliada, mas somente pode ocorrer impondo processos dolorosos de retrocesso social.

Face aos processos de expropriação, tanto a do sobretrabalho quanto a de territórios, identificamos que a humanidade é afetada, justamente, porque para Mészáros (2009), Alves (2004) e Fontes (2012) o capitalismo é um sistema irreformável e incontrolável. E porque

as expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a própria existência humana. Evidenciam que a própria dinâmica capitalista impõe converter características humanas, sociais ou elementos diversos da natureza em formas *externalizadas* à existência humana, erigindo-as em

barreira ao capital de maneira a elaborar um discurso de urgência, moldar argumentos de persuasão e, finalmente, consolidar apetrechos coercitivos para destruir/expropriar tais características, apropriando-se de novos elementos, seja para monopolizá-los, ou para produzir novas atividades capazes de produzir valor, resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas da vida social e humana (FONTES, 2012, p. 59).

O modo de produção capitalista não tem limites nem quando a própria raça humana é atingida em todas as esferas da sua vida, pela crise posta pelo capital e pelas possíveis soluções que visam a sua superação, quando até mesmo povos inteiros são destruídos, como o caso da população indígena¹³¹, por exemplo. Destarte, até mesmo os elementos sociais e básicos tornam-se frutos de expropriação para favorecimento do capital, tornando-se mercadorias, conforme manifestou Fontes (2012) em seus escritos.

A lógica do capital é guiada pela mercantilização da vida e das relações sociais, assim, os trabalhadores são vistos como simples mercadorias que podem e devem ser explorados, para salvaguardar os interesses do capital. Em continuidade Fontes (2012, p. 47) discute:

Menos, portanto, do que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado.

Neste segmento, percebemos que na lógica do capital, os sujeitos são colocados em situação cada vez mais crítica, para que se vejam na situação de precisar vender a sua força de trabalho, ainda que num contexto vociferante, no qual há cada vez mais uma perspectiva de coisificação das classes subalternas, enquanto simples máquinas de trabalho rentáveis ao capital (FONTES, 2018). De modo que os trabalhadores são reduzidos e degradados

ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável” da mesma forma que

¹³¹ No Brasil essa situação tem se agravado e os interesses do capital tem se mostrado menos desvelados, quando após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), a demarcação de terras indígenas e quilombolas passou a ficar por conta do ministério da agricultura, pertencente a bancada ruralista do Congresso Nacional. G1. *Bolsonaro transfere para a agricultura a demarcação de terras indígenas e quilombolas*. Visto em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/bolsonaro-transfere-para-a-agricultura-as-atribuicoes-sobre-demarcacao-de-terras-indigenas-e-quilombolas.ghtml>>. Acesso em: 05. jan. 2019.

qualquer outra, sujeitando-a às mesmas determinações desumanizadoras da compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2000, p. 2).

Nessa mesma perspectiva de análise, concordamos com Fontes (2012, p. 39) quando a autora discute que no capital imperialismo, o capital fictício tende a impor

um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de comprometer para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas o conjunto das gerações futuras [...] seu efeito social é similar: impor a ferro e fogo a subordinação geral do conjunto da população [...] à pura mercantilização da vida.

Dentro desse quadro de desumanização a que somos suscetíveis na órbita do tardo-capitalismo, vivemos num cenário no qual a barbárie tem se generalizado (FONTES, 2012), já que “a transformação mais significativa do capitalismo é a redução da existência humana à força de trabalho, dependente do mercado para sobreviver” (FONTES, 2018, p. 35).

Toda essa série de horror, quase que a sangue e fogo, como testemunhou Marx (2013) ao analisar as primeiras expropriações, servem atualmente para ampliar o processo de acumulação do capital que objetiva a expansão dos seus limites de acumulação. utilizando-se, para tanto, de expropriações que tornam-se cada vez mais potencializadas. E é por essa razão que neste tempo, pouco importa ao capital expropriar famílias do seu lugar de morar, para atender aos interesses dos setores imobiliários e da construção civil.

No tardo-capitalismo, as expropriações encontram-se em situação de maior perversidade, uma vez que agora vivemos numa conjuntura na qual as expropriações ocorrem pela via da acumulação por espoliação, que segundo Harvey (2014, p. 135), “faz ruir e destrói um caminho já aberto”, desde a acumulação primitiva analisada por Marx.

É compreensível que o capital destrói¹³² e demole tudo o que é apresentado a ele como empecilho para a sua expansão, que tem sempre o mesmo pilar, por meio

¹³² Mézáros (1989, p. 102) desenvolve a tese da produção destrutiva do capitalismo e menciona que “hoje, as barreiras à produção capitalista são suplantadas pelo próprio capital na forma que assegura sua reprodução”, a fim de assegurar a auto-reprodução do capitalismo, que segue uma tendência destrutiva, para o autor. É interessante mencionar que o filósofo húngaro, que é considerado um dos mais importantes intelectuais marxistas da atualidade, apontou que os limites do capital se constituem enquanto uma espécie de trava ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, a fim de assegurar a sobrevivência da humanidade, que caminha para um estado de colapso do metabolismo

da expropriação da base social, para favorecer a expansão do capital (FONTES, 2012). Esse quadro é notadamente visto no Brasil, ao evidenciarmos que até as reservas ambientais¹³³ e indígenas¹³⁴ têm sido alvos cada vez mais frequentes dos processos de expropriação, postos pela agenda do atual governo. Mostrando a face bárbara das expropriações no imperialismo em contexto de tardo-capitalismo, vivenciado no país, no qual até mesmo expressões da cultura e da história do povo brasileiro torna-se canal para valorização do capital.

Isso posto, é inegável que vivemos hoje sob a égide do capitalismo destrutivo, que destrói culturas, laços, subjetividades, casas, sonhos e esperanças das classes subalternas sobre o direito ao morar. No que se refere ao capitalismo destrutivo, consentimos com Mészáros (2000, p. 3) ao descrever que o sociometabolismo¹³⁵ do capital impõe

sobre a sociedade sua lógica expansionista cruel e fundamentalmente irracional, independentemente do caráter devastador de suas consequências; ou teve que adotar algumas restrições racionais, que, diretamente, contradiziam suas mais profundas determinações como um sistema expansionista incontrolável (MÉSZÁROS, 2000, p.3).

Nosso estudo tem revelado que as expropriações atuais se constituem enquanto uma das expressões do tardo-capitalismo, que expropria para se reinventar, buscando a valorização dos vazios urbanos, para satisfazer as

social global, ou seja, da relação entre capital versus trabalho e de toda uma série de consequências que decorre dessa forma de organização social em que vivemos, na qual tudo (ou quase tudo) é transformado em mercadoria, cujo efeito é tendencialmente destrutivo para a natureza e para a própria vida humana (MÉSZÁROS, 2009).

¹³³ Para maiores informações, consultar: CARTA CAPITAL. *A Floresta Negociada na Bolsa*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/a-floresta-negociada-na-bolsa>>. Acesso em: 17. jan. 2019.

¹³⁴ No atual governo, medida provisória passou a estabelecer que a identificação, a delimitação e a demarcação de terras indígenas fica por conta do Ministério da Agricultura que é comandado pela bancada ruralista da Câmara. Extinguido a responsabilidade que em período anterior era da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Segundo a reportagem do jornal on line Carta Capital, o presidente alegou a necessidade de revisar algumas demarcações, uma vez que os indígenas e quilombolas “não são integrados” ao país e representam um quantitativo muito pequeno para ter cerca de 15% do território nacional demarcado. Consultar: CARTA CAPITAL. *Pesquisa Datafolha aponta que seis em cada dez pessoas desaprovam diminuição de áreas destinadas a povos indígenas*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/maioria-dos-brasileiros-e-contra-reducao-de-terras-indigenas/>>. Acesso em: 14. jan. 2019.

¹³⁵ O sócio-metabolismo do capital pode ser apreendido na relação do metabolismo social entre capital e trabalho. Dessa forma, o sócio-metabolismo do capital coloca parcela significativa da população em condição de barbárie e destruição, como aponta Mészáros (2000 e 2009).

necessidades de sobreacumulação do capital. Ultrapassando tudo o que é visto como limite, ainda que, para isso, tenha que submeter as classes subalternas a processos de violência verbal, moral, sentimental e de perda de laços e de memórias, como é evidenciado por meio das expropriações ocorridas na localidade de Ururaí, bem como na Margem da Linha¹³⁶ também no município de Campos. O que de fato determina o tardo-capitalismo, a barbárie da vida social em todos os sentidos e a perversidade do capital (MÉSZÁROS 2009 e 2000 e NETTO, 2013).

Mészáros (2009, p. 70) alude que

o capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração da taxa de lucros. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital ‘liberal’.

O quadro das múltiplas expropriações existentes na sociedade capitalista só tende a se agravar, ao passo que, em busca de expansão do capital, as classes subalternas sempre foram e sempre serão exploradas e expropriadas, até mesmo do direito mais básico e elementar, o direito à sobrevivência (MARX, 2004; MARINI, 2012; NETTO, 2013 e MESZÁROS, 2000 e 2009).

E, nessa perspectiva, Fontes (2001, p. 27) afirma que o capital monetário¹³⁷, para se satisfazer e aumentar o seu processo de valorização, tende a tornar

¹³⁶ Para mais detalhes, consultar: MENDES, Juliana; GOMES, Marcos e SIQUEIRA, Antenor. A favela Margem da Linha e as mudanças socioespaciais urbanas em Campos dos Goytacazes-RJ. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação, 2013, São Luis - MA. *Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação*, 2013.

¹³⁷ O capital monetário é o capital tornado mercadoria. Ele se constitui no capital portador de juros, que ocorre quando determinado capitalista pega dinheiro nos bancos (capital fictício), por exemplo, para investir esse dinheiro em determinada atividade, que tem como objetivo valorizar esse dinheiro pego emprestado e produzir um valor a mais, para que os juros possam ser pagos. Objetiva-se então a lógica $D - M - D'$ (Dinheiro – mercadoria – dinheiro com adicional), do qual parte do D' é devolvido como valor integral do que se obteve por meio do empréstimo, mais os juros, segundo Marx, no capítulo XXI, de “O Capital”, livro 3. Essa tem sido uma tendência usual desde Marx, ao analisar o modo de produção capitalista e que tem sido utilizada com maior frequência no século XXI. Configurando-se enquanto um capital fictício que fica aplicado, para que terceiros façam esse capital ser valorizado, sem que haja esforço algum por parte do capitalista detentor desse tipo de capital.

mais graves e mais agudas as crises sociais e o sofrimento que infligem a gigantescas massas populares, mas isso não significa de maneira mecânica que a dinâmica capitalista seja posta em xeque por tais crises. Dramaticamente, entretanto, crises sociais podem devastar conquistas dos trabalhadores e reassentar as bases para o aprofundamento da exploração, ainda que ao custo de enorme destruição social (apodrecimento das relações sociais, devastação da natureza, etc).

As consequências bárbaras que são postas às classes subalternizadas pelo capital, ocorrem uma vez que o mais-valor só é gerado pela compra e venda da força de trabalho. Desse modo, o capital precisa valorizar a enormidade de trabalho morto acumulado para valorizá-lo. O que só ocorre se tiver a extração do sobretrabalho, contribuindo para que se aumente a taxa de exploração da força de trabalho, aumentando cada vez mais o grau de subalternização da classe que precisa viver da venda da sua força de trabalho.

Por esse ângulo, estamos em concordância com Fontes (2001, p. 09) quando discorre que “o mais-valor permanece gerado por trabalhadores cuja cooperação segue sendo estabelecida segundo as necessidades de valorização do capital, e não de necessidades da vida social da maioria da população”.

Marx (2009, p. 749) destaca o fato de que

todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados à custa do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-o à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho, transformando em tormento, tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho, na medida em que a este se incorpora ciência, como força independente e desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital.

Isto posto, infere-se que o modo de produção capitalista para se desenvolver, explora o trabalhador, o torna alienado do seu processo de trabalho, elementos esses já brevemente sinalizados. Além do mais, o torna suscetível a um contexto de barbárie. E neste sentido, é possível inferir que, quanto maior for a civilização do modo de produção do capital, maior será o nível de barbárie vivenciada pela classe que vive do trabalho, em especial daqueles segmentos que são mais subalternizados.

É notável que o grau de enrijecimento da exploração da força de trabalho e toda a série de aviltamentos a que são submetidas às classes subalternizadas pelo capital, tem total relação com o processo de produção de mais-valor. Ainda hoje, no momento em que vivemos sob a égide do capital-imperialismo, quando o capital chegou a limites incalculáveis, o aumento da produtividade e da valorização do capital, gera em igual proporção, a criação de escassez (FONTES, 2001).

Desse modo, identificamos que as expropriações do sobretrabalho e da terra, encontram solo fértil para a sua materialização principalmente em tempos de políticas econômicas neoliberais (LEVIEN, 2014). A conjuntura atual é profícua para que no Brasil as expropriações ocorram com maior frequência, dado que em 1º de janeiro do ano de 2019, Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL) assumiu a presidência da república. Destacamos aqui que além de ter assumido sem ter um plano de governo plausível, o presidente sempre se mostra a favor do capital e contra as classes subalternas, quando questiona até mesmo direitos inquestionáveis do nosso ponto de vista, como o direito às leis trabalhistas e à previdência social, por exemplo.

Ocorre que por mais que as expropriações tenham sido impulsionadas no capital imperialismo e tendem a se impulsionar cada vez mais nesse contexto de ampla política neoliberal, a sua materialização não será responsável pela superação da crise do capital, porque em consonância com Fontes (2012, p. 39) evidenciamos que

quanto mais tais capitais (*fictícios*) se expandem, de maneira descontrolada, a possibilidade de explorar a força de trabalho, mais abrem espaços para crises econômicas, crises do próprio capital, pois ao acelerarem as condições de concentração e de acumulação, colocam-se na posição de acirrades de todas as contradições do capital, de maneira simultânea, tornando-se potencializadores de crises crescentemente incontroláveis.

Desse modo, é possível testificar que as expropriações cumprem o seu objetivo que é ampliar o processo de valorização do capital, pela via da acumulação por espoliação. Mas longe está de resolver a crise estrutural do capital, dado que ao criar estratégias para a crise da sobreacumulação, acaba por criar também amarras que a fazem se perpetuar e ampliar, somado a novos aspectos que tendem à fome, ao não acesso à moradia, à miséria e construção da vida lastreada pela barbárie.

Posto isso, a barbárie generalizada disjuntiva das expropriações, nos faz consentir mais uma vez com Fontes (2012), quando afirma que as expropriações atingem todas as dimensões da vida dos expropriados, tanto as dimensões materiais e imateriais, quanto as objetivas e subjetivas¹³⁸ e simbólicas. Por esse ângulo, a autora aludida dispõe que

a expropriação não pode ser considerada como um fenômeno apenas econômico, uma vez que é propriamente social, mesmo se parcial ou limitada. Trata-se da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade sentida objetiva e subjetivamente, de venda da força de trabalho (FONTES, 2012, p. 88).

Ainda no que se refere a violência dos processos expropriatórios em tempos de capitalismo tardio, Mandel (1982) reconhece que esse estágio de inserção é marcado por

um período histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em que a contradição entre o crescimento das forças produtivas e a sobrevivência das relações de produção capitalistas assume uma forma explosiva. Essa contradição leva a uma crise cada vez mais acentuada dessas relações de produção.

Por mais que nos reassentamentos de Ururaí o uso da força e da violência policial não tenha se dado, é possível destacar que houve o uso de violência moral e pressão psicológica para que os sujeitos cedessem à remoção. Mendes (2015b)¹³⁹ ao entrevistar moradores que estavam esperando para serem reassentados constatou por meio da fala de uma entrevistada que trabalhadores da prefeitura haviam dito que todos deveriam sair das suas casas e ir para os conjuntos habitacionais, causando, segundo análise de Mendes (2015b), medo na entrevistada.

A pesquisa realizada pela autora supracitada apontou ainda que o poder público se utilizou da “carência” das casas e da proximidade do rio, para por meio

¹³⁸ Fontes (2018) dedica um parágrafo para discutir as consequências subjetivas das expropriações, afirmando a existência de grande sofrimento psíquico que atinge os sujeitos expropriados, quando nas palavras da autora, a existência se esvai a partir desses processos de expropriação e de subsunção cada vez maior do trabalho ao capital. Aqui não nos deteremos nesse quesito, por não ser o objeto de nosso estudo, embora consideramos importante mencioná-lo, de forma breve, para conhecimento do leitor.

¹³⁹ Para acesso a narrativa dos moradores, consultar Mendes (2015b), especialmente as páginas 189, 190 e 191.

da manufatura do consenso, apresentar às famílias a necessidade dos reassentamentos. Essa análise da autora vai ao encontro das proposições realizadas neste estudo, quando apontamos para alguns elementos constitutivos dos processos de expropriação.

Percebendo a centralidade do discurso do “risco” nas expropriações a que foram submetidas a população de Ururaí, condideramos elementar nos remetemos mais uma vez à pesquisa realizada pelo NESA para que pudéssemos compreender qual é a percepção dos entrevistados sobre o risco.

É relevante destacarmos que as entrevistas foram realizadas em residências que já foram atingidas pelas inundações. Dos 232 entrevistados, 174 deles (75%) souberam precisar quantas vezes as suas casas foram atingidas pelas inundações. Para que os dados sejam melhor compreendidos, observe o gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Recorrência com que as casas foram atingidas pelas inundações



Fonte: NESA (2016).

É perceptível que a maioria dos entrevistados (67,2%) foi atingida pelas inundações apenas 1 vez. Enquanto 14,3% foram atingidos 3 vezes ou mais vezes pelas inundações. Desse modo, fica evidente que por mais que Ururaí seja a área mais afetada pelas inundações em Campos, as remoções forçadas não teriam a necessidade de ocorrer se o poder público reestruturasse a localidade, de forma que

a água escoasse melhor. Uma vez que por mais que o rio transborde, o bairro não é atingido em sua totalidade.

Face ao discurso do “risco” utilizado pelo poder público para remover as famílias para os conjuntos habitacionais, buscamos identificar qual é a percepção dos entrevistados sobre o risco em relação ao local que residem. 76 entrevistados (47,4%) afirmaram que residem em área de risco e 92 entrevistados (51,7%) destacaram que suas residências não se encontram em área de risco. Além de 2 que não quiseram ou não souberam responder a pergunta.

Dos que afirmaram residir em áreas de risco, é importante destacar que eles consideram que as suas casas estão em áreas de risco por serem próximas ao rio e devido à estrutura precária de suas casas, por apresentarem rachaduras nas paredes.

Mas ainda assim não consideram o risco das inundações algo tão recorrente, uma vez que de acordo com a percepção dos entrevistados, as suas casas só foram atingidas de forma mais abrupta, nas inundações de 2008. E em outros momentos, as inundações foram menos intensas, de forma que eles puderam lidar melhor com a situação, realizando apenas algumas reformas na casa, além de terem que comprar alguns móveis e bens que foram perdidos.

Os entrevistados que alegaram não residir em área de risco, assim o consideram porque nunca foram atingidos pelas inundações ou foram atingidos apenas 1 vez. Dessa forma, consideram que as inundações não ocorrem com frequência, e, desse modo, não apresentam risco, uma vez que a possibilidade de serem atingidos pelas inundações é ínfima.

Nos preocupamos ainda em questionar os entrevistados se alguma vez alguém já havia lhes comunicado que a sua residência se encontrava numa área de risco. 48,7% dos entrevistados afirmaram já terem ouvido, enquanto 50,4% alegaram que não.

Dos que destacaram já terem ouvido que a sua residência se trata de área de risco, as respostas mais comuns estão relacionadas ao fato de terem sido informados pela Defesa Civil, por meio de notificação da demarcação que fora realizada nas casas que estão suscetíveis as inundações. Outros citaram assistentes sociais, além de representantes da prefeitura, sem que precisassem a função que ocupam.

Por fim, consideramos importante, face a retórica do risco utilizada pela prefeitura nos processos de remoções, identificar se os entrevistados pretendiam se mudar de Ururaí por conta das inundações. Constatamos que 71 entrevistados pretendem mudar de bairro e desse total 8 alegaram querer ir para os conjuntos habitacionais do “*Morar Feliz*”. Isto é, 11,2% dos que desejavam sair de Ururaí pretendem ir para o programa destinado às famílias que se encontram em áreas de risco de inundação, o que demonstra a insatisfação da população com os processos de reassentamentos, mesmo por parte daqueles que desejam sair de Ururaí.

Salienta-se ainda que 157 afirmaram não querer mudar de bairro. Desse modo é nítido que a maior parte dos entrevistados (67,6%) não quer sair do bairro de origem em função das inundações, ainda que estejam com suas casas demarcadas pela defesa civil, para serem reassentados quando novos conjuntos habitacionais ficarem prontos.

Face ao exposto, em síntese, é possível comprovar a arbitrariedade pela qual o Estado age, promovendo reassentamentos forçados, contrários à vontade popular. E é justamente a partir da não vontade de saírem dos seus bairros de origem que o Estado utiliza da retórica do discurso do “risco” para obter legitimidade nos processos de remoções, para fim de expropriação.

Isso posto, é nítido que as formas explosivas assumidas pelas expropriações em período de imperialismo, sobretudo, em contextos de tardo-capitalismo, nem sempre se dão à base da bala, do sangue e do fogo, como nas expropriações primárias. Mas assume hoje uma lógica de expropriação permanente e contínua, que continua ocorrendo mesmo após os reassentamentos, de forma que tendem à barbarização da vida em todos os sentidos. O que está intrinsecamente relacionado a necessidade sempre constante do capital em buscar ampliar o processo de acumulação da taxa de mais-valia. É importante mencionar que o tardo-capitalismo trata justamente do momento em que o sistema capitalista

subsumido totalmente ao capital chega à sua curva ascendente e objetiva a sua crise estrutural, expressando-se na efetividade do tardo-capitalismo -, a dimensão civilizatória se esgota e o sistema se revela como barbárie, torna-se bárbaro. Este é o estágio atual da ordem do capital (NETTO, 2013, p. 37).

A reflexão que está sendo posta sobre a expropriação, nos leva a concordar mais uma vez com Mészáros (2009, p. 73), quando o autor argumenta sobre a barbarização da vida social e sobre a contradição do sistema capitalista, que

não pode separar “avanço” de destruição, nem “progresso” de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais o sistema destrava os poderes de produtividade, mais libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante

Todas as vezes que o modo de produção capitalista tenta avançar ou progredir, no que se refere a sua capacidade de produzir mais valor, ele tende a sacrificar e a deteriorar ainda mais a condição de vida e de reprodução social das classes subalternas, como foi evidenciado até aqui, por meio das expropriações do espaço urbano. Isso ocorre porque consumo e destruição são equivalentes funcionais no modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2012).

Com isso, quando novos empreendimentos são construídos, muito possivelmente parcela das classes subalternas foram expropriadas do seu direito de morar, para que outros tenham o seu direito de morar garantido, como têm ocorrido em Campos e no Brasil de forma geral, conforme foi sinalizado nos dois primeiros capítulos da presente dissertação.

Constatamos como evidenciado ao longo deste estudo, que o capitalismo, sobretudo em seu estágio tardio, é desprovido de um quadro de orientação humana no que se refere a sua produção auto-expansiva, que é fundamentada no consumo destrutivo, conforme Mészáros (1989, p. 102) aponta:

O capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto que seu impulso interior pela auto-expansão é a priori incompatível com os conceitos de controle e limite, e desde logo com uma auto-transcendência positiva. É por isto que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interesse da produção para a satisfação das necessidades humanas.

Isso posto, compreendemos que a humanidade caminha para uma situação catastrófica, a partir da recorrência com que as crises do capital têm se dado, bem como pela sua amplitude e com as estratégias massacrantes que são construídas, visando a sua superação. Crises essas que não são passíveis de controle ou de qualquer perspectiva de superação.

No que se refere especialmente as alternativas construídas pelo capital a partir do espaço urbano, como buscamos elencar ao longo do nosso estudo, têm contribuído para segregar cada vez mais as classes subalternas, limitando o acesso dessas classes não só no que se refere ao direito à moradia, mas também ao direito à cidade.

No século XIX, iniciaram-se medidas higienistas nas cidades brasileiras, tendo como objetivo criar uma boa aparência das cidades, que naquele período recebiam muitos visitantes estrangeiros, em função do mercado relacionado ao café.

Desse modo, é nítido que as intervenções não foram realizadas porque a população estava tendo a sua vida ameaçada em função de doenças que podiam emergir a partir da superlotação do espaço urbano. Mas sim, devido à preocupação com a economia do país. Assim, como forma de conter um possível declínio da economia, casas, cortiços e vilas foram desinfetadas, queimadas e demolidas, a fim de conter os surtos endêmicos.

É nítido o caráter expropriatório que está por trás dessa medida que só foi realizada para favorecer o mercado com o comércio exterior. Além do mais, o Estado expulsou as classes subalternas para terrenos longe, sob a justificativa que era preciso fazer o ar circular nos centros urbanos, a fim de diminuir o contágio de doenças.

É elementar ainda destacar que em muitos momentos, leis foram criadas para designar a estrutura que as casas deveriam ter, como forma de não oferecer “riscos” para a emergência de doenças contagiosas, como o Código de Posturas criado no final do século XIX. Evidente é que as legislações existentes sobre o direito e acesso à cidade se constituem favoráveis ao processo de valorização do capital, uma vez que estimulam o setor da construção civil.

No século XX a tendência das expropriações se manteve por meio da execução da política habitacional brasileira, que continuou demolindo casas sob a justificativa do risco¹⁴⁰ dos surtos endêmicos. Esse século marca ainda um período no qual aproximadamente 20 mil famílias foram expropriadas de suas casas, por

¹⁴⁰ Como foi possível constatar ao longo da discussão do presente capítulo, as expropriações sempre tendem a utilizar do discurso do “risco” a fim de obter a manufatura do consenso, para que as expropriações ganhem legitimidade e sejam naturalizadas, uma vez que estão sendo benéficas ao garantirem “segurança” aos expropriados que não mais terão de conviver com a possibilidade de serem atingidos pelo fenômeno que tem-se como risco, sejam os “riscos” representados pelas doenças ou pelas enchentes, por exemplo.

meio das reformas urbanísticas promovidas pelo prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro.

Os rentistas ao terem a percepção do processo de valorização imobiliária que estava ocorrendo no início do século XX passaram a construir casas para alugar, por meio dos incentivos fiscais promovidos pela intervenção estatal, que concedeu crédito imobiliário, oferecido pelo BNH. Tal medida era destinada para facilitar o acesso à casa própria, especialmente para as classes média e alta. Com isso um número significativo de casas foram construídas, favorecendo o crescimento do mercado imobiliário, contribuindo para a lógica de expansão do capital, através da qual se desenhou e se desenha a política habitacional brasileira.

Já no século XXI, a política habitacional urbana tem se dado no âmbito federal por meio do Minha Casa Minha Vida, que foi iniciado não para sanar o déficit habitacional, mas sim como um pacto governamental para que o setor imobiliário não fosse tão atingido pela crise hipotecária dos Estados Unidos. Outras políticas habitacionais são desenvolvidas pelos governos municipais, como em Campos, que é executada por meio do Programa Habitacional *“Morar Feliz”*, que tem servido para expropriar famílias de áreas que interessam ao capital, sob a justificativa do “risco”, tendo que residir em locais contrários a sua satisfação.

Ao nos atentarmos para as expropriações ocorridas em Ururá essa questão é notadamente vista, por isso é fundamental apresentarmos alguns dados da pesquisa do NESA. Ao questionamos os entrevistados se eles conheciam pessoas que haviam sido reassentadas e se essas pessoas estavam satisfeitas com o processo de reassentamento, foi possível constatar que 212 entrevistados conheciam pessoas que foram para o *“Morar Feliz”*, enquanto 20 não conheciam.

Desse percentual, identificamos que 38,3% dos entrevistados afirmaram que as famílias estavam satisfeitas com o processo de reassentamento e 45,5% alegaram que as famílias não demonstravam satisfação. Além disso, 26 entrevistados não souberam responder a pergunta e 8 disseram que depende das circunstâncias.

Dos que afirmaram que as famílias estavam satisfeitas, destaca-se que o motivo se dá, de acordo com 10 entrevistados, pelas famílias terem saído de uma área de risco; 8 afirmaram que a satisfação estava relacionada a possibilidade do acesso à casa própria; 7 alegaram ser pelo fato da nova residência ter uma

infraestrutura melhor e 6 disseram que as famílias ainda residem nos conjuntos pelo fato do bairro ser bom.

As pessoas que afirmaram satisfação com os conjuntos habitacionais nos fazem nitidamente compreender a forma como esses conjuntos são construídos, a fim de manufaturar o consenso dos reassentados. De forma que a oportunidade de saírem de uma área de “risco” de inundação¹⁴¹, mascara o real processo de expropriação que está por trás dos reassentamentos promovidos pela prefeitura de Campos. Ainda nesse sentido, é preciso salientar todo o fetiche do acesso à casa própria, que é “vendido” para os expropriados, uma vez que a satisfação também está acentada nesse quesito.

Além do mais é importante mencionar ainda a passividade do povo campista a aceitar certas condições, como a do reassentamento, o que é fruto da história de uma população extremamente aviltada ao longo de toda a sua trajetória. O que contribui para que as expropriações ocorram de forma mais fácil, no município, uma vez que o arcaico foi a base de modernização do seu povo.

Dos 45,5% que afirmaram que as famílias estão insatisfeitas com os reassentamentos, é possível constatar que há um predomínio do medo da violência, quando 37 entrevistados afirmaram ser esse o motivo. Enquanto 23 afirmaram que as famílias não gostaram ou não se adaptaram, além de não conhecerem os novos vizinhos; 9 abordaram que a insatisfação ocorre pelo fato de que as famílias preferem morar em Ururaí, mesmo com possibilidade de serem atingidos pelas inundações.

Outros 5 relataram que a insatisfação se dá devido a dificuldade com acesso a serviços públicos, como à escola e ao transporte público. Em seguida 4 afirmaram ser em função da distância que agora os separam dos seus familiares e conhecidos, o que demonstra a perda de vínculos ocasionadas pelos reassentamentos, conforme já aludido em momento anterior. E 3 demonstraram que a insatisfação estava relacionada a má localização dos conjuntos.

Esses dados sobre a insatisfação¹⁴² com a mudança para os conjuntos habitacionais, nos fazem questionar como os sujeitos podem ter a possibilidade de

¹⁴¹ Ainda que apenas 25 entrevistados tenham sido atingidos mais de 3 vezes pelas inundações. Evidenciando que há a recorrência das inundações, mas que não necessariamente as casas são atingidas pelas cheias do rio.

¹⁴² Diante da insatisfação com os reassentamentos, é importante salientar que 180

“*Morar Feliz*”, como o nome do programa diz, tendo que conviver com a presença da violência de forma mais acentuada em relação ao bairro de origem? Como “*Morar Feliz*” tendo perdido os laços sociais estabelecidos ao longo de toda uma vida e que são brutalmente rompidos pelos processos de reassentamentos, o que se agrava ainda mais diante da dificuldade de acesso ao transporte público?

Em síntese, é possível destacar que os processos de reassentamentos a que foram submetidos os moradores de Ururaí aviltam ainda mais as suas possibilidades de produção e reprodução social, limitando cada vez mais a possibilidade de acesso a um “*Morar Feliz*” por parte das classes subalternizadas pelo capital.

Isso posto, queremos destacar que as políticas habitacionais brasileiras voltadas para as classes subalternas ao buscar superar os limites do capital e contribuir para o seu processo de valorização, vêm aprofundando a expropriação, além de torná-la oficializada por meio dos reassentamentos, como foi possível constatar por meio do estudo de caso apresentado, bem como pelas reflexões teóricas realizadas.

Desse modo, ao buscar favorecer o capital imobiliário, protela-se as evidências da crise para o capital. Entretanto, às custas das classes subalternizadas. É incontestável que por mais que esses processos de expropriação se ampliem, eles nunca serão responsáveis pela total superação da crise do capital, uma vez que a crise é inerente a sua própria forma de ser. Desse modo, entendemos que “a cada nova fase de protelação forçada, as contradições do capital só se podem agravar, trazendo consigo um perigo ainda maior para a própria sobrevivência da humanidade” (MÉSZÁROS, 2012, p. 15).

Ademais, a busca de superação da crise do capital, faz com que as medidas que outrora eram excepcionais e emergenciais, se tornem generalizadas na vida cotidiana, num quadro explosivo, cujo sistema é “orientado no sentido da produção para a destruição como procedimento corrente” (Ibdem, p. 89).

É por isso que no capital-imperialismo, sobretudo, em contexto de tardo-capitalismo o que era para ser exceção, tornou-se a regra. Os períodos de anormalidade da crise, tornaram-se normalidade, contribuindo para que vivamos hoje em um quadro de “continuum depresso, que exhibe as características de uma

entrevistados (77,5%) frisaram conhecer famílias que foram para os conjuntos, mas retornaram para Ururaí. Quando questionados sobre o porquê do retorno, destaca-se o medo da violência que foi notificado por 75 entrevistados.

crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural cada vez mais profunda” (MÉSZÁROS, 1989, p. 98).

Desse modo, as expropriações não são mais utilizadas como forma de superação dos limites da sobreacumulação, nesse estágio

elas não dizem respeito aos mecanismos de estabilização da acumulação capitalista, mas à sua dinâmica expansionista e seus imperativos por crescimento [...] o desenvolvimento do capitalismo é um processo de superação de obstáculos e limites à acumulação por meio da mercantilização de espaços ainda não mercantilizados (GONÇALVES, 2018, p. 111)

Assim compreendemos que o crescimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista hoje converge com uma dinâmica destrutiva, assentada na barbárie e em processos de expropriação permanente, quando objetiva-se a expropriação de determinados espaços que até então não geravam valor. Com o tempo, esses terrenos tornam-se valorizados e especularizados, e, assim são inseridos na forma prescrita pelo capital, na qual a produção e reprodução social passa a se dar mediada, dentre outras coisas, sumariamente pelo valor.

É por isso que nesse cenário em construção no qual nos encontramos, poucas serão as possibilidades reais de acesso à moradia das camadas que não têm alternativa, se não vender a sua força de trabalho para existir, para que por meio do salário possa trocar a mercadoria força de trabalho por outras mercadorias, como a terra e a casa.

Dentro dessas poucas possibilidades, ainda ocorre que em muitos contextos, seguindo a tendência bárbara do presente tempo, esses tenderão a ser novamente reassentados e expropriados do direito à habitação, para garantir os interesses do capital, dado o processo de mercantilização do solo.

Sobre o futuro, nada podemos afirmar ou prever, dado que a realidade está em constante transformação. No entanto, as possibilidades futuras caminham na perspectiva de serem ainda mais massacrantes e bárbaras para as camadas sociais que são vistas pelo capital como a válvula de escape para a superação da crise da sobreacumulação, daquelas que ficam à margem da mais-valia, e, que por isso, são condenadas à expropriação permanente, visando a acumulação expandida, pela via da acumulação por espoliação, intrínseca ao capital-imperialismo (HARVEY, 2014, FONTES, 2010 e MÉSZÁROS, 1989 e 2012).

Face a essa conjuntura, nos remetemos a Gramsci quando afirmou “contra o pessimismo da razão, o otimismo da vontade”¹⁴³. Porque faz-se cada vez mais necessário nos tomarmos pelo otimismo da vontade e também (e porque não) pela razão, para traçarmos estratégias de luta que visem a emancipação das classes subalternizadas pelo capital. Reconhecendo, em concordância com Lenin¹⁴⁴ que “não há prática revolucionária sem teoria revolucionária”, torna-se cada vez mais pertinente a realização de estudos que nos auxiliem nessa perspectiva, de compreender as expropriações, realizando nexos causais com os objetivos postos pelo modo de produção capitalista, como buscamos evidenciar ao longo da presente dissertação.

O caminho de reflexões foi aberto para que no futuro possamos nos aprofundar mais nele, buscando desvelar a partir do estudo à teoria crítica mais mediações e nexos que nos permitam tecer contribuições ao estudo das expropriações. E, principalmente, contribuições palpáveis para os sujeitos expropriados, porque senão de nada teria sentido a realização dessa pesquisa e desse estudo.

¹⁴³ A célebre e conhecida frase de Gramsci foi escrita na edição semanal de 3 – 10 de abril de 1920 no L'Ordine Nuovo. Trabalhamos com a citação a partir do artigo de Cerroni, no site Gramsci e o Brasil. CERRONI, Umberto. *Otimismo e Pessimismo*. Disponível em < <https://www.acesa.com/gramsci/?id=656&page=visualizar>>. Acesso em 30. dez. 2018.

¹⁴⁴ SADER, Emir. *Intelectual marxista, um dirigente revolucionário*. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2011/06/24/intelectual-marxista-um-dirigente-revolucionario/>>. Acesso em: 30. dez. 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”

(MARX, 2011, p. 25).

O estudo apresentado buscou desvelar alguns determinantes presentes na trajetória das políticas habitacionais brasileiras que se expressam de forma permanente, e, que, tem se acentuado no imperialismo atual, em cenário de tardo-capitalismo, especialmente. A pesquisa objetivou ainda decifrar a lógica expropriativa do programa *“Morar Feliz”* a partir dos reassentamentos de parte da população de Ururáí.

Ao estudarmos o direito à cidade, é importante destacarmos que desde a urbanização do Brasil, é notório o processo de segregação socioespacial no espaço urbano. Nesse sentido, concordando com Davis (2006, p.12) podemos afirmar que “por toda parte os pobres urbanos são forçados a habitar terrenos perigosos e nada apropriados para a construção – encostas muito íngremes, margens de rios e alagados”.

Constatamos ao analisar a trajetória da política habitacional brasileira que por mais que a política higienista e sanitaria tenha sido suprimida há muitas décadas, a sua lógica se faz presente nos dias atuais. De modo que continuam reforçando a necessidade de realocar as classes subalternas em bairros cada vez mais afastados do centro da cidade e dos locais de trabalho de boa parcela da população, contribuindo para acirrar as desigualdades sociais e para expandir as áreas da periferia, como destacam autores como Engels (2015), Maricato (2011) e Santos (2009).

Nesse ponto de vista, é indiscutível no que se refere ao enfrentamento da questão habitacional que uma coisa é certa: o moderno e o arcaico se relacionam, uma vez que as políticas são atualizadas e ressignificadas, mas sua lógica segregacionista e expropriatória é sempre a mesma. O que faz parte do próprio movimento do capital, porque a sua intenção é

defender o modo de produção capitalista e conservá-lo a qualquer preço, bem como dissimular a espoliação e os antagonismos de classe. O Estado burguês não quer e não pode eliminar a miséria habitacional. Pois, “o Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores” (ENGELS 2015, p. 15).

Tal inferência nos faz retomar ao pensamento de Gramsci (2000, p. 331) que concordando com Engels (2015) no que se refere a concepção de Estado, afirma que o Estado é “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém seu domínio, mas procura conquistar o consentimento daqueles sobre os quais exerce sua dominação”.

O Estado é hegemônico e está ao lado da classe dominante, atendendo aos seus interesses e buscando sempre favorecê-la, por meio da política vigente em cada município. Desse modo, compreendemos que o Estado contribui para que as leis que regulam o solo urbano marquem uma política que não é nada

senão a aplicação consciente de medidas estratégicas capazes de afetar profundamente o desenvolvimento social como um todo – é transformada em mero instrumento de grosseira manipulação completamente desprovido de qualquer plano global e de uma finalidade própria. A política fica condenada a seguir um padrão de movimento reativo tardio e de curto prazo, em resposta às crises desconcertantes que necessariamente irrompem, numa frequência crescente (MÉSZÁROS, 200, p. 65).

A partir da apreensão dos elementos apresentados por Mészáros (2009), identificamos que a política de forma geral, é utilizada como instrumento que visa ao desenvolvimento econômico. E, por isso, uma parcela da população é sempre despojada do seu direito de morar, quando essas áreas interessam ao capital. Portanto, criam-se leis e políticas, que têm como objetivo fornecer respostas às crises de sobreacumulação do capital, favorecendo os processos de expropriações, que no município de Campos dos Goytacazes ocorreu adicionado ao fator do “risco” da inundação.

Nesse sentido, é imprescindível salientarmos que a nossa investigação evidenciou o grau de barbaridade que assume a política habitacional, contribuindo para agravar ainda mais as expressões da “Questão Social” ao promover processos de expropriações permanentes. Essa lógica bárbara está relacionada ao recrudescimento do capital, que para se valorizar e se expandir, cada vez mais, assume a forma de barbárie. Desse modo, expropria as famílias não só do lugar de

morar, mas também as expropria de outros bens e direitos conquistados anteriormente, contribuindo para solidificar as bases da acumulação por espoliação (HARVEY, 2014). O que demonstra a face neoliberal em tempos de imperialismo e que se evidenciam de forma mais aviltante em cenário de tardo-capitalismo, como no caso brasileiro.

Nesse contexto, é fundamental destacar que a materialização da política habitacional brasileira e campista é atravessada por lastros de uma modernização conservadora, que se desenvolveu na lógica do regionalismo e do populismo, expressando um pacto entre as elites políticas e econômicas, o que contribui para que a política habitacional remova os pobres, a fim de valorizar o espaço urbano na perspectiva da cidade-mercadoria, favorecendo a acumulação e o modo de produção capitalista, sendo funcional à elite econômica, sobretudo, aquela ligada ao capital imobiliário e rentista.

Desse modo, constatamos que não foi possível por meio das políticas habitacionais garantir o acesso à terra e à moradia à população brasileira e campista, dado ao quadro da desigualdade social ser persistente no país. Além do mais, é preciso destacar que as políticas habitacionais não têm esse objetivo, afinal estamos em cenário de capital-imperialismo, que busca cada vez mais expandir os seus horizontes de acumulação. Dessa forma não se vai ao cerne da questão estrutural da problemática da habitação, que é a concentração de terras.

Estes aspectos sobre a política habitacional brasileira foram elencados e discutidos por meio de pesquisa teórica a autores que se dedicam ao estudo do espaço urbano brasileiro e de outros territórios. Além da pesquisa realizada através de dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por fontes midiáticas e pela pesquisa realizada pelo NESA/UFF (Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais).

Desse modo, quanto mais nos dedicávamos ao estudo do *“Morar Feliz”* mais nítido ficava a sua face espoliativa e expropriatória, uma vez que o programa retirou as famílias das áreas de inundação sob a justificativa do “risco”, mas a prefeitura não se contestou a construção de um condomínio destinado à classe média nesse mesmo território. E é nisso que se constitui a expropriação, em transformar meios de vida em capital. Retirou as famílias das suas casas, fundamental à reprodução das relações sociais desses sujeitos, permitindo uma revalorização daquele espaço, que foi destinado posteriormente a outras frações de classes.

Há de se considerar nessa perspectiva o que é o “risco” e para quem Ururaí representa “risco”. A pesquisa pôde constatar que ao longo da história da política habitacional brasileira remoções forçadas aconteceram sob a justificativa do discurso do “risco”. Nos séculos XIX e XX relacionadas a doenças contagiosas, que devido aos surtos endêmicos vitimavam os cidadãos brasileiros. E no século XXI, com o desenvolvimento da medicina e com o desaparecimento de muitas dessas doenças, o “risco” aparece ligado a fenômenos socioambientais, como as inundações.

Cabe ainda destaque para o aprofundamento sobre a forma como a construção ideológica do discurso do “risco” vêm sendo utilizada nos processos de expropriações atuais, aqui representado mais especificamente pelo estudo de caso da localidade de Ururaí.

Portanto, evidenciamos que por meio do discurso do “risco” objetivou-se a obtenção do consenso por parte da população reassentada, a fim de camuflar e esconder os verdadeiros objetivos dos processos de reassentamentos, que é o de promover a expansão e a acumulação do capital, por meio da revalorização desses territórios, de modo que o solo urbano se torna cada vez mais uma mercadoria disputada e inacessível para a maior parcela da população. Nesse contexto é indubitável que a cidade se tornou um espaço de reprodução da desigualdade social e disputa territorial, por meio da luta de classes, na qual os vencedores são sempre aqueles que detêm o capital.

Buscamos demonstrar nesta dissertação o quão fica evidente nos reassentamentos de Ururaí o processo de expropriação, isso porque além da construção do condomínio, também reconhecemos um sucessivo quadro de expropriações de direitos que ocorrem atualmente em decorrência da expropriação da moradia.

Consideramos importante apresentar alguns desses aspectos, como os relacionados ao trabalho, a sociabilidade e a garantia do direito à cidade¹⁴⁵. É

¹⁴⁵ No que se refere a este último, destacamos que o uso do espaço da cidade torna-se cada vez mais limitado com os reassentamentos, uma vez que antes se encontravam em local mais próximo ao centro da cidade, ao shopping center e a outros serviços que representam a sociabilidade burguesa. E atualmente se encontram em locais mais distantes, e, que não oferecem transporte público de qualidade que permita a locomoção desses sujeitos. Ainda assim é preciso destacar que mesmo se o transporte fosse de qualidade, muitos não poderiam utilizar com frequência para uso fruto do espaço urbano, dado o valor da passagem e os baixos salários dos trabalhadores.

elementar ainda destacar a perda de direitos no que se refere ao acesso à educação, à saúde, aos benefícios sociais e a outros serviços públicos.¹⁴⁶

É sumariamente relevante nos atentarmos para o fato de que o programa pode até retirar as famílias das áreas de inundações, da beira do rio, garantindo o acesso à casa própria, para muitos que antes residiam em casas insalubres, como as feitas de taipas, de restos de madeira ou de pedaços de outdoors. Mas as inundam de outras formas, como por meio da expropriação permanente a que passam a conviver no pós-reassentamento, conforme notadamente visto.

Desse modo, para além dos reassentamentos terem promovido uma acumulação de expropriações, é elementar apontar que a população brasileira e campista vive um quadro de sucessivos processos de expropriação ao longo dos seus mais de 500 anos.

A história de Campos é iniciada com a expropriação das terras dos índios Goytacaz. Posteriormente os senhores de engenho e donos das grandes propriedades expropriavam o trabalho dos escravos. Com o fim desse regime, os trabalhadores livres eram expropriados do seu sobretrabalho, garantindo rendas mínimas à população, que sem condições de habitar em terrenos melhores, passou a residir em casas emprestadas ou doadas. Quando compravam terrenos eram também em territórios de “risco”, por serem os que sobravam do ocaso das usinas e dos grandes latifúndios. A partir desse “risco” em potencial foram removidos desses territórios e reassentados nos conjuntos habitacionais.

Assim, é nítido que os processos de expropriação não ficaram na acumulação primitiva, tampouco no século XV. É visto a potenciação da expropriação que, desse modo, tem se aprofundado demonstrando ser a forma de ser do capital, sobretudo, no imperialismo, em cenário de tardo-capitalismo.

Nessa perspectiva, nos remetemos a Marx (2011, p. 25) em “O 18 Brumário” quando afirma que “a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”. Assim, podemos afirmar que a trajetória da política habitacional brasileira ao longo da sua história vem se confirmando enquanto uma tragédia, ao sempre promover processos de remoções e expropriações das classes

¹⁴⁶ A perda de direitos também carece de atenção, pois os sujeitos não têm conseguido inserção nos serviços destacados, uma vez que não há vagas para o atendimento da nova demanda recebida nos bairros nos quais os conjuntos habitacionais foram instalados. Isso ocorre porque os bairros receberam grande contingente habitacional, mas os equipamentos não foram ampliados.

subalternizadas. De forma que, com o passar dos anos como pudemos evidenciar, a intensidade dessa barbárie aumenta ainda mais, agora como condição para a permanência do capital. A farsa do “risco” se apresenta justamente como uma via instrumental para a promoção das expropriações de forma que essas se tornam invisibilizadas por meio da manufatura do consenso. Representando, portanto, um fetiche do acesso à casa própria e da saída dos locais de “risco” de inundações no caso da população de Ururaí, de forma a contribuir para oficializar as expropriações.

Face ao exposto, consideramos que é sumariamente importante conhecermos essa farsa travestida de tragédia, a fim de aclararmos e descortinarmos a face expropriativa e as contradições do “*Morar Feliz*”, que promove uma inclusão do acesso à habitação de forma cada vez mais excludente, dado os motivos apresentados no decorrer da dissertação.

É de suma importância destacarmos neste contexto que a política habitacional desenvolvida no município de Campos, o “*Morar Feliz*”, apesar das contradições apontadas ao longo do estudo, se constitui enquanto um importante programa¹⁴⁷ que está com as suas obras paradas¹⁴⁸ desde novembro de 2016, quando a prefeitura de Campos reincidiu contrato com a empresa Odebrecht, que está sendo investigada pela operação Lava Jato.

O programa “*Morar Feliz*” está passível de acabar, já que não faz parte de um Plano Municipal de Habitação e não consta de Projeto. Além do fato de que no ano de 2017, a oposição ao governo anterior assumiu a gestão da prefeitura da cidade, figurada pelo prefeito Rafael Diniz (PPS – Partido Popular Socialista). A atual gestão mostra um descompromisso com a questão habitacional uma vez que já está atuando há mais de 2 anos e só foi entregue um conjunto habitacional nesse período, em 20 de abril de 2018¹⁴⁹. O condomínio entregue fica na Lapa e

¹⁴⁷ Em 2013, Campos ganhou o Prêmio Selo de Mérito da Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC), com o Programa “*Morar Feliz*”, que venceu na categoria relevância social e impacto regional, durante o 60º Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social. CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Campos Ganha Hoje Prêmio pelo Programa Morar Feliz*. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=18565>. Acesso em 19. abril. 2018.

¹⁴⁸ FOLHA DA MANHÃ. *Casas Invadidas no Morar Feliz*. Disponível em <<http://www.folha1.com.br/conteudo/2016/12/geral/566957-casas-invadidas-no-morar-feliz.html>>. Acesso em: 10. abril. 2018.

¹⁴⁹ As casas que foram entregues começaram a ser construídas ainda na gestão de Rosinha Garotinho.

contemplou 72 famílias que estavam recebendo o aluguel social desde 2011, quando foram desapropriadas.

O novo condomínio passou a contar com área de lazer, campo de areia e wi-fi disponibilizado pela prefeitura, o que nos conjuntos anteriores não têm. Sob o crivo do senso comum há de se destacar que houve uma melhoria, permitindo acesso à sociabilidade burguesa dos sujeitos reassentados. Entretanto, as contradições do programa permanecem inalteradas. Dado que reassentou famílias que residiam próximas ao rio Paraíba do Sul, que quando transborda também atinge essas famílias, mas não buscou a reurbanização desse espaço, de forma que não oferecesse mais “riscos” e que permitisse as famílias continuarem morando no seu bairro de origem.

Esse novo conjunto entregue comprova mais uma vez os estudos realizados e a face expropriatória do programa, uma vez que a Lapa também se encontra em espaço de valorização da cidade devido a sua espacialização, que é ao lado do centro da cidade.

Por fim, enfatizamos, face aos estudos desenvolvidos que a problemática da habitação só pode ser resolvida, se o modo de produção capitalista for superado. E nesse sentido, concordamos com a análise de Engels, ainda que tenha três séculos nos separando da sua realidade, que a lógica habitacional tem sido a mesma:

já existem conjuntos habitacionais suficientes nas metrópoles para remediar de imediato, por meio de sua utilização racional, toda a real “escassez de moradia”. Naturalmente, isso só poderá ser feito mediante a expropriação dos atuais possuidores, ou então mediante a acomodação, nessas casas, de trabalhadores sem teto ou trabalhadores aglomerados nas moradias atuais; assim que o proletariado tiver conquistado o poder político, essa medida exigida pelo bem-estar público terá sua execução tão facilitada quanto outras expropriações e acomodações feitas pelo Estado atual (ENGELS, 2015, p. 2015).

Hoje, quase três séculos após a análise de Engels, em pleno ano de 2019, no Brasil ainda há muitas casas, apartamentos e terrenos que são inutilizáveis¹⁵⁰, seja

¹⁵⁰ Rolnik (2018), em seu blog, publicou em 11 de setembro de 2017, um artigo intitulado “Imóveis vazios e crise da moradia em Londres e São Paulo”, no qual discorreu que a crise da moradia não é decorrente da escassez da moradia, mas sim da sua concentração nas mãos de poucos detentores, que deixam esses imóveis trancados, sem uso algum. Enquanto esses imóveis poderiam estar sendo utilizados para a moradia daqueles que não tem onde dormir e fazem da rua e das pontes, as suas casas, quando não realizam ocupações de imóveis que estavam vazios. A autora discute ainda a dificuldade da desapropriação desses imóveis, devido a lei, que sempre favorece ao capital, tornando esse processo complexo, já que as desapropriações

por seus donos não estarem ocupando ou por não estarem alugados, dado o período histórico de crise vivenciado atualmente. Se ocorresse a desapropriação, em muito seria melhorado o acesso à moradia daqueles que não têm onde morar. Entretanto, o modo de produção capitalista inviabiliza esse processo de forma legal.

Face ao exposto, é nítido que nos debruçarmos nesse aspecto das expropriações assume cada vez maior relevância neste contexto do capital, uma vez que é compreensível que os processos de expropriação se tornaram potencializados e tendem a ocorrer cada vez mais como forma de salvaguardar os interesses do capital, bem como o seu processo de acumulação e expansão, especialmente em momentos de crise estrutural do capital. Dessa forma, o grau de letalidade do cenário posto é ainda maior para as classes subalternas, uma vez que são mais sensíveis aos processos de expropriação, ao dependerem da política de habitação para terem acesso à moradia.

Salientamos que é necessário em estudos futuros que os estudiosos sobre o tema não fiquem apenas na aparência das políticas e programas habitacionais. Mas torna-se incontestável, frente ao debate apresentado, analisarmos este tema sob o viés do capital, buscando compreender a sociabilidade burguesa. Desse modo, buscamos na nossa dissertação apresentar alguns elementos para análise introdutória em torno do tema proposto, que pudesse aclarar o nosso entendimento sobre as expropriações no município de Campos, especialmente aquelas relacionadas à população de Ururáí.

Esperamos que por meio do caminho executado, possamos oferecer elementos que auxiliem os possíveis leitores deste trabalho, no processo de compreensão das expropriações ocorridas por meio do *“Morar Feliz”* e em outros contextos, mas que seguem sempre a mesma lógica: a de expropriar as classes subalternizadas pelo capital do seu modo de viver e habitar, entregando esses

tendem a ocorrer com o objetivo contrário, de desfavorecer a classe trabalhadora e favorecer o capital. Essa estatística se comprova quando o site do Senado Federal notificou que no Brasil há 6,097 milhões de imóveis desocupados, enquanto há aqui um déficit habitacional de 5,43 milhões de moradia (SENADO, 2018).

É perceptível que imóveis para sanar a escassez habitacional existem, mas há falta de interesse político e econômico em estar resolvendo a questão, por meio das desapropriações, assim como fazem quando áreas pobres interessam ao capital. A reportagem do Senado afirma que algumas medidas vêm sendo tomadas, tais quais o imposto progressivo, que tende a aumentar de acordo com o tempo em que o imóvel está sem utilização. Além de já ter sido realizado na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, um levantamento desses imóveis sem uso, que estão sendo estudados para entrarem na terceira etapa do Programa MCMV.

espaços para a mercantilização. O que contribui para acirrar ainda mais as disparidades sociais, dado que todas às vezes que o limite de acumulação do capital se amplia, as classes subalternizadas sofrem consequências aviltantes, vivenciando a face contemporânea do capital, expressa pela barbárie generalizada e disjuntiva desse modo de produção.

De modo que o final é sempre o começo, fechamos esse ciclo com mais questionamentos do que certezas. O que nos motiva a continuar estudando e concentrando o nosso esforço reflexivo e a nossa capacidade intelectual em torno das expropriações, do tardo-capitalismo e da barbárie, a fim de apreender a lógica capitalista de acumulação em tempos de capital-imperialismo, em cenário de tardo-capitalismo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital – notas sobre o sócio-metabolismo da barbárie. *Katálisis*. v.7. n.1. jan./jun. Florianópolis. 2004.

ANJOS, Renato e CARVALHO, Rejane; A reprodução das desigualdades regionais no contexto do “novo desenvolvimentismo”. *Anais. XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, 2018, Niterói, RJ. *Anais. XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, 2018.

ARRUDA, Ana Maria. *Política Habitacional e Direito à Cidade: experiência do programa “morar feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ*. 2014. Tese (Doutorado) – Sociologia Política, Universidade Federal do Norte Fluminense, 2014.

AZEVEDO, André. A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*. nº: 10, maio-agosto, 2003. Disponível em: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-AndreAzevedo.pdf>. Acesso em 15. março. 2018.

BEHRING, Elaine. Fundo público, expropriações no capitalismo em crise. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

BERNARDO, Alessandra; AZEREDO, Luana; CÔRTEZ, Thaís. Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água. In: SIQUEIRA, Antenora; VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MALAGOLI, Marco (Orgs). *Riscos de Desastres Relacionados à Água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de Dados Concretos*. São Carlos: RiMa Editora. 2015. P. 335-353.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.

BRECHT, Bertold. *Canção do Remendo e do Casaco*. Disponível em: <https://orientacaomarxista.blogspot.com/2010/05/coletanea-de-poemas-bertolt-brecht.html?m=1&fbclid=IwAR0lhRjwptdFYGfedm4YXh10_ELj1BJAzul11jd2QpMV7A5zBPXkxcZ7YwU>. Acesso em: 17. jan. 2019.

_____. *Da violência*. Disponível em: <https://orientacaomarxista.blogspot.com/2010/05/coletanea-de-poemas-bertolt-brecht.html?m=1&fbclid=IwAR0lhRjwptdFYGfedm4YXh10_ELj1BJAzul11jd2QpMV7A5zBPXkxcZ7YwU>. Acesso em: 17. jan. 2019.

_____. *Nada é Impossível de Mudar*. Disponível em: <https://orientacaomarxista.blogspot.com/2010/05/coletanea-de-poemas-bertolt-brecht.html?m=1&fbclid=IwAR0lhRjwptdFYGfedm4YXh10_ELj1BJAzul11jd2QpMV7A5zBPXkxcZ7YwU>. Acesso em: 17. jan. 2019.

BORGES, Marcos Antônio e AMARAL, Alessandro. A desigualdade social e suas influências na subjetividade contemporânea. *Psicologia e Saúde em Debate*. vol. 1. n. 2. 2015.

CALDEIRA, Teresa Pires R. *Enclaves fortificados: a nova segregação urbana*. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, n. 47, p. 155-176, mar. 1997.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. *Programa Habitacional do Município de Campos dos Goytacazes*. Disponível em: <<http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2013/05/20-GIR-EMHAB-CG-RJ-Programa-Morar-Feliz1.pdf>>. Visto em 10. Maio. 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. In: *Revista do Departamento de Geografia da USP*. São Paulo. 1982.

_____. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. São Paulo. Ed. Papirus. 1986.

CARVALHO, Fagner. Quinhentos Anos e Arcaísmo e Progresso: escravidão, trabalho e agrobusiness no Brasil Canavieiro. In: *Revista do Laboratório de Estudos da Violência*. UNESP – Marília. Ed. 6, nº: 6, 2010.

CASSAB, Clarice. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, Lana; CHAVEIRO, Eguimar; PIRES, Lucineide. *A Cidade e seus Jovens*. Goiania: Ed. PUC Goiás, 2015.

CASTEL. Robert. A nova questão social. In: *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis. Ed. Vozes. 1995.

CASTELO, Rodrigo. *O Social-Liberalismo: uma ideologia neoliberal para a “questão social” no século XXI*. 2011. Tese (Doutorado) – Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

CIDAC. *História de Campos dos Goytacazes (RJ)*. Disponível em: <<http://www.cidac.campos.rj.gov.br/index.php/historia-de-campos>>. Acesso em 03. Set. 2016.

CORTES, Thaís Lopes. *Violência e Reassentamentos Urbanos a partir da Mídia Impressa*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de Serviço Social de Campos, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

CRUZ, José Luiz Vianna. A Retomada do Crescimento Brasileiro e a Reestruturação Produtiva do Espaço Regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. *Vértices*. v.14. n. especial. Campos dos Goytacazes. 2012.

_____. *Emprego, crescimento e desenvolvimento econômico*: notas sobre um caso regional. Disponível em: < <http://www.senac.br/BTS/291/boltec291c.htm>>. Acesso em: 18 junho. 2018.

_____. O Desenvolvimento do Norte/Noroeste Fluminense: problematizando o consenso. *Vértices*. Campos dos Goytacazes, RJ, ano 1. n. 1, p. 27-36, dez/1997.

DAVIS, M. Planeta de favelas: a involução urbana e o proletariado informal. In: Emir Sader (org.). *Contragolpes*. São Paulo: Boitempo, 2006.

ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo, 2015.

FARIA, TERESA; POHLMANN, Maria Alice. Dinâmica Socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: o programa habitacional morar feliz e a expansão da periferia, 2015, Belo Horizonte – BH. *Anais. XVI ENANPUR: espaço, planejamento e insurgências*, 2015.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009. p. 41-112.

FOLHA DA MANHÃ. *Casas Invadidas no Morar Feliz*. Disponível em <<http://www.folha1.com.br/conteudo/2016/12/geral/566957-casas-invadidas-no-morar-feliz.html>>. Acesso em: 10. abril. 2018.

FONTES, Virgínia. A expropriação dos meios de existência no capital – expropriações, mercado e propriedade. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. *Marx, expropriações e capital monetário*: notas para o estudo do imperialismo tardio. Fundação Lauro Campos, 2001.

_____. *O Brasil e o Capital-imperialismo*: teoria e história. 3. ed. Editora UFRJ. 2012.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. In: *Crítica Marxista*. v. 39. São Paulo. 2014.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, vol 2, 2000.

_____. Antonio. Maquiavel: sobre o Estado e a política. *Cadernos do Cárcere*. 2a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, vol 3, 2002.

GONÇALVES, Guilherme. Valor, expropriação e direito: sobre a forma e a violência jurídica na acumulação do capital. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

HARVEY, David. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, D; MARICATO, E; et. al. *Cidades rebeldes*. São Paulo, Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo. Edições Loyola. 2014.

_____. *O direito à cidade*. Lutas Sociais. São Paulo, n.29, p. 73-89, jul. a dez. 2012.

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. *Temporalis*. Ano II, Nº 3 – janeiro a junho de 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Cidades. *População de Campos dos Goytacazes (RJ)*, 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330100>>. Acesso em 13 abril. 2018.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. 2.ed. São Paulo: Paz e terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LEVIEN, Michael. Da acumulação primitiva aos regimes de desapropriação. In: *Revista Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro, jun. de 2014. v.4. p. 21-53.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). *Dicionário gramsciano (1926-1937)*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, György. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. In: LUKÁCS, György. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 281-422.

LUPATINI, Márcio. Notas sobre a expropriação na “odisseia” do capital. In: Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

MALAGODI, Marco Antonio Sampaio; SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata;. *Enchentes, Vulnerabilidade e Remoção em Campos dos Goytacazes (RJ)*. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT11-771-747-20120630174412.pdf>>. Acesso em: 15. março. 2018.

MANDEL, E. Capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Ermínia. A cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. As Idéias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otília. *Desmanchando Consensos*. Petrópolis. Vozes, 2000.

_____. *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. 5.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. É a Questão Urbana, Estúpido! In: HARVEY, D; MARICATO, E; et. al. Cidades rebeldes. São Paulo, Boitempo, 2013.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. Estudos Avançados. v. 17, nº: 48, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. FERREIRA, Carla e outros (orgs). Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.p 21-35.

MARX, Karl. A lei geral da acumulação capitalista. O capital. Livro I, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 53-105.

_____. A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 959-989.

_____. O Capital. Crítica da Economia Política Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. Processo de trabalho e processo de valorização. ANTUNES, Ricardo. A dialética do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Salário, preço e lucro. In: Marx. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p.61- 67; *Coleção Os Pensadores*.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã 1º Capítulo Seguido das Teses sobre Feuerbach*. São Paulo, Moraes, 1984.

MENDES, Juliana. O ato de habitar a partir de um programa habitacional. SIQUEIRA, Antenora; VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MALAGOLI, Marco (orgs.). *Riscos de Desastres Relacionados à Água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de Dados Concretos*. São Carlos: RiMa Editora. 2015. P. 141- 159.

_____. *O Habitar: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro da Penha, Campos dos Goytacazes/RJ*. 2015. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. *Revista Outubro*. ed. 04. 2000.

_____. A necessidade do controle social. In: *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*. São Paulo. Ensaio, 1989.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões. In:

Boschetti, Ivanete (Org). *Expropriação e Direitos no Capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2018.

MOTA, Carla. *Políticas habitacionais e os usos econômicos das residências: O caso do Conjunto Habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes-RJ*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. *Temporalis*. Ano II, Nº 3 – janeiro a junho de 2001.

_____. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Uma face contemporânea da barbárie. *Revista Novos Rumos*, v. 50, n. 1, 2013.

NEVES, Delma. A Construção do Futuro e a Redimensão do Passado. *Revista de História Regional*. 1997.

_____. Norte Fluminense: índices de pobreza e reivindicações políticas. *Revista Rio de Janeiro*, n. 18. 2006.

NOTÍCIA URBANA. *Prefeitura de Campos entrega novos apartamentos a 72 famílias*. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=38165>. Acesso em 20. abril. 2018.

ODEBRECHT. *Programa Morar Feliz*. Disponível em: <<http://www.mbc.org.br/mbc/uploads/biblioteca/1297451004.6554A.pdf>>. Acesso em 10 Maio. 2015.

PAES, Margot. Articulação e (des)articulação de Atores Sociais: um estudo de caso da crise do setor canavieiro e a reconversão produtiva em Campos dos Goytacazes. In: XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000, Campos dos Goytacazes – RJ. *Anais*. XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2000.

PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. (Coleção Questões da Nossa Época: v. 109), São Paulo, Cortez, 2004.

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João. Perfil do Emprego nos Setores Açucareiro e Petrolífero do Norte-Fluminense no Período 1970-2010. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. v.38. n. 132. Curitiba. 2017.

PIRES, Murilo José. O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*. v. 40. n.3. jul./set. 2009.

ROLNIK, Raquel. *Imóveis vazios e crise da moradia em Londres e São Paulo*. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/imoveis-vazios/>>. Acesso em: 17. jan. 2018.

_____. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Josiane Soares. *“Questão social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. 5. ed., 2. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SENADO FEDERAL. *Mais Casa sem Gente do que Gente sem Casa*. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513614/noticia.html?sequence=1>>. Acesso em 13. fev. 2018.

SILVA, José Cláudio. Cidade Maravilhosa: encontros e desencontros nos projetos de remodelação urbana da capital entre 1902 e 1927. *Sinais Sociais*. v. 5, nº: 17, 2011.

SILVA, Salyanna. Contribuições Acerca do Tema Classes Subalternas em Gramsci. In: I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci e VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, 2016, Fortaleza – CE. *Anais*. I Jornada Internacional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci e VII Jornada Regional de Estudos e Pesquisas em Antonio Gramsci, 2016.

SMIDERLE, Dilcéa. *O Multifforme Desafio do Setor Sucroalcooleiro de Campos dos Goytacazes (RJ)*. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes.

SOARES, Nádia e ANGELO, José Mário. *A Questão da Classe Subalterna na Sociedade Brasileira*. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/nadiasoaresroqueejosemarioangeli.pdf>>. Acesso: 24 maio 2018.

Souza, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

TAVARES, Érica; SIQUEIRA, Antenora; MENDES, Juliana e FIRMO, Clóvis. Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com as inundações em Campos dos Goytacazes. *Boletim Petróleo, Royalties e Região – Campos dos Goytacazes/RJ*. Ano XV. n. 57. Campos dos Goytacazes. 2017.

TEIXEIRA, Joaquina. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/5x595ziU0wuEf5yA63Zw.pdf>>. Acesso em: 16 Maio. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Relatório de Pesquisa do Projeto Cartografias Socioambientais e Mapeamento de Áreas de Risco de Inundações no*

Norte Fluminense: subsídios para a implementação de sistemas de alerta. Rio de Janeiro, 2016.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: HARVEY, D; MARICATO, E; et. al. *Cidades rebeldes.* São Paulo, Boitempo, 2013.

VALENCIO, Norma. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In.:VALENCIO, Norma. et al (Org). *Sociologia dos desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: RiMa, 2009.

VARGAS, Dora. “Eu fui embora de lá, mas não fui” – a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, Norma. et al (Org). *Sociologia dos desastres – Construção, interfaces e perspectivas no Brasil.* São Carlos: RiMa, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes Subalternas e Assistência Social.* 9.ed. São Paulo: Cortez, 2016.